



PUC

ANDRÉA BARBOSA DE ALBUQUERQUE

PRIMEIRO FILHO: QUE LUGAR É ESTE?

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RIO DE JANEIRO, MARÇO DE 1993

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225 – CEP 22453

RIO DE JANEIRO – BRASIL

N.Chamada: 150 / A345p / TESE UC

Título: Primeiro filho



0 8 5 3 2 0 0

Ex: 2-CENTRAL

1649

ANDRÉA BARBOSA DE ALBUQUERQUE

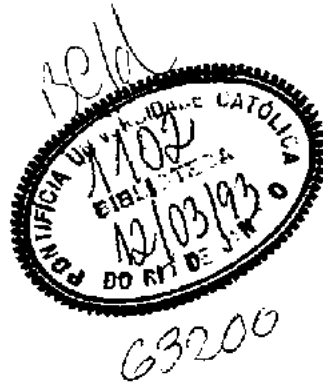
PRIMEIRO FILHO: QUE LUGAR É ESTE?

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Psicologia da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro,
como parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: JÔNIA DE VILHENA

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
SETEMBRO 1992

UC-43732-3



150
A 345 p
TESE UE

Aos meus pais

Aos meus (pequenos)
pacientes

MEUS AGRADECIMENTOS:

A Júnia de Vilhena, pela orientação efetiva e segura durante a realização deste trabalho;

A Efraim Szuster, Diretor do PAM Contagem/MG., por acreditar neste projeto;

A Walter Camargos Júnior, com quem este projeto se iniciou;

A Evando Mirra de Paula e Silva, por um dia me dizer de projetos;

A Moisés, por me ensinar o sentido da busca;

A Daniel e Marisa, por acrescentarem ao tempo do trabalho, prazer e inquietude;

As amigas Christiane, Geraldine e Lúcia, pelo companheirismo compartilhado e sentido;

A Vera Lúcia Lima e Silva, em quem, nos impasses da burocracia acadêmica, só encontrei simpatia, paciência e soluções;

Aos professores, colegas e funcionários do Departamento de Psicologia da PUC-RJ, por ampliarem o conceito de "turma";

A Bernadete, Murilo, Peônia e Guido, pela amizade e infra-estrutura, irrestritas;

Aos velhos amigos de Minas, sempre presentes;

Este trabalho foi realizado com o auxílio financeiro do CNPq.

Ah! Tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas, e no meio da travessia não vejo - só estava era entretida na idéia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais abaixo, bem diverso do em que primeiro se pensou.

João Guimarães Rosa

RESUMO

A especificidade que envolve o ser primeiro filho é investigada, enfocando-se a função do discurso parental que antecede o nascimento do filho. Na construção deste discurso, estão em jogo as vicissitudes singulares do desenvolvimento libidinal de cada um dos pais, assim como os valores socialmente reconhecidos pela comunidade em que se inserem. Discute-se a constituição dos ideais da criança e de sua representação de sujeito, remetendo-as às representações ideais de seus pais. Aborda-se o impacto gerado pelo nascimento do filho na economia libidinal de seus pais e as experiências primitivas reacesas pela iminência do tornar-se pais.

ABSTRACT

The specificity involving the first born child is investigated with a focus on the function of the parental discourse that precedes the birth. In the making of this discourse the vicissitudes of the libidinal development of each of the parents are at play as well as the values socially accepted by the community to which they belong. The constitution of the child's ideals and its subject representation are discussed in connection with the ideal representations of the parents. The impact of the child's birth in the libidinal economy of the parents and the primitive experiences rekindled (re-aroused) by the imminence of parenthood are approached.

SUMARIO

Introdução.....	01
1. O que eles dizem...	
As pesquisas acerca do primeiro filho.....	07
1.1 Pesquisas sobre ordem de nascimento.....	08
1.2 Relações pais-filho e personalidade.....	13
1.3 Doenças psiquiátricas.....	24
1.4 Inteligência e "achievement".....	28
1.5 Sobre o primeiro filho: síntese.....	32
1.6 Comentários.....	35
2. De onde falamos...	
Sobre as representações.....	44
2.1 Sobre a representação de saúde e doença.....	45
2.2 Sobre a representação do atendimento psicoterapêutico.....	49
2.3 Sobre a representação de família.....	54
2.4 Sobre a representação de sujeito: o primeiro filho.....	68
3. Quando eu era... Quando eu for.	
Sobre os ideais.....	73
3.1 As instâncias ideais.....	79
3.2 Ego ideal e ideal de ego.....	87
3.3 Enunciados identificatórios e ideais.....	92
3.4 O lugar do filho.....	98

4. De onde vêm os bebês?	
Lição de pais, Lição de filho.....	108
4.1 A dinâmica familiar.....	109
4.2 A escolha do parceiro.....	116
4.3 O casal e o primeiro filho.....	121
4.4 Tornar-se mãe.....	129
4.5 Tornar-se pai.....	135
4.6 O destronamento do primeiro filho.....	139
5. Considerações finais.....	142
Bibliografia.....	151

Introdução

"Mas reconhecerás os direitos da primogenitura ... e lhe dará uma dupla porção sobre todos os seus bens, por que são as primícias de seu vigor: a ele pertence o direito de primogenitura."
Deuteronômio 21:17

A legislação bíblica concedeu ao primogênito privilégios especiais (lugar de destaque depois do pai, bênção especial quando da morte do pai, sucessão como chefe da família) e parte preponderante na divisão da herança, sendo esta a origem da rivalidade entre Esaú e Jacó (por um prato de lentilhas, Esaú vende a Jacó o direito à primogenitura e, portanto, à bênção paterna). Aliados a tais privilégios, encontramos também os deveres, como a responsabilidade maior pelo cuidado dos irmãos.

A distinção especial concedida aos primogênitos encontra bases mais amplas nas diversas injunções referentes às "primícias" ou "primeiros frutos", a serem dedicados a Deus de uma forma ou de outra. Assim, os primeiros frutos colhidos dos campos e das árvores deveriam ser apresentados ao Templo; e todo primogênito do ventre, homem ou animal, era considerado como pertencente a Deus, devendo ser, os animais puros, sacrificados, e os homens, redimidos (Levítico 27:26).

A primogenitura era, na antiguidade semítica, uma instituição social até certo ponto parecida à que existia nas monarquias européias ou no sistema feudal, em que o

primogênito herdava os títulos e a maior parte dos bens de seu pai.

As tradições que reservavam ao primogênito um lugar de destaque, com privilégios e deveres especiais, foram gradualmente sendo abandonadas. Parece-nos, no entanto, que se reserva ainda, ao primogênito, um lugar especial na família, mesmo que este não seja claramente explicitado.

A questão da primogenitura tornou-se para nós uma questão ao longo de nosso trabalho com crianças no Serviço de Saúde Mental Infantil (SSM) do Posto de Atendimento Médico (PAM), do INAMPS, em Contagem - MG. Observamos que, dentre as crianças trazidas para atendimento no SSM, havia maior número de crianças primogênicas. Esta constatação levou-nos a refletir sobre as circunstâncias que contribuem para esta maior demanda de atendimento, para o primeiro filho, por parte dos pais (em especial a mãe, pois é ela quase sempre quem leva a criança). A primeira questão com a qual nos deparamos foi se esta demanda se refere aos pais ou à criança: ou seja, a criança é levada ao SSM porque apresenta sintomas que justifiquem a busca de atendimento, ou são os pais excessivamente preocupados com este filho? Numa segunda reflexão, esta pareceu-nos uma questão secundária: seja por excesso de zelo, seja por apresentar sintomas, essa demanda indica-nos antes que o primogênito está ocupando um lugar especial na família. Que lugar é este?

Para tentar responder a esta pergunta, começamos por buscar estudos que se referissem à ordem de nascimento, em geral, ou ao primogênito, em particular, e sua possível relação com a procura de atendimento psicológico. Neste primeiro momento de investigação, interessava-nos saber, principalmente, se este lugar especial, que se delineava frente a nós, também era apontado em outros contextos. Encontramos inúmeras pesquisas que relacionam a posição ocupada pelo sujeito na fratria com o desenvolvimento de diferentes características no sujeito. Apesar dos resultados destes trabalhos serem algumas vezes inconsistentes e/ou pouco conclusivos em seus aspectos particulares, parece haver consenso quanto ao tema mais geral, ou seja, que a posição ocupada pela criança na família influencia significativamente o modo como é cuidada, seu relacionamento com seus pais e irmãos e conseqüentemente toda sua estruturação.

Apresentamos, no primeiro capítulo, algumas destas pesquisas e suas principais conclusões, apontando sua extensão e os limites impostos pela abordagem metodológica nelas utilizadas. Ilustram bem o interesse que o tema tem despertado entre os pesquisadores e principalmente os aspectos considerados por eles mais relevantes na abordagem do tema.

Estes trabalhos centram a atenção na caracterização do primogênito, na descrição de seus traços típicos, mas não se estendem em considerações acerca dos fatores que contribuem para sua constituição. Ou seja, o foco centrado no primogênito possibilita a descrição de certos "traços

típicos", mas deixa em segundo plano os processos dinâmicos em que estas características são constituídas.

Endossando a concepção de Piera Aulagnier (1979) de que a história da criança começa muito antes de seu nascimento, nas fantasias antecipatórias construídas pelos pais, pensamos que o discurso dos pais acerca de seu filho nos possibilitaria uma vertente fecunda para a apreensão do lugar ocupado pelo primeiro filho na dinâmica familiar.

É na tessitura deste discurso que preexiste à criança que se delinea sua posição na família, posição esta resultante do jogo de desejos dos pais. O que se projeta como desejável para a criança, o futuro que se lhe antecipa, as expectativas sobre ela depositadas estão referidas às vivências dos pais, às suas representações ideais e à distância inevitável entre ambas. Os pais sonham com o futuro do filho, com o que ele vai ser, com o que ele vai fazer. Estas representações remetem-se ao meio sócio-cultural no qual a família se insere, e que oferece um campo de possibilidades de atualização do potencial do sujeito. O discurso dos pais, permeado de valores socialmente reconhecidos, permeado de ideais de realização, delinea os rumos possíveis de construção da representação de sujeito e do conjunto de ideais que norteiam o desenvolvimento da criança.

Nesta perspectiva, apresentamos no capítulo dois algumas das concepções e valores que permeiam e constituem o universo cultural de Contagem.

No capítulo três, discutimos os processos constitutivos das instâncias ideais, privilegiando os enunciados identificatórios como a principal via de construção do conjunto de representações ideais.

Se pensamos que a construção do discurso antecipatório é permeado pelas idealizações dos pais, estamos sugerindo que o filho teria uma função na dinâmica de seus pais, que requer um remanejamento libidinal de cada um dos parceiros, assim como do casal. Ao fazê-lo, deslocamos nossa atenção da ação do discurso parental sobre o filho para o impacto gerado no homem, na mulher e no casal pelo nascimento do primeiro filho. São dois aspectos de um mesmo processo dinâmico, a saber, do jogo intersubjetivo que vem a se estabelecer entre os pais e o filho.

Tornar-se pais é um processo complexo que envolve elaborações nem sempre fáceis. No cotidiano, não é difícil distinguir entre os "marinheiros-de-primeira-viagem" e os "pais-já-há-algum-tempo". As falas em geral destacam o "não saber", a "falta de experiência" nos cuidados com o primeiro filho: tudo é novidade, e se gera ansiedades e temores, gera também um intenso prazer. Mas esta aprendizagem de que nos falam estas mães reflete outras experiências, mais complexas, mais desconhecidas, referidas ao tornar-se pais. A primeira experiência de parentalidade remete os pais às suas vivências primitivas com seus próprios pais, reavivando antigos conflitos e anseios e oferecendo uma oportunidade ímpar para sua reelaboração.

A organização do mundo fantasmático da família, a reestruturação desta dinâmica quando do nascimento do primeiro filho, a repercussão sobre os pais da assunção da parentalidade são questões que discutimos no capítulo quatro.

Ao longo de nossa apresentação, introduzimos fragmentos dos discursos de mães por nós atendidas no SSM, a fim de ilustrar nossa discussão. A maioria destes fragmentos provém de entrevistas preliminares, quando da procura de atendimento para seus filhos. Ao selecionarmos os fragmentos, procuramos fazê-lo tendo em vista aqueles que mais claramente ilustrassem o ponto em discussão. As falas só foram identificadas, com o nome da criança, quando outros fragmentos do mesmo paciente foram utilizados em outros momentos.

1. O que eles dizem ...

As pesquisas acerca do primeiro filho

A constatação de que, dentre as crianças atendidas no PAM - Contagem, havia uma predominância de primogênitos levou-nos a buscar, em revistas especializadas, trabalhos que abordassem esta questão. Em primeiro lugar, queríamos confirmar se nossa própria observação era compartilhada por outros. E mais, buscávamos subsídios que nos orientassem rumo à compreensão desta especificidade que se nos afigurava. A vasta bibliografia disponível respondeu nossa primeira dúvida: o tema tem despertado a atenção de outros pesquisadores e gerado discussões. A leitura de alguns destes trabalhos mostrou-nos, no entanto, que pouco espaço tem sido reservado ao estudo dos aspectos psicodinâmicos que contribuem para que o primogênito ocupe um lugar especial na família, tema central de nosso interesse. Embora não respondam a nossas outras inquietações e pautem-se em perspectivas teóricas diferentes daquela por nós adotada, estas inferências apontam-nos aspectos importantes a serem abordados.

Começamos nossa apresentação pelos primeiros trabalhos publicados acerca de ordem de nascimento. Em seguida, relacionamos pesquisas que articulam a posição ordinal a temas como relação pais-filho e personalidade, doenças psiquiátricas e o desenvolvimento cognitivo. Procuramos caracterizar as amostras das pesquisas de modo a facilitar a compreensão do rigor e dos limites impostos por

tais abordagens metodológicas. A seguir, sintetizamos as principais características atribuídas ao primogênito. Na última parte deste capítulo, discutimos algumas questões suscitadas pela leitura crítica destes trabalhos, que se referem à construção da representação de sujeito.

1.1 Pesquisas sobre ordem de nascimento

Em 1874, Francis Galton publica um trabalho, "English Men of Science", onde aponta a predominância de primogênitos (filhos únicos ou não) entre os cientistas da Inglaterra, numa proporção maior do que se esperaria pela média estatística. Interpreta este fato: pela lei da primogenitura, o filho mais velho tem mais probabilidade de ser independente e seguir suas próprias inclinações. Além disso, argumenta, os pais tratam o primogênito como um companheiro e atribuem-lhe mais responsabilidades do que aos outros filhos (cf. Altus, 1967).

Em 1904, Havelock Ellis publica os resultados de seu estudo sobre pessoas "eminentes" na Inglaterra. Neste trabalho - "A Study of British Genius" -, Ellis aponta que a probabilidade de constar entre pessoas eminentes era maior para o primogênito, seguido do filho caçula, do que para filhos intermediários (cf. Altus, 1967).

Em seu livro "Understanding Human Nature", Alfred Adler (1927) sistematiza algumas características de

personalidade recorrentes em crianças de diferentes posições ordinais. Destaca que não é a posição ordinal "per se" o que influencia o caráter da criança, mas a situação na qual ingressa e a forma como a criança a interpreta. Conjuga, assim, os fatores ambientais e a criatividade da criança no desenvolvimento de suas características. Embora pareça óbvia, esta observação é importante para que não se caia no risco de se estabelecer correlações imediatas entre ordem de nascimento e certas características, do tipo "se é primogênito, então ...". A nosso ver, há sempre que se levar em conta o potencial da criança, a forma, sempre singular, como cada criança interpreta e lida com as situações com as quais se defronta.

A apresentação de Adler (1927) usa, como articulador central, a luta pelo poder, o empenho do indivíduo em superar os outros e ser o melhor. Aponta que a cultura da época força o indivíduo a desenvolver-se nestes moldes e que o incremento do "sentimento social" seria importante para contrabalançar as conseqüências pouco desejáveis de tal ênfase (cf. Adler, 1927:128).

O filho único é descrito por Adler (1927) como uma criança dependente, acostumada a não enfrentar dificuldades e a ser o centro das atenções. Criado por pais excessivamente solícitos e cuidadosos, o filho único tende a desenvolver uma percepção do mundo como hostil e perigoso. O permanente receio de dificuldades faz com que ele as enfrente de forma

desajeitada e inexperiente. Mimadas, estas crianças têm dificuldade de realizar tarefas que requerem independência.

O filho mais velho também tem características bem definidas. A história mostra-nos, diz Adler (1927), o lugar privilegiado ocupado pelo primogênito. Entre os proprietários de terra europeus, por exemplo, o filho mais velho sabe, desde muito jovem, que um dia aquelas terras serão suas e, portanto, encontra-se numa posição muito melhor que seus irmãos mais jovens, cientes de que um dia terão que deixar as terras paternas. Em outras camadas sociais, sustenta-se que o filho mais velho será um dia o chefe da família. E mesmo onde esta tradição não está cristalizada, é comum atribuir-se ao filho mais velho poder e bom senso para ser o substituto dos pais em relação aos demais irmãos. Este ambiente favorece a auto-percepção do primogênito como o mais forte, o mais esperto, "o maior".

Se seu desenvolvimento se desenrola neste sentido sem grandes perturbações, há uma boa chance para que o filho mais velho se torne o guardião da lei e da ordem. Estas pessoas, sugere Adler (1927), tem uma avaliação especialmente alta do poder. O poder é algo que o filho mais velho conhece bem, por experiência, e que deve ser honrado. Não é surpreendente, portanto, que estas pessoas tendam a ser conservadoras.

A luta pelo poder assume relevância na caracterização feita por Adler (1927) do segundo filho. Este

está constantemente lutando por superioridade, sob pressão. O fato de ter alguém que já detém o poder é um forte estímulo para o segundo filho. E se é capaz de enfrentar esta luta com o primogênito, tende a desenvolver-se com muito élan.

O filho caçula cresce num ambiente bastante particular: como caçula, recebe dos pais uma solicitude especial; por outro lado, além de ser o mais jovem, é visto também como "o menor", aquele que mais precisa de ajuda. Nenhuma criança gosta de ser vista como a mais frágil, como aquela em quem não se confia, nem se acredita. Portanto, o caçula é estimulado a provar que ele pode fazer tudo. Sua luta por poder é acentuada, e com frequência constatamos, afirma Adler (1927), que o filho mais jovem desenvolve um desejo de superar os outros, satisfeito apenas com o melhor possível. Esta configuração pode resultar em diferentes desenvolvimentos. Por um lado, há aqueles que realmente conseguem ser bem sucedidos e superar os irmãos. Por outro, há aqueles a quem falta auto-confiança e atividade necessárias para atualizar seu desejo de sucesso. Se não lhe falta ambição, esta tende a realizar-se em outras atividades, que não coloque em xeque suas habilidades. É frequente, entre os filhos caçulas, a presença de um sentimento de inferioridade (cf. Adler, 1927:123).

Como veremos no próximo capítulo, a questão de quem detém o poder é um aspecto relevante na caracterização da estrutura familiar das crianças de Contagem. O primogênito experimenta uma situação singular, encontrando-se no limiar

entre o mundo dos adultos e o mundo das crianças. Na ausência dos pais, assume o papel de adulto e é responsável pelos irmãos. A presença dos pais tira-lhe tal poder, e ele volta ao lugar de criança, como os irmãos, submetido à autoridade/autoritarismo paterno.

Nos anos seguintes, foram relatadas algumas pesquisas que visavam correlacionar ordem de nascimento e traços de personalidade. Mas é nas décadas de 50 e 60 que se registra a maior intensificação de publicações sobre este tema. Neste período, grande parte das pesquisas realizadas enfatizaram o estudo do primogênito em relação à inteligência, desenvolvimento verbal e motor, desempenho profissional, capacidade de liderança. Características de outras posições ordinais tendiam a emergir dos estudos comparando estas posições com o primogênito (cf. Stainton, 1980). Aos poucos, este campo de estudos vai-se ampliando e passa a abranger temas como a interação diferencial pais-filhos, associada à ordem de nascimento, os efeitos maternos e neonatais da ordem de nascimento etc.

O avanço das pesquisas foi acompanhado por um refinamento metodológico. A maioria destes estudos, a princípio, comparavam os primogênitos aos filhos posteriores. A seguir, os pesquisadores começaram a separar os primogênitos em filhos únicos e filhos mais velhos. Foi um avanço significativo, pois, como apontam Wagner et al. (1979), apesar destes dois grupos se assemelharem no que se refere a algumas características - habilidade verbal e desempenho acadêmico,

por exemplo - em muitos outros aspectos esta semelhança é limitada. A questão do destronamento do filho mais velho deste lugar de filho único temporário é um dos fatores que assume relevância nesta diferenciação. O próximo passo para uma caracterização mais estrita das diferentes posições ordinais foi dividir filhos posteriores em filhos do meio e caçulas. Em linhas gerais, estabeleceu-se, assim, o estudo de 4 grupos, como já sugerido por Adler (1927): filho único, filho mais velho, filho do meio e caçula.

O crescente intercâmbio entre os pesquisadores ampliou a discussão acerca da metodologia utilizada nestas pesquisas, alertando os estudiosos para outras variáveis intervenientes nos resultados destes estudos. Entre estes fatores, podemos citar: tamanho da família, sexo da criança e dos irmãos, espaçamento entre os filhos (cf. Wagner et al., 1979, 1985).

Não nos deteremos aqui na discussão dos efeitos destas diversas variáveis, restringindo-nos às contribuições trazidas por estes estudos à questão específica do primogênito.

1.2 Relação pais-filho e personalidade

O estudo longitudinal de Joan Lasko (1954), com cerca de 40 famílias, pode ser considerado uma das pesquisas "clássicas" neste tema. As famílias estudadas são descritas

como acima da média nacional, no que se refere à inteligência, status econômico e educação. Foram feitas observações repetidas das interações mãe-primeiro filho e mãe-segundo filho quando as crianças tinham a mesma idade cronológica. Entre suas principais conclusões, temos:

1. O comportamento da mãe com relação ao primeiro filho, é, em média, menos caloroso emocionalmente e mais restritivo e coercivo. Estas diferenças são mais aparentes nos anos pré-escolares do que em períodos posteriores.
2. O comportamento materno com o primeiro filho sofre mudanças sistemáticas, particularmente rumo à diminuição da interação pais-filho. Já a interação com o segundo filho tende a manter-se mais estável na medida em que a criança cresce.

Baseando-se em estudos que apontam traços específicos na personalidade do primogênito e nos resultados de sua própria pesquisa, Lasko (1954) acentua o papel do ambiente familiar em que a criança ingressa na determinação destas especificidades.

O primeiro-filho ingressa num ambiente que é "adult-orientad": são dois adultos com uma relação estabelecida sob certas bases de interdependência, dominação-submissão. O casal tem, agora, que se reorganizar de modo a efetivar a chegada de um terceiro membro, inteiramente dependente deles. E devem assumir a responsabilidade de orientá-lo e controlá-lo de uma

forma raramente presente numa relação de adultos. Independente de sua atitude emocional com relação à criança, o processo de ajustamento requer aprendizagem e elicia uma série de necessidades e respostas anteriormente adormecidas nos pais.

Lasko (1954) afirma que, muito provavelmente, as dificuldades deste processo de ajustamento contribui para promover grande ambivalência, principalmente na mãe. Mais ainda, ao se perceber cometendo "erros" em seu cuidar da criança, seja por inexperiência ou concepções errôneas acerca do desenvolvimento infantil, a culpa assim gerada transforma-se em hostilidade. Mesmo sem este componente de hostilidade, é provável que a mãe se mostre menos espontânea e consistente em suas manifestações de afeto ao seu primeiro filho do que aos filhos seguintes.

Outro aspecto destacado por Lasko (1954) refere-se às mudanças que necessariamente ocorrem nos padrões e expectativas dos pais com relação à criança. A distância existente entre o modo de atuação do adulto e da criança dificulta, para o adulto, a compreensão ou aceitação do jeito de ser da criança. Provavelmente, a disparidade entre as expectativas parentais e o modo de resposta da criança está mais presente na configuração pais-primeiro filho. Esta dificuldade na avaliação adequada das capacidades e limitações da criança em seus diversos momentos de desenvolvimento pode-se manifestar tanto na pressão excessiva rumo à submissão aos padrões adultos, quanto na infantilização da criança. A ansiedade materna frente à primeira maternidade e aos

cuidados com o filho também contribui para esta superproteção da criança.

Lasko (1954) ressalta que o primogênito inicia sua vida em um ambiente muito caloroso e centrado na criança, mas que isto é rapidamente perdido, enquanto o segundo filho já ingressa na família com um nível de atenção menos extremo, mas mantém uma posição mais estável na estrutura afetiva familiar. Acrescenta, ainda, que a auto-confiança da criança é colocada em questão quando nasce o irmão.

As observações de Lasko (1954) tangenciam pontos básicos para nossa compreensão do tema. Remetem-nos à distância existente entre as idealizações parentais e as possibilidades da criança, e à constituição de um novo núcleo familiar, com a incorporação do "ser pais" ao "ser casal", questões que discutiremos nos capítulos três e quatro.

McArthur (1956) comparou descrições feitas pelos pais da personalidade de seus primeiro e segundo filhos em duas gerações. A amostra da pesquisa era composta por universitários de Harvard, pertencentes às classes média e alta americana. Da avaliação destes dados, McArthur (1956) concluiu que:

1. Os primogênitos são mais voltados para os adultos, enquanto o segundo filho valoriza mais os companheiros da mesma faixa etária.

2. Dentre os traços de personalidade recorrentes em primogênitos, encontramos: sensível, bom, consciencioso, sério, temeroso e estudioso, tendendo à dependência. Para o segundo filho temos: alegre, plácido, independente, "easy going" e pouco estudioso.

3. Os primogênitos são criados mais rigidamente, enquanto que com o segundo filho os pais parecem mais descontraídos.

Embora reconheça haver diferenças na forma como são educados o primeiro e o segundo filhos, McArthur (1956) não estabelece uma relação causal entre este fato e as particularidades de personalidade, ao contrário de outros pesquisadores.

Outro ponto de discordância com outros estudos refere-se ao destronamento. Enquanto para muitos o destronamento do primogênito é um dos fatores responsáveis por seus traços de personalidade, McArthur (1956) afirma que a semelhança encontrada em primogênitos e filhos únicos invalida esta hipótese. Sugere que as diferenças observadas possam ser compreendidas pela influência de se ter um irmão mais velho. O primogênito estaria mais voltado para os pais por falta de outra possibilidade, enquanto o segundo filho encontraria no irmão mais velho um modelo, um companheiro e um rival mais próximo a ele do que os pais.

A partir do relato de quatro casos clínicos, de pacientes primogênitos em tratamento psicanalítico, Rollman-Branch (1966) discute a dinâmica pré-edípica e especialmente as conseqüências do destronamento do primogênito para seu desenvolvimento. Enfatiza a vivência traumática do primogênito quando do nascimento de um irmão. Embora crianças de todas as posições ordinais possam ter vivências semelhantes, argumenta, o filho mais velho é mais susceptível, pois somente ele já foi filho único, somente ele ocupou um lugar privilegiado e o perdeu, somente ele não conta com irmãos mais velhos para serem usados como objetos anaclíticos quando do destronamento. A falta de uma maternagem substituta agrava a privação do primogênito pré-edípico quando do nascimento do irmão. O desejo de identificar-se com o bebê por regressões intermitentes é frustrado, pois a mãe pode somente cuidar de um único bebê e, especialmente para o menino, a identificação com a mãe não é encorajada ou, caso seja, é difícil limitá-la a um ponto ótimo.

A intensa busca de realizações profissionais ou artísticas, observada em primogênitos, é interpretada por Rollman-Branch (1966) como uma tentativa de recuperar a satisfação narcisista experimentada quando era filho único e centro da afeição parental. Embora este desenvolvimento não seja exclusivo do primogênito, este é especialmente motivado a tentar sobressair-se de novo, agora por seu desempenho.

Em uma Clínica de Orientação Infantil, Shrader e Leventhal (1968) tiveram cerca de 600 questionários

respondidos por pais por ocasião de sua primeira entrevista. Investigou-se a possível correlação entre ordem de nascimento e procura de tratamento psicológico. Os autores centraram-se na descrição dos problemas apresentados pelas crianças, assim como em traços de personalidade. Os resultados apresentados são:

1. Primogênitos (incluindo filhos únicos) são mais levados à Clínica e, segundo seus pais, têm mais problemas.
2. Quando os pais buscam ajuda para os filhos mais novos, relatam menos problemas do que relata um pai que busca ajuda para seu primeiro filho.
3. Os meninos tendem a apresentar mais problemas nas áreas escolares e de linguagem, enquanto as meninas apresentam sintomas psicossomáticos, depressão, na relação com os pais, na alimentação e na área sexual.

Shrader e Leventhal (1968), apoiando-se nos estudos de Lasko (1954) e McArthur (1956), concluem que a menor procura de ajuda psicológica para os filhos mais novos deve-se às vantagens de socialização decorrentes desta posição. Referem-se, assim, ao fato destas crianças serem criadas por pais mais experientes e menos ansiosos, e de contarem com o modelo do irmão mais velho.

A pesquisa de Shrader e Leventhal (1968) corrobora nossa própria observação de que há maior demanda de

atendimento para o filho primogênito. Aponta para a questão de se investigar se estas crianças apresentam mais problemas ou se seus pais relatam mais dificuldades para com elas. A nosso ver, esta torna-se uma questão secundária quando centramos nossa atenção no jogo intersubjetivo que se estabelece entre pais e filhos.

Rothbart (1971) fez observações em "setting" experimental da interação mãe-primeiro filho e mãe-segundo filho durante a realização de determinadas tarefas. A amostra constava de 56 crianças, de ambos os sexos, com 5 anos, que frequentavam o jardim de infância de Palo Alto. Suas principais conclusões são:

1. As mães mostram-se mais ansiosas e invasivas quanto à "performance" do primeiro filho.
2. A filha primogênita é quem elicia respostas mais extremas da mãe: recebe maior pressão para realização das tarefas, é mais prontamente criticada quando erra e sofre maior intromissão ansiosa da mãe.

Rothbart (1971) ressalta que o sexo do filho primogênito é um fator relevante ao se avaliar a interação mãe-filho. A maior interferência materna na "performance" de seu filho primogênito mostra-se mais acentuada quando se trata de uma menina. Em sua opinião, o fato da mãe identificar-se mais com sua filha primogênita do que com qualquer outro filho acarreta, como consequência, uma maior

pressão sobre a criança no sentido de "achievement"¹, assim como maior insatisfação com sua "performance", já que suas expectativas são muito altas.

Seu estudo mostra, ainda, que há uma tendência das mães a usarem uma linguagem mais complexa com o primogênito. Seus dados não comprovam, no entanto, que as mães tendem a super-estimar a capacidade do primeiro filho, como aponta Lasko (1954).

A compreensão das diferenças descritas relativas ao sexo do filho está remetida, em última instância, à fantasia parental acerca do filho por-vir, ou seja, ao filho imaginado, construído pelos pais em seu discurso antecipatório². Nesta construção, estão em jogo as identificações femininas e masculinas de ambos os pais, assim como as representações sociais de homem e mulher. Entre as crianças em atendimento no FAM, a proporção de meninos é significativamente maior do que meninas. Como apresentaremos no próximo capítulo, esta predominância pode também estar referida aos papéis socialmente reservados ao homem e à mulher.

Jacobs e Moss (1976) realizaram um estudo comparativo do comportamento de mães com relação a seu primeiro e segundo filhos. Todas as mães eram brancas, residentes em área metropolitana, de nível educacional médio ou universitário. Foram feitas observações em casa, quando

1 To achieve - v.i. - sair-se bem, atingir nível desejado de desempenho (cf. Webster's Dicionário Inglês-Português).

2 Referimo-nos à discussão de Piera Aulagnier (1979) sobre a importância do discurso parental acerca do filho. Voltaremos a esta questão nos capítulos 3 e 4.

cada criança tinha três meses de idade. Feito o tratamento estatístico dos dados, Jacobs e Moss (1976) concluíram que:

1. A mãe demonstra comportamento menos social, afetivo e de cuidados com o segundo filho.
2. O decréscimo é menor se o segundo filho for homem ou do sexo oposto ao primogênito.
3. Quando se trata de duas mulheres, diminui-se mais acentuadamente a interação com a segunda filha.
4. Quando a filha primogênita segue-se um irmão homem, neutraliza-se a tendência a diminuir a interação.

Os resultados desta pesquisa apontam que as diferenças no comportamento materno em relação aos filhos está relacionada não apenas à ordem de nascimento como também ao sexo da criança. Sugerem, ainda, que um dos motivos para o decréscimo da atenção materna pode ser a redução de seu tempo disponível, visto ter que cuidar de dois filhos, aliada à demanda do primogênito quando a mãe está empenhada nos cuidados do segundo filho. Estes aspectos, no entanto, não são suficientes para justificar as diferenças referentes ao sexo do segundo filho. Entre as possíveis causas, Jacobs e Moss (1976) apontam que ter um filho de sexo diferente do anterior provê uma certa novidade na relação mãe-filho que atenua as diferenças em seu comportamento. Além disso, lembram o lugar de destaque ocupado pelo homem na cultura americana.

Kendrick e Dunn (1982) observaram as interações mãe-filho, em casa, de 40 famílias com 2 filhos, quando o segundo filho estava com 1 ano e 2 meses e o mais velho, em média, com 3 anos e 3 meses. As famílias pesquisadas foram caracterizadas como de classe trabalhadora (operários semi-especializados, especializados, funcionários). Centraram-se nas reações dos primogênitos face à interação da mãe com o segundo filho. Entre outras conclusões, apontam que as interações mãe-segundo filho são com frequência acompanhadas de protestos ou demandas por parte dos primogênitos. Esta constatação é confirmada pelos estudos de Jacobs e Moss (1976), que também descreveram protestos frequentes e demandas à mãe nestas situações quando o segundo filho tinha 3 meses de idade.

A relação entre ordem de nascimento, depressão, ansiedade e auto-conceito foi estudada por Gates et al. (1986) numa amostra de 404 crianças entre 7 e 12 anos, oriundas de escolas públicas e privadas. De forma geral, os filhos mais velhos pareceram mais saudáveis que os outros grupos, apresentando menos depressão e menos ansiedade. Seus escores de auto-conceito foram mais altos do que os de filhos posteriores. Talvez, sugerem Gates et al. (1986), a atenção exclusiva que receberam quando filhos únicos teve uma influência positiva suficientemente grande para compensá-los pelo destonamento e ainda gerar efeitos favoráveis, como os resultados obtidos apontam. De forma geral, as meninas apresentaram mais traços de ansiedade do que os meninos, o que pode ser explicado pelo fato da cultura americana permitir maior expressividade emocional às meninas.

Pitzer e Hock (1989) investigaram a relação entre ordem de nascimento e ansiedade de separação da mãe. Cerca de 40 mães que trabalham foram entrevistadas quando seu filho primogênito tinha sete meses de idade e de novo quando o segundo filho tinha a mesma idade. A avaliação dos testes aplicados mostrou haver uma redução dos índices de ansiedade materno com relação à separação do segundo filho. Deste dado, inferem que a experiência de separação de alguma forma ameniza a ansiedade da mãe com relação a deixar o filho aos cuidados de terceiros. Além disso, argumentam, as mães podem ter descoberto que seu filho pode beneficiar e mesmo gostar de sua experiência com outros adultos e crianças.

A ênfase destes autores recai na preocupação da mãe com o bem-estar da criança. Uma outra leitura poderia ser feita deste decréscimo da ansiedade materna de separação, centrando-se a atenção na vivência da mãe. Como veremos no capítulo três, a separação - necessária - do filho remete a mãe à sua primeira experiência de separação, a saber, de sua própria mãe. Com isto, reafirmamos nossa perspectiva de abordar este tema pelo jogo inter-subjetivo pais-filhos.

1.3 Doenças psiquiátricas

A relação entre posição ordinal e doenças psiquiátricas é talvez o campo de estudo que apresenta maior inconsistência de resultados. As inúmeras variáveis da

configuração familiar, acrescenta-se a controvérsia acerca de um diagnóstico preciso.

Para checar a hipótese da correlação entre tamanho de família, ordem de nascimento e esquizofrenia, Smith e McIntyre (1963) compararam os dados de cerca de 280 pacientes esquizofrênicos com os dados de 121 pacientes psiquiátricos não-esquizofrênicos e com os de um grupo de controle. Feita a análise, concluíram que não há diferenças significativas entre os três grupos no que se refere às variáveis estudadas. Apontam, no entanto, uma pequena superioridade de filhos únicos no grupo de pacientes não-esquizofrênicos.

Rão (1964) estudou a relação entre ordem de nascimento e esquizofrenia numa amostra de cerca de 2 mil pacientes homens indianos. Encontrou maior incidência de primogênitos. Relacionou este dado com a distribuição diferenciada de papéis sociais na família indiana: ao primogênito cabe assumir o papel de pai, ajudar a família e continuar a morar com ela (cf. Térzis, 1983).

Rassidakis et al. (1970) verificaram que, numa amostra de 419 pacientes psiquiátricos de ambos os sexos na Grécia, havia uma frequência significativamente superior à esperada de primeiros filhos. Entre outros fatores possivelmente responsáveis por isto, apontam que as tradições sociais e familiares na Grécia colocam sobre o primogênito um maior fardo psicológico, o que pode desencadear a doença (cf. Térzis, 1983:137).

Sandler e Sandler (1978) investigaram cerca de mil pacientes esquizofrênicos de ambos os sexos, internados em três hospitais psiquiátricos de São Paulo. Sua amostra incluía pacientes oriundos de classes alta, média e baixa. A associação entre ordem de nascimento e esquizofrenia mostrou-se pertinente para homens, primogênitos e caçulas. Quanto às mulheres, não encontraram correlação significativa. Atribuem este dado a fatores culturais, mas não se detêm nesta discussão.

Bucher e Térzis (1980) examinaram 150 pacientes esquizofrênicos internados em vários hospitais da região de Brasília, investigando a interrelação entre ordem de nascimento e esquizofrenia. Utilizaram questionários com questões acerca de identidade, variáveis sócio-culturais e estrutura familiar. Não constatarem diferenças significativas que indicassem esta correlação. No entanto, ressaltam as diferenças altamente significativas que se manifestaram com relação ao sexo do irmão precedente, em grande maioria do sexo oposto ao do paciente. Interpretam este fato no sentido de dificuldades de identificação e de identidade sexual, devidas a um relacionamento conflitivo com a figura do irmão que o precede.

Em trabalho posterior, Térzis (1983) observou 404 pacientes esquizofrênicos de ambos os sexos, internados em diversos hospitais psiquiátricos da região metropolitana de São Paulo. Entre seus principais resultados temos:

1. Em termos gerais há maior predominância de primogênitos de ambos os sexos dentre os pacientes esquizofrênicos.

2. A relação entre ordem de nascimento e esquizofrenia é afetada pelo tamanho da família: em famílias pequenas, predomina o primogênito; em famílias grandes, o caçula é mais frequente.

Térzis (1983) tece algumas considerações de cunho psicodinâmico visando à melhor compreensão da alta incidência de primogênitos entre pacientes esquizofrênicos. Destaca o fato de, ao contrário dos irmãos, o filho primogênito não contar com o auxílio de objetos libidinais auxiliares que lhe dêem suporte extra nas difíceis etapas de maturação psíquica, funções estas que ele exercita com os irmãos mais jovens.

D outro fator é o nascimento de irmãos mais novos antes do primogênito completar três anos. Não contar com objetos libidinais auxiliares e ainda ter que dividir a atenção materna numa idade ainda muito jovem torna mais difícil para esta criança lidar com seus afetos primitivos.

Térzis (1983) considera ainda que os primogênitos se prendem a uma fantasia de "paraíso perdido" e atribuem a perda deste paraíso (mítico) ao nascimento do irmão. A renúncia ao afeto materno e a ausência de objetos auxiliares para se ligar contribuem para que o primogênito se volte narcisicamente para si mesmo.

No que se refere à mãe do primogênito, Térzis (1986) sugere que há maior sensibilidade e predisposição para angústia durante o primeiro parto e no relacionamento com o primeiro filho. Refere-se, ainda, à inexperiência, insegurança e ansiedade quando da primeira gestação, enquanto o nascimento do segundo e terceiro filhos é considerado cada vez mais uma rotina.

1.4 Inteligência e "achievement"

"Inteligência e achievement" é uma das áreas que mais atenção tem merecido dos pesquisadores. Apresentamos alguns destes trabalhos, enquanto os mais ilustrativos desta linha de pesquisa. É interessante notar a preocupação, que transparece na redação destes trabalhos, com o sucesso, a "performance", o superar o outro, enfim, com o "achievement". Como discutiremos mais adiante, esta recorrência está referida a um sistema de valores sociais.

Altus (1967) investigou a posição ordinal de cerca de 4 mil estudantes da Universidade da Califórnia. Concluiu que, em testes de inteligência verbal, primogênitos obtêm um escore significativamente mais alto do que filhos posteriores. Filhos únicos obtêm escores ainda mais altos. No entanto, as medidas de habilidade quantitativa só apresentam correlação significativa quando se considera também o sexo do irmão seguinte: primogênitos, sejam homens ou mulheres, de famílias de dois filhos, obtêm escore mais alto nestes testes quando o

irmão é homem. Conclui também, da análise de seus dados, que o primogênito está super-representado entre estudantes universitários. Há indícios de que quanto mais seletiva for a Universidade, maior esta super-representação. Parece haver uma correlação entre as medidas de habilidades e a frequência à Universidade. Enfatiza que seus dados são oriundos do segmento "bastante brilhante" da sociedade. Atribui estes resultados ao tratamento diferenciado dos pais aos filhos de diferentes posições ordinais, ao maior desenvolvimento da "consciência", maior dependência das normas adultas e maior expectativa de "achievement", como já sugerido por Sears et al. (1957).

Bayer e Folger (1967) criticam o trabalho de Altus (1967), citando vários artigos que contradizem os resultados apresentados. A metodologia usada por Altus (1967), argumentam, é falha ao não controlar variáveis como: taxas de casamento e nascimento, tamanho completo da família, idade dos pais quando do primeiro e último nascimentos, espaçamento entre os filhos e estrutura etária da população. Na opinião de Bayer e Folger (1967), o que tem caracterizado as pesquisas sobre ordem de nascimento é a inconsistência dos resultados, decorrentes principalmente da falta de metodologia adequada.

Belmont e Marolla (1973) examinaram a relação entre ordem de nascimento, tamanho de família e desempenho intelectual numa amostra de 400 mil jovens de 19 anos, nascidos na Holanda entre 1944 e 1947. Analisaram os escores obtidos nas "Matrizes Progressivas de Raven" para cada variável, separadamente e em conjunto, levando também em

consideração a classe social do sujeito. No que se refere à ordem de nascimento, constataram que, de forma geral, os primogênitos obtiveram melhores escores que os filhos posteriores. Há uma relação inversa entre ordem de nascimento e escores obtidos no "Raven". Esta relação mantém-se quando se controla a variável tamanho de família, mas com consistência diferente: observa-se mais os efeitos da ordem de nascimento em famílias menores. Quanto à classe social, não constataram divergências significativas nos três grupos avaliados.

Hayes e Bronzaft (1979) trabalharam com uma amostra da elite acadêmica de Nova York. Pesquisavam a correlação entre primogenitura e sucesso acadêmico. Sua interpretação dos dados indicou que a frequência da posição ordinal em sua amostra acompanha a tendência geral da população, embora haja uma pequena superioridade de filhos únicos. Concluem que, em famílias que valorizam a educação e cujos filhos são bem dotados, a ordem de nascimento, tamanho de família e espaçamento entre os filhos não influenciam significativamente seu desenvolvimento.

Pesquisas já publicadas sobre a correlação entre ordem de nascimento e inteligência constituem a base do trabalho de Zajonc et al. (1979). Perante a inconsistência dos resultados das pesquisas, estabelecem um novo método de análise de dados - o modelo de confluência - e aplicam-no aos dados de outros pesquisadores.

Sua hipótese de base é que a variação etária da família influencia decisivamente os resultados das pesquisas: amostras de diferentes idades apontam correlações diferentes. De seu estudo, concluem:

1. Para crianças muito pequenas, em famílias com pequeno intervalo entre os filhos, o primogênito ultrapassa o segundo filho.
2. Entre 3 ou 4 anos e a pré-adolescência, há uma inversão desta tendência.
3. Da adolescência em diante, observa-se mais uma vez a superioridade do primogênito.

Baseando-se em trabalhos que afirmam serem os primogênitos e filhos únicos mais dependentes e "affiliative"³, especialmente sob circunstâncias estressantes, Hansson (1979) investigou a hipótese de que os primeiros filhos são mais sensíveis aos sistemas sociais de apoio. Para testar esta hipótese, correlacionou os escores de cerca de 200 universitários americanos, obtidos em testes de reajustamento social, e sua "performance" acadêmica. A análise estatística dos dados mostrou que a "performance" dos primogênitos foi menos afetada por mudanças recentes em sua vida (que requerem reajustamento social), enquanto os filhos posteriores tiveram menor rendimento acadêmico, sob as mesmas circunstâncias.

Em um estudo longitudinal com cerca de 95 crianças americanas negras de baixa renda, Boat et al. (1986)

3 To affiliate - v.t. - adotar, receber na família como filho; daí, usualmente, trazer ou receber em ligação íntima; aliar; unir. (cf. Webster's International Dictionary of English)

investigaram os efeitos de educação preventiva e ordem de nascimento em seu desenvolvimento intelectual. As crianças pesquisadas participaram até os 5 anos de um programa de intervenção preventiva; seus escores na "Wechsler Preschool and Primary Scale of Intelligence" foram comparados com os do grupo de controle. Os resultados obtidos confirmaram que os testes verbais são os que mais refletem diferenças de ordem de nascimento. O grupo participante do programa de intervenção obteve rendimento geral mais alto que o grupo controle, mas manteve as diferenças referentes à ordem de nascimento: em ambos os grupos, os primogênitos demonstraram melhor rendimento verbal.

1.5 Sobre o primeiro filho: síntese

Em extensa revisão bibliográfica, Wagner et al. (1979, 1985) discutem os resultados controversos das pesquisas sobre as variáveis da configuração familiar e sistematizam os dados mais consistentes já publicados. Vamos acompanhá-los no que se refere especificamente ao primogênito.

Em todas as idades, os primogênitos, em média, obtêm escores mais altos em testes de inteligência. Tendem a preferir trabalhar com idéias, mostrando notável aptidão para funcionamento verbal abstrato.

Quando crianças, são cognitivamente mais sofisticados e tendem a ter grande habilidade verbal. Este

dado é explicável em função das conversas com adultos e do papel de interlocutor, exercido pelo primogênito, entre os pais e os irmãos mais jovens, exceto quando o espaçamento entre os filhos é pequeno. Em média, são mais fáceis de educar, tendem a se dedicar à escola, são mais sérios, andam, falam e lêem mais cedo que os filhos posteriores e estabelecem para si próprios metas mais altas que os outros. Estão super-representados em programas especiais para crianças super-dotadas e sub-representados entre retardados mentais e crianças com lentidão na aquisição de leitura.

Primogênitos e filhos únicos regularmente obtêm escores mais altos em necessidade de "achievement", motivação acadêmica, esforço e conscienciosidade. Identificam-se fortemente com os pais, e demonstram dependência, conformidade e "affiliation".

Em geral, são mais susceptíveis à pressão social e mais dependentes da avaliação social. Talvez por se salientarem mais, primogênitos são menos populares que os filhos posteriores, embora tendam a exercer maior liderança.

Quando adultos, tendem a reagir aos pais e outras figuras de autoridade com dependência e "productivity"⁴ e aos irmãos (companheiros) com táticas de poder. São mais bem-sucedidos sob regras autoritárias. A questão da autoridade se manifesta seja em grande submissão, seja em grande autoridade.

⁴ Productivity - n. - qualidade ou estado de ser produtivo (cf. Webster's International Dictionary of English)

Em testes de Resolução de Problemas, uma das formas metodologicamente mais fáceis de se avaliar a criatividade, os primogênitos, especialmente de famílias pequenas, obtêm melhores resultados do que filhos únicos e filhos posteriores. A maior pressão para "achievement" exercida sobre o primogênito acarreta maiores escores nas medidas de necessidade de "achievement". Esta, por sua vez, provê motivação para que os filhos mais velhos alcancem melhores resultados em testes de Resolução de Problemas.

Crianças primogênicas são mais levadas às Clínicas de Orientação Infantil. As tentativas de estabelecer correlações entre ordem de nascimento e tipos de problemas emocionais apresentados obtiveram resultados inconsistentes. Parece haver uma pequena super-representação de primogênitos entre pacientes esquizofrênicos.

Toda essa extensa e variada bibliografia fundamenta-se em pesquisa empírica, com a finalidade de comprovar estatisticamente os efeitos de diferentes variáveis sobre a constelação familiar. Inúmeras são as dificuldades técnico-metodológicas que atravessam esse modelo de pesquisa e contribuem para que haja certa inconsistência nos resultados obtidos, o que tem sido objeto de discussão entre os pesquisadores, como bem avaliam Wagner et al. (1979, 1985).

O controle de todas as variáveis intervenientes - como, por exemplo, sexo da criança e dos irmãos, tamanho da família, condições sócio-econômico-culturais, movimentos

demográficos (taxa de casamento, nascimento e mortalidade infantil) - afigura-se como o problema central. O esforço para reduzir ao mínimo os possíveis desvios ocasionados por essas variáveis levaram os pesquisadores a estabelecer limites estritos para a amplitude de seus estudos e a enfatizarem a necessidade de outros trabalhos para uma possível generalização.

De forma geral, estas pesquisas constataam certa especificidade no primogênito, mas atêm-se aos aspectos mensuráveis de comportamento, estabelecendo eventualmente algumas inferências acerca das possíveis causas eliciadoras do mesmo. Pouca luz é lançada, no entanto, à discussão dos fatores dinâmicos subjacentes ao desenvolvimento destas características particulares e de sua atuação no processo de construção da representação do sujeito. A exceção é o trabalho de Adler (1927), que articula diferentes posições ordinais à questão do poder, e o estudo de Rollman-Branch (1966), que discute aspectos particulares da dinâmica pré-edípica vivenciada pelo primogênito.

1.6 Comentários

Esta revisão colocou-nos frente a duas questões: a primeira refere-se à dinâmica intra-familiar que indica um certo lugar ao primeiro filho; a segunda diz respeito às diferentes formas de atualização que assume este ser primogênito. Vamos seguir agora por esta segunda via.

Numa apreensão global destes trabalhos, chama-nos atenção a recorrência de algumas categorias como inteligência, desempenho, eminência, que remetem todas à questão do "achievement". Além das pesquisas que privilegiam claramente esta questão, notamos nos outros trabalhos uma preocupação referente a possíveis intervenções familiares e escolares no sentido de incrementar a plena atualização do potencial do indivíduo. Esta atualização está referida, em última instância, a seu desempenho profissional.

Podemos supor que o estabelecimento de categorias a serem pesquisadas é atravessado por certas concepções ideológicas que, se não estão explicitadas, ainda assim apontam efeitos.

A recorrência do fator "achievement" nas pesquisas é indicativa da importância socialmente atribuída à esta característica. Ampliando esta formulação, diríamos que os termos usados na caracterização de cada posição ordinal estão remetidos a um sistema de valores culturais. E não se trata de um artifício de pesquisa. Esta valorização não se restringe a um "fator objeto de pesquisa", mas também (e principalmente) à presença desta característica no indivíduo deste grupo social.

Nesta perspectiva, tentamos pensar o atravessamento de uma ideologia vigente no processo de construção da representação do sujeito.

Se supomos que os valores culturais se fazem presentes na representação do sujeito, a leitura desta bibliografia, predominantemente estrangeira, impõe-nos um limite a mais: a maioria dos dados de que dispomos são de origem americana e européia (com algumas exceções) e sua transposição ao contexto brasileiro sofre restrições.

Neste sentido, seria interessante deter-nos em estudos brasileiros acerca deste tema. No entanto, pesquisas sobre ordem de nascimento, no Brasil, são ainda incipientes e os poucos trabalhos a que tivemos acesso enfocam a população psiquiátrica, como os de Sandler e Sandler (1978), Bucher e Térzis (1980) e Térzis (1983, 1986).

Foi em alguns estudos de cunho psico-sociológico que encontramos subsídios para melhor abordarmos esta questão. Embora não tenham como objeto de estudo a questão da primogenitura, este tema perpassa estas pesquisas e há referências às diferenças de representação feita pelos pais com relação ao primeiro e segundo filhos (Salem, 1985; Sasson, 1987), e ao papel social reservado ao primogênito na família (Salem, 1981).

Salem (1985), ao traçar o perfil típico do "casal grávido" - casais de classe média e alta do Rio de Janeiro, que pretendem viver a "gestação/parentalidade" de forma não-tradicional - ressalta as mudanças introduzidas na vida do casal pelo projeto do primeiro filho, no que se refere à

relação intra-conjugal e às relações do casal com amigos e famílias de origem.

No período de gravidez, há maior aproximação do casal. O casal como "unidade" tende a marcar sua diferença com as gerações anteriores, o que se reflete numa certa restrição à frequência dos contatos com as famílias de origem. Os futuros pais planejam cuidar do filho sozinhos, sem nenhuma ajuda externa. Com o nascimento do filho e o cuidado efetivo da criança, vivenciam um processo de desilusão com relação ao projeto anterior. Com frequência, o pós-parto é definido como "caos". O filho vem a separar os cônjuges e a suposta unidade do casal cede lugar à unidade mãe-bebê. A crise conjugal atualiza-se quando o projeto "casal grávido" se realiza e também quando não se realiza. No período pós-parto, há uma retração nas relações com amigos e uma reaproximação com as famílias de origem.

O relato dos pais indica, ainda, que a experiência efetiva da parentalidade é acompanhada de uma reavaliação do que foi planejado durante a gravidez e que os planos para o segundo filho são nitidamente marcados por esta reformulação. Ao pensar a possibilidade de um segundo filho, muitos não pretendiam repetir esta experiência totalizadora que viveram com o primeiro filho. Salem (1985) conclui que:

"o nascimento do primeiro filho inaugura uma nova etapa do ciclo vital familiar que promove alterações significativas tanto na relação do novo núcleo com a parentela quanto na própria organização conjugal" (p. 58).

A pesquisa de Sasson (1987) sobre "A representação psíquica do bebê nas mulheres grávidas" apresenta uma outra perspectiva na abordagem deste tema. Sasson entrevistou mulheres de classe média-alta, grávidas de seu primeiro, segundo ou terceiro filhos. Pela análise de discurso, Sasson mostra que, para as mães de segundo filho, a decisão de ter mais um filho está referida à experiência com o primeiro, descrita, algumas vezes, como "caótica". O segundo filho vem com a missão de separar a mãe e o primogênito. A primeira maternidade é descrita como "mais": a mãe tem mais angústia, tem mais emoções, imagina mais como seria o filho e o nascimento do bebê gera mais impacto nas famílias de origem. Se no discurso de todas as grávidas emerge a expressão plenitude, desejo satisfeito, preenchimento de uma falta, nas mães de primeiro filho é mais pregnante a presença de uma ilusão. Sasson (1987) aponta, ainda, que as mães de terceiro filho vivem a gravidez como um estado de plenitude, mas mostram "saber" que a completude não é eterna (p. 89).

Dos trabalhos de Salem (1985) e Sasson (1987) destacamos dois pontos de especial importância para a compreensão do lugar do primogênito na dinâmica familiar: o primeiro filho marca a constituição de um novo núcleo familiar e acarreta reestruturações em todos os níveis; as gestações subsequentes são vividas com referência às marcas da primeira gestação, em seu processo de ilusão e desilusão. Retomaremos estes pontos nos capítulos três e quatro.

Salem (1981), em pesquisa sobre as representações que as mulheres da favela da Rocinha - RJ. expressam sobre a família e sua inserção neste núcleo, faz referências ao lugar delineado para o primogênito. Nestas famílias, a maioria chefiada por mulheres devido a ausência do cônjuge, a primeira separação do marido em geral ocorreu por ocasião da primeira gravidez ou parto. Segundo Salem (1981), a dificuldade financeira agravada pelo nascimento do filho é um dos fatores que contribui para a dissolução do casamento.

A desagregação familiar, com frequência, já havia sido experimentada por estas mulheres em sua infância. Uma estratégia familiar para lidar com a carência material quase insuportável era diminuir o tamanho da família pela dispersão de alguns de seus membros. Salem (1981) lança a hipótese de que, neste caso, a tendência era a saída da filha mais velha, especialmente quando havia outras irmãs para substituí-la em suas tarefas. Além disso, por ser mais velha, teria mais chances de conseguir trabalho em "casa de família".

As mulheres entrevistadas por Salem (1981) manifestaram a expectativa de serem amparadas pelos filhos na velhice. Algumas concentram esta expectativa em um único filho, o "filho eleito", com o qual mantém uma relação especial. A escolha do "filho eleito" obedece a certos critérios, entre eles seu sexo e o lugar que ocupa na fratria. De acordo com Salem, esta escolha incide sempre sobre o filho primogênito de sexo masculino. Sugere, ainda, que esta escolha "promove a efetiva substituição de um homem por outro, isto é,

do marido pelo filho primogênito" (Salem, 1981:86). Isto se manifesta em três aspectos básicos: ao filho eleito é atribuído o papel de chefe da família, responsável pela assistência afetiva e econômica; a mãe tende a subestimar a contribuição financeira dela própria e dos outros filhos, reiterando assim, a imagem de "homem da casa" atribuída ao "filho eleito"; e em terceiro lugar, a mulher renuncia a uma nova união amorosa, por algum tipo de fidelidade ao filho.

Como veremos no próximo capítulo, a descrição de Salem apresenta alguns pontos em comum com nossa abordagem da comunidade de Contagem, como por exemplo as representações dos papéis sociais do homem e da mulher, e outros divergentes, como a desagregação familiar.

Embora estes trabalhos, como já dissemos anteriormente, não enfoquem especificamente a questão da primogenitura, eles fornecem-nos indícios para melhor compreendermos as particularidades culturais que atravessam esta questão.

É difícil compararmos estes trabalhos com as pesquisas anteriormente apresentadas. Não apenas as metodologias usadas nas coletas dos dados são claramente distintas, como também divergem os objetivos dos estudos. Enquanto as primeiras pesquisas apresentadas tem como objetivo geral o estudo das características observáveis das diversas posições ordinais, nas outras a questão da especificidade do primeiro filho emerge nos relatos das entrevistadas. E neste

caso somos remetidos antes às representações destas pessoas acerca da parentalidade e da família.

Mas, para além desta divergência de abordagens, acreditamos que a especificidade do primogênito é atualizada de formas diferentes nos vários grupos sócio-culturais. Esta atualização depende do campo de possibilidades que se abre frente a ele, mediado pelo discurso parental. Voltamos, assim, ao aspecto já mencionado do atravessamento de valores na construção da representação de sujeito.

Tomemos como exemplo a figura do "filho eleito" citada por Salem (1981). A emergência desta categoria no discurso das mulheres da Rocinha provavelmente se deve à insegurança quanto ao amparo institucional à velhice, assim como às suas representações dos papéis de homem e mulher na sociedade: o domínio da mulher é o da família, enquanto o homem exerce a mediação entre este espaço privado e o espaço público.

No campo de possibilidades de atualização do sujeito, portanto, intervêm fatores de ordem material e de valores.

Se o sistema de valores sociais está sempre presente na representação do sujeito, como vimos apontando, as descrições apresentadas das características do primogênito, assim como do lugar que ocupa na família, está vinculada a seu meio sócio-cultural.

Portanto, no próximo capítulo, vamos sistematizar algumas das representações que permeiam e constituem o universo cultural das famílias atendidas no PAM - Contagem e que são importantes para a compreensão do lugar ocupado pelo primeiro filho nestas famílias.

2. De onde falamos ...

Sobre as representações

"... Descansaremos porque a sirene apita e temos que trabalhar, cozer, casar, passar dificuldades, com o temor de Deus, para ganhar o céu."

Adélia Prado

No contato diário com as famílias de Contagem, em situação de atendimento psicoterapêutico, fomos construindo uma visão da realidade em que vivem estas pessoas, com suas características próprias, com suas formulações a respeito de saúde, doença, trabalho, relações familiares etc. Essa construção da realidade do cotidiano de Contagem foi feita a partir dos discursos dos pacientes, de relatos fragmentados de suas vivências, experiências, valores, expectativas. Com os dados obtidos nestas entrevistas, procuramos caracterizar as representações que esses sujeitos têm acerca dos temas acima referidos. Por representação, definimos a forma pela qual esses sujeitos organizam, num discurso coerente, as percepções das experiências singulares que compõem seu cotidiano e que traduzem uma certa abordagem do mundo, que confere sentido às suas vivências. (cf. Borges, 1987)

Começamos pela discussão das noções de saúde e doença, procurando mostrar como estes conceitos variam de acordo com a classe social na qual o sujeito se insere. Esta questão está intimamente relacionada com a demanda de atendimento psicoterapêutico, tal qual abordada na segunda parte deste capítulo. A seguir, descrevemos a representação de família, apresentando sua organização, divisão de papéis,

concepção de infância. E, sob o título de "representação do sujeito", procuramos apontar um caminho possível para a compreensão das diversas formas de expressão que pode assumir o ser o filho primogênito em ambientes culturais distintos.

2.1 Sobre a representação de saúde e doença

Nos últimos anos, têm sido publicados numerosos estudos referentes às particularidades do atendimento psicoterapêutico à população de baixa renda, sendo que um dos aspectos enfocados concerne às conceituações de saúde, doença, bem estar, sofrimento, nos diferentes estratos sócio-culturais.

A maioria destes trabalhos (cf. Costa, 1989; Bezerra Jr., 1987; Quintana, 1988) destaca a estreita relação existente, nas classes trabalhadoras, entre saúde - condições físicas para trabalhar - e doença - impossibilidade de trabalhar. Intimamente ligada a essas concepções está a localização no corpo do sofrimento psíquico: a categoria "doença dos nervos" e seus correlatos "nervosismo", "sofrer dos nervos", "problemas de cabeça", permeiam o discurso das classes trabalhadoras com relação ao seu sofrer.

Jurandir Costa (1989) discute esta questão, articulando-a à identidade social. Afirma que, nas classes trabalhadoras, a identidade do trabalhador, uma das

representações do sujeito acerca de si mesmo, assume preponderância sobre outros aspectos identitários, constituindo elemento-chave de sua auto-imagem. Ser trabalhador é visto como condição da natureza humana, o sujeito é, na medida em que é trabalhador. O trabalho afigura-se, assim, não como uma face da vida, mas como sua condição, não apenas no que se refere à sobrevivência, como também no que tange às outras relações : ser homem, ser pai, ser marido. O corpo é investido enquanto corpo-trabalho, instrumento por excelência do trabalho. É no corpo que se manifesta o que não vai bem na identidade trabalhadora. Para Jurandir Costa (1989), a expressão "*doença dos nervos*", com as inúmeras significações a ela atreladas, condensa em sua polissemia essa apreensão do corpo enquanto matriz do trabalho, sendo utilizada, pelo trabalhador, tanto para a descrição do que sente, como para explicação de seus sintomas.

Bezerra Jr. (1997) aborda a questão saúde-doença, destacando a flexibilidade da fronteira que distingue um estado do outro, de acordo com a classe social a que se pertença. Nas classes média e alta, o conceito de saúde é restrito, estando estreitamente vinculado à noção de bem estar: qualquer alteração ou diminuição deste estado é percebida como indicio de doença, merecendo, portanto, atenção. Já nas classes trabalhadoras, a relação é inversa - saúde é uma noção extremamente abrangente, enquanto a doença se caracteriza como o estado que dificulta ou impede sua atividade de trabalhador. Como Costa (1989), Bezerra Jr.

(1987) estabelece a distinção corpo-prazer, imagem pregnante das camadas sociais mais altas, e corpo-trabalho, característico da classe operária. E indica-nos como essa vinculação corpo-trabalho é determinante na busca de tratamento e na interrupção do mesmo. Na medida em que o bem estar é relegado a segundo plano, o trabalhador considera-se "em alta" tão logo tenha recuperado sua capacidade laborativa. Quanto à "doença dos nervos", à localização somática do mal estar, afirma Bezerra Jr. (1987) que: "... para isto contribui o fato de que o arsenal lingüístico à disposição destes grupos não se orienta para a introspecção e a análise de categorias concretas, de sensações vividas corporalmente" (p. 152).

Não nos deteremos aqui numa discussão mais aprofundada das questões acima apontadas. O que nos interessa destacar é essa visão da saúde como funcionalidade e vinculá-la ao atendimento de crianças. Podemos estabelecer um paralelo entre estas representações, remetidas ao mundo adulto, e a representação do distúrbio infantil. Vejamos.

A grande maioria das crianças atendidas no FAM-Contagem são do sexo masculino, em idade escolar, sendo significativo o alto número de crianças primogênitas. As queixas principais ("motivo da consulta") podem ser agrupadas em duas categorias: "problemas de nervos" (englobando queixas somáticas e distúrbios de comportamento, agressividade, roubo etc) e dificuldade escolar: "é atacada dos nervos. Nem apanhou, já grita. é revoltada."; "A professora pediu prá

trazer. Não põe muito sentido nas coisas.", "É lento, não tá desenvolvendo na escola, não gosta de estudar ... Tem uns repentes e joga tudo fora".

Todas as queixas, direta ou indiretamente, ressoam no âmbito escolar e, com frequência, a criança só é levada a tratamento a partir de uma demanda da escola. Busca-se tratamento quando a criança fracassa em seu "trabalho", a saber, a escola, altamente valorizada por ser considerada passagem necessária para melhores empregos e ascensão social. Não podemos apontar com segurança os motivos pelos quais há maior predominância de meninos em atendimento do que de meninas. Podemos supor, no entanto, que a escolaridade seja mais valorizada para o menino, na medida em que cabe ao homem o sustento da casa. Já as dificuldades escolares da menina talvez sejam mais "suportáveis" por restar, a ela, a "saída" do casamento.

A preocupação com a criança, como vimos anteriormente, manifesta-se particularmente nos aspectos "objetivos": saúde física, desempenho escolar. Quanto ao comportamento da criança, é motivo de atenção quando perturba os pais no desempenho de suas atividades: nesta ótica, o menino "desinquieto", agitado, gera preocupações, enquanto a criança apática, que nunca reclama, nem demanda nada, passa despercebida aos pais, "está bem": "sempre foi quieto, parado, curioso, mas sem insistência, na casa dos outros não pede nada. É um menino bom". Como aponta Resch (1987), "... o 'ser calmo' parece um sinal de saúde mental oposto ao

comportamento agressivo, motivo de tantas queixas e perturbações da paz familiar" (p. 196). O desinteresse, a apatia, só se tornam um problema quando, na escola, são apontados como causa do baixo desempenho escolar.

Na tentativa de dar uma explicação para as atitudes que os filhos vem apresentando, os pais recorrem a episódios na vida pregressa da criança, à gravidez e à história familiar. As causas apresentadas remontam a acidentes ("caiu da laje..."; "com 4 anos teve um acidente de caminhão. Foi atropelado, ficou assim com ar de retardo ... No primeiro ano, teve dificuldade na escola, anda nervoso ... Fica nervoso com a mudança da lua."), a perturbações na gravidez ("ficava muito nervosa...", "leveí um tombo..."; "tive sangramento...", "chorava muito...") e a fatores hereditários ("a família do meu marido é fraca da cabeça, ninguém estudou..."; "puxou mais o lado do pai...").

2.2 Sobre a representação do atendimento psicoterapêutico

Ao chegar para a primeira entrevista no SSM, o paciente vê-se diante de uma situação nova, que foge a seus padrões habituais. Via de regra, a informação que o paciente tem sobre o que é Psicologia, o que é psicoterapia, é bastante restrita, algumas vezes inexistente: a Psicologia divide seu campo de atuação com a Neurologia e a escola, e nem sempre são claras as fronteiras entre essas áreas. Lira (1988) ressalta a importância da escola e da Neurologia no encaminhamento de

crianças a atendimento, o que coaduna com nossa própria experiência. Discute, ainda, a confluência destas duas áreas na construção da representação da psicoterapia: a escola, enquanto detetora dos problemas da criança, a Neurologia, enquanto especialidade que, lidando também com "problemas de cabeça", confirma a necessidade de tratamento. Frente a essa "nova especialidade" - a Psicologia - recorrem a áreas já conhecidas - escola e Neurologia -, utilizando-as como pontos de referência em sua tentativa de compreensão do tratamento. Assim, "... a psicoterapia passa a ser percebida ora como podendo servir a alguns objetivos similares àqueles da escola, ora como tratamento alternativo àquele oferecido pela Neurologia" (Lira, 1988 : 71).

Estando em um PAM em que predominam as consultas médicas de 5 minutos, em que o paciente mal relata seus sintomas, é medicado e parte com a recomendação de voltar em um mês "para controle", o paciente encaminha-se para a consulta com o psicólogoregnado pelo modelo médico: em nosso caso, é a mãe quem expõe rapidamente os sintomas da criança e aguarda, por perguntas ou prescrição. A situação de ter tempo para contar mais detalhadamente o que está acontecendo, não se atendo, necessariamente, à descrição do sintoma propriamente dito, de ser ouvida, é inusitada, gerando ansiedade e respostas variadas, que vão do ficar calada, esperando a costumeira atitude assertiva do "doutor", à urgência em falar o máximo no menor tempo possível, "prá não ser interrompida" ou "prá não tomar demais seu tempo". O respeito pelo médico

ou "doutor" beira o temor: temor de não ser ouvida, temor de ser excessiva. É difícil, para um paciente, repentinamente apossar-se deste tempo e espaço que lhe é "oferecido". Parece precisar de tempo para acostumar-se ao "setting" psicoterapêutico, para fazer uso do tempo, do espaço e do terapeuta.

Em geral, é a mãe quem leva a criança neste primeiro atendimento. Para a mulher, é especialmente nova esta situação de ter voz, de ser ouvida. A mulher se submete: aos pais, ao marido, à patroa, ao "doutor". Ela ouve, e ao longo de sua vida, foi muito pouco estimulada a falar, a expressar-se. A submissão ao "doutor" é apenas mais um episódio de uma série de submissões. O direito de ser ouvido, de ser bem atendido em um PAM público, não é claramente reconhecido. O pagamento indireto (via descontos da Previdência) contribui para que não se perceba com clareza que o profissional que o atende é pago por ele para atendê-lo. Esta configuração ampla da consulta em PAM facilita a aceitação das consultas-relâmpagos e oferece solo fértil para o surgimento de intensa gratidão quando se é "bem atendido".

A ausência de medicação é outro fator inesperado na consulta no SSM. Regido pela lógica dominante de que "há um sintoma, há um medicamento, há a remissão do sintoma", o paciente percebe a "boa" consulta como aquela da qual se sai medicado, nem que seja com Baralgin. O pedido de exames também é valorizado: é muito frequente a demanda imediata de um "elétrico", pois "o menino tem problemas de nervo". Podemos

pensar que o exame concretiza um diagnóstico de que a criança tem um distúrbio que se explica pela alteração orgânica, o que, até certo ponto, alivia a mãe, pois a coloca num terreno mais ou menos conhecido: da doença no corpo. E muitas vezes isto justifica tanto as atitudes da criança - "faz, porque é doente, deu no eletro" - quanto dos pais em relação à criança - "parei de exigir dele, porque não tá nele fazer isso, é doente", "tenho medo que ele tenha problema de cabeça. Atendo todas as vontades dele ... Outro dia tava pensando se sou eu que atrapalho ele, tô sempre em cima dele, isso pode dar raiva, né?".

A ausência de exames e prescrições é encarada com desconfiança pela mãe - "como o menino melhora só com conversa?" - e com alívio pela criança. A expectativa da criança, quando do primeiro atendimento, é ser examinada fisicamente por um médico - "o doutor põe um pauzinho na boca da gente", "...tomar injeção..." - e a criança reluta. É, assim, com alívio que escuta que neste atendimento não há exames, nem remédios. E é também com surpresa, por ser ouvida, por ter tempo, por poder brincar ou simplesmente ficar quieta, "sem fazer nada".

Como já afirmamos anteriormente, a concepção vigente de saúde liga-se à ausência de sintomas "gritantes". Assim, a expectativa dos pais quanto aos objetivos do tratamento é a supressão do sintoma que eliciou a indicação para psicólogo: a criança é levada por "fracasso escolar"; uma vez que tenha

aprendido a ler e escrever, a continuidade do tratamento perde a razão de ser, o "controle" já não é mais necessário. Esta concepção dos objetivos do tratamento é responsável por grande parte dos casos de abandono de atendimento, considerados por nós como casos de evasão. Em muitos casos, os pais deixam de comparecer às sessões porque "o menino melhorou", "não precisava mais..." e retornam, após algum tempo, "porque o menino piorou", "tá que nem era antes...". Outro motivo alegado para a interrupção do tratamento é que o "menino piorou depois que começou a vir aqui". Em ambas as situações, o aspecto imediatista da supressão de sintomas assume relevância.

É claro que podemos ler estas falas no contexto específico de suas histórias singulares e no desenvolvimento de seu processo terapêutico. Mas podemos pensar, também, que está em questão a relação destas pessoas com o tempo: parecem-nos que a característica mais marcante desta relação é a consciência clara da transitoriedade. Benilton Bezerra Jr. (1987), discutindo as particularidades do atendimento à população de baixa renda, levanta a hipótese de que, em condições precárias de vida, marcados pela incerteza do dia seguinte, o atual assume uma relevância ímpar frente ao futuro: vive-se "em crise", buscando solucionar problemas emergentes "agudos". Nas populações carentes, ao contrário das classes economicamente privilegiadas, as noções de projeto de vida, de continuidade, de planejamento são menos pregnantes, pelas próprias condições de vida, e interferem

significativamente na construção do projeto terapêutico, que se caracteriza também por um tratamento "de crise". Há uma discrepância nítida entre a concepção de alta do terapeuta e do paciente. Para este, a alta é "dada" quando se reencontra as condições mínimas de "desempenho efetivo".

A estranheza frente a um tratamento não medicamentoso, "só de conversa", diminui à medida em que resultados favoráveis são alcançados. Assim, após algum tempo, pudemos ouvir mães dizendo: "não sei como é que é, mas o menino melhora", ou ainda "depois que comecei a trazer ele aqui, minha pressão baixou". Esta concepção de "tratamento com bons resultados" passa a ser difundida na comunidade e na escola. Na medida em que essa divulgação se amplia, os novos pacientes já chegam com noções mais ou menos claras das características do tratamento: "é demorado, mas funciona...", "é tratamento só de palestra...", "tem que vir muitas vezes...". Começa a haver, também, uma demanda direta de tratamento por parte da família da criança, que chega ao SSM já não por encaminhamento médico ou da escola, mas porque tomou conhecimento, através de outros pais, da efetividade do tratamento.

2.3 Sobre a representação de família

As famílias das crianças atendidas no PAM são, em sua maioria, constituídas por marido, esposa e filhos, sendo a preservação da família altamente valorizada, embora o

casamento nem sempre seja legalizado. A organização familiar segue moldes hierárquicos, pautada na demarcação explícita de papéis masculino e feminino. A proteção e o amparo financeiros são responsabilidades do homem, chefe da família, mesmo quando a mulher trabalha fora. A renda auferida do trabalho feminino caracteriza-se como "ajuda", intromissão necessária nas responsabilidades do marido, e destinada às despesas "extras" ou "secundárias": remédios, material escolar, vestuário para os filhos.

Trabalhar fora, para a mulher, é uma contingência; raramente afigura-se como atualização de um projeto de realização profissional. Nos poucos casos em que as mulheres manifestaram, nas entrevistas clínicas, ideais de realização profissional (não efetivados), as atividades mais investidas foram aquelas que implicam "cuidar", como, por exemplo, atendente de enfermagem, trabalho em escolas. As mulheres que efetivamente trabalham fora empregam-se, em geral, como lavadeiras, faxineiras, domésticas, seja pela falta de preparo profissional para melhores empregos, ou por serem atividades com horários mais flexíveis, ou ainda por serem campos de trabalho essencialmente femininos.

O trabalho da mulher é passível de regulamentação pelo homem, sendo, em geral, fonte de conflitos familiares. A mulher só trabalha fora quando o homem não está conseguindo suprir as necessidades da família, seja por estar desempregado, seja por ganhar pouco demais. Isto coloca em cheque seu papel de "provedor" e, segundo Jurandir Costa

(1989), o que seria uma problemática de ordem social pode configurar-se, para o trabalhador, como um conflito psicológico que remete à sua identidade global.

Sua auto-representação profissional pode assumir tal relevância que chega a obscurecer suas outras representações de si, algo como "ou se é trabalhador, ou não se é". Além disso, na fantasia do marido, a entrada da mulher no "mundo da rua", no mercado de trabalho, abre, para ela, possibilidade de traição. Neste sentido, é pertinente a afirmação de Woortmann (1987) de que:

"(...) mulheres que trabalham não ameaçam apenas o status social dos maridos, ameaçam igualmente sua masculinidade - um marido que não consegue manter sua mulher em casa não é "macho bastante". Ademais, quem poderá saber o que ela estará fazendo longe de casa?" (p. 92)

A maioria dos homens estão empregados nas indústrias de Contagem, exercendo atividades não-especializadas ou semi-especializadas: pedreiro, carreteiro, operador de máquinas, mecânico, soldador, borracheiro, encarregado de obra.

O trabalho em turnos é fonte de conflito em casa. O homem que trabalha à noite precisa dormir durante o dia, horário em que os filhos estão em casa e fazem barulho. As mães esforçam-se para manter as crianças silenciosas, o que é quase impossível. O ambiente familiar fica tenso: pai irritado por não dormir, filhos contidos, e a mãe como intermediária do

conflito. Além disso, a ausência do homem em casa à noite gera insegurança na mulher, que busca proteção junto aos filhos.

Muitas vezes o homem não "combina" com emprego - horários rígidos e patrões - e opta pelo "biscate": vendedor ambulante, bombeiro, eletricitista, carpinteiro. O biscate também é uma atividade usual para complementar o salário daqueles empregados. Outro recurso para complementar a renda familiar é o auxílio-doença e a aposentadoria por incapacidade do INPS. Ao se perguntar "qual a sua profissão?" é frequente ouvirmos: "encostado", o que significa que recebe o auxílio do INPS, primeiro passo para a aposentadoria.

O pai raramente comparece às entrevistas marcadas no FAM. Além da dificuldade de horário para aqueles que são empregados, há a convicção de que "é a mãe deles que cuida de médico e tratamento". Assim, o acesso que temos às informações acerca do pai é-nos propiciado, em grande parte, pelo discurso das mulheres.

A maioria dos relatos aponta o homem como autoritário, de "pouca conversa", controlador e ausente. O homem "bom" é aquele que "não deixa faltar nada em casa" e "bate pouco" na mulher e nos filhos. As queixas mais frequentes referem-se ao excesso de bebida alcoólica e à brutalidade. Algumas mulheres afirmam, ainda, que "gostaria que dessem mais atenção em casa, os meninos precisam".

Podemos inferir, assim, que a rígida demarcação de papéis, baseada na diferença de gêneros, pode ser geradora de conflitos, tanto individuais, quanto familiares, na medida em que as condições sociais adversas impedem a concretização desse modelo de ser homem e ser mulher. Este permanece, no entanto, como modelo a ser seguido: é o conflito entre o que devia ser e o que é. (cf. Diogo, 1989; Resch, 1987; Salem, 1981)

O universo da mulher é o universo doméstico. A ela cabe a administração do lar, a preservação da família, a responsabilidade pela criação dos filhos. O lar é o lugar, por excelência, da construção e realização da identidade feminina: esposa, mãe, sendo a maternidade, como apontam Ropa et al. (1987), a principal via de realização da mulher.

Esta "distinção por gêneros" reflete-se acentuadamente na educação diferencial dos filhos. Enquanto se estimula o menino para atividades fora de casa, na rua, empenha-se na "preservação" da menina, mantendo-a em casa. "Naturalmente" os meninos são mais levados, mais agitados, enquanto as meninas são mais caseiras. Enfatiza-se, na educação das meninas, a reprodução do papel da mulher na família, isto é, o de dona de casa / mãe, sendo comum a participação das filhas, desde muito pequenas, nas tarefas de lavar e cozinhar e, especialmente, cuidar dos irmãos menores. Embora gradualmente os meninos estejam ingressando neste "mundo feminino" (sob veementes protestos), privilegia-se as atividades externas e a escolaridade.

Apresenta-se aqui uma duplicidade de representações parcialmente contraditórias: ao mesmo tempo em que o processo educacional, na família, reproduz a diferenciação por gêneros, transmitindo-se o modelo hierárquico rígido de divisão de papéis, ambiciona-se para os filhos um futuro diferente da realidade vivida pela mãe. "A afirmação de A. de que 'não vou fazer serviço de mulher', sua mãe responde: 'é serviço de mulher sim, mas você pode fazer'". Lentamente vai-se verificando a entrada de valores mais igualitários entre os homens e mulheres, que se refletem, principalmente, na educação dos filhos. Quanto ao marido, há tentativas tímidas de trazê-lo a participar mais ativamente na educação dos filhos. Curiosamente, as mulheres mostram-se mais permeáveis a essa apreensão de valores predominantes em estratos sociais privilegiados. Mas são movimentos ainda, embrionários, que geram maior ou menor conflito nos padrões familiares já estabelecidos. É a convivência sincrônica de padrões, valores e representações diversas predominantes nos diferentes estratos sociais, e que são gradativamente apropriados e incorporados ao universo de representações desta classe social.

Esta "convivência" remete-nos aos trabalhos de Nicolaci-da-Costa (1985) e Figueira (1987, 1988) sobre as rápidas transformações pelas quais vem passando a família brasileira. Figueira (1987) distingue basicamente dois modelos de família: tradicional hierárquica e igualitária. Na primeira categoria (predominante na organização das famílias em

Contagem), a identidade de cada membro da família é posicional, determinada pelo sexo, idade e posição (marido/pai, esposa/mãe, filhos); homem, mulher e criança são intrinsecamente diferentes, "... e esta diferença se cristaliza em sinais visíveis, como no tipo de roupa, linguagem, comportamento e mesmo sentimento considerado "próprio" para cada sexo" (Figueira, 1987:15). Já a família moderna é regida pela lógica igualitária: a ênfase é colocada nas diferenças idiossincráticas, antes que nas diferenças etárias, sexuais e de posição.

Embora o trabalho de Figueira (1987) enfoque a classe média urbana brasileira, parece-nos adequado como referência ao estudo de outros grupos sociais. A nosso ver, esta "modernização" da família ocorre em todas as camadas sociais (urbanas e rurais), embora com ritmos diferentes, e assim pode-se observar distintas organizações familiares ao mesmo tempo, além da superposição de modelos ideais contraditórios de organização familiar em um mesmo sujeito, como discutido por Figueira (1987). O intenso fluxo de informações permite a apreensão, por um segmento social, de valores pertinentes às classes mais privilegiadas, apreensão esta que não ocorre sem uma adaptação.

A concepção de infância é um ponto que merece atenção. Para melhor compreender as relações estabelecidas entre pais e filhos, parece útil abordarmos antes a trajetória destes pais.

Grande parte dos casais pacientes do FAM são de origem rural. Vieram da "roça", com a subsistência garantida pelo trabalho agrário. O dia-a-dia consistia, basicamente, em acordar às quatro, cinco horas da manhã e ir para a roça, semear, colher. As lembranças de infância raramente englobam brincadeiras, jogos, ou qualquer lazer; é como se desde sempre tivessem trabalhado: os meninos, plantando e as meninas, levando comida para os homens, cuidando da casa, dos irmãos menores ou ainda exercendo atividades relacionadas ao plantio, como moagem, por exemplo.

"Com 8 anos fui trabalhar na usina. Saía às 4 e voltava às 6. Minha mãe ia também, mas trabalhava noutra seção. Com 6 anos, já cozinhava prá família, na roça é assim, em fogão de lenha. Era duro, mas também era bom. Aprendi muito e não reclamo. Com 12 vim prá B.H. trabalhar em casa de família. Até hoje inda olho meus irmãos. É só tirar documento lá que eu trago prá cá, dou estudo. Quando casa, aí eu deixo, já sabe se virar sozinho" (Anderson).

Em geral, a mãe dava à luz e a filha mais velha cuidava do bebê: "eu tinha pavor quando minha mãe embarrigava, era mais [um] prá eu cuidar", "Minha mãe sempre passava mal quando tava grávida, ia prá cidade e eu ficava na roça. Tinha que fazer tudo sozinha. Eu falava prá ela 'mãe, não engravida mais não, chega'. Meu pai deixava ela lá e só ia quando o menino morria. ... As vezes eu ficava revoltada de ter que criar meus irmãos, mas nunca deixei de amar eles." (Aline) .

As escolas eram longe, uma longa caminhada a pé, e o estudo não era incentivado, em especial para a mulher, pois havia muito o que fazer na lavoura e em casa. A maioria fez o primário incompleto. As meninas viviam sob um rígido controle paterno. A escola constituía uma ameaça a este controle, na medida em que era um local de contato com outros meninos, podendo haver "má influência". Lugar de menina é em casa, com pouca conversa. O lazer, muito raro, reduzia-se a passeios ocasionais à vila mais próxima, em festas religiosas.

As condições de vida, muito adversas no campo, forçam a migração rumo a centros urbanos. As mulheres vêm, ou acompanhando os pais, ou para empregar-se em casas de família. Neste caso, via de regra, as patroas substituem o controle paterno. A insatisfação com o trabalho de empregada doméstica manifesta-se principalmente na distinção estabelecida entre patrão e empregada, em especial no que concerne à comida: é quase inaceitável a empregada comer depois dos patrões, não se sentar à mesa com eles ou ter seu prato controlado. A insatisfação com o trabalho, a impossibilidade de conseguir melhores empregos, aliado ao desejo de ser "mais livre", de "não ser tão presa", apontam para a única solução que se lhes afigura: o casamento.

Observação semelhante foi feita por Salem (1981), em sua pesquisa com mulheres da Rocinha, onde afirma que "... mais do que a mera realização de uma mística feminina, ele é pensado como uma alternativa para recuperar a infância e

a adolescência em todos os sentidos" (p. 72).

Quando solteiras, o casamento era vislumbrado como uma oportunidade para sair mais, passear, divertir-se. Essa ilusão é desfeita com pouco tempo de casadas: não saem, não se divertem. Ainda assim, a imagem da instituição do casamento é mantida: não é como sonharam, mas é assim mesmo.

A virgindade e a fidelidade (por parte da mulher) são valores a serem preservados, são ideais, embora com muita frequência a mulher tenha casado não-virgem. A maioria das mães relatam experiências sexuais com adultos, quando pequenas (padrasto, irmãos, tios ou outros homens), ou afirmam que "se perderam" ou que "lhe fizeram mal". A não-virgindade é considerada como algo que desvaloriza a mulher frente ao marido, que a "aceita assim mesmo".

A vida sexual é tida como muito insatisfatória. A mulher é sempre "procurada" pelo marido e "cumprir sua obrigação", apesar de rezar para que o marido não a "procure". O marido "macho" mantém relações extra-conjugais, em geral com conhecimento da esposa, que raramente se manifesta a respeito: "é melhor fingir que não vê". Como afirma Pereira (1990), em seu trabalho sobre saúde mental em uma comunidade de Contagem, "no discurso das mulheres, a sexualidade e o prazer só aparecem para serem negados ou convertidos em sintomas, inibições ou atuações patológicas" (p.77). Mesmo quando o casamento é altamente

insatisfatório, ele é mantido, pois a separação seria mais desestruturante do que sua manutenção precária. As mulheres quase sempre aludem às dificuldades de se criar filho sozinhas, a problemas econômicos e à "situação" (moral) da mulher separada quando se referem à inviabilidade de ruptura do casamento (cf. Salem, 1981; Resch, 1987). Conformam-se ao modelo de casamento possível e chegam a considerá-lo "natural". *"Separar é difícil. Desde que casei nunca mais trabalhei, tem os meninos... É melhor continuar vivendo, ele com as burrices dele, eu com meu nervoso"*.

"Naquela época eu quis separar, mas não queria voltar pra burreza do meu pai, eu nunca tinha trabalhado, tava grávida, era difícil, não tinha documento." (Elaine)

Neste contexto, o filho pode assumir um lugar de destaque enquanto alvo possível de investimento. A nosso ver, independentemente da classe social a que pertença, o filho é potencialmente visto como uma promessa de completude e satisfação plena. Mas neste grupo social, pela vigência predominante de um modelo de família hierárquico em que o lugar da mulher é essencialmente o lar, o reconhecimento da mulher, por ela própria, e pelo grupo social, dá-se particularmente pela maternidade. Em especial o primeiro filho, por tornar a esposa, mãe, é esperado como o "algo" que vai lhe gratificar, dar-lhe um retorno, gerar satisfação e plenitude.

Um outro aspecto a ser notado com o nascimento do primeiro filho refere-se à questão da transitoriedade, discutida por Ferreira (1990). Em se tratando de migrantes, com dificuldades para retornar à terra natal ou em manter outros contatos com sua região de origem, e tendo chegado à Contagem sem garantias de emprego ou moradia, o enraizamento torna-se uma questão pertinente. O nascimento do filho natural de Contagem é uma marca neste processo de criar raízes, de se estabelecer num determinado espaço, como também o é a obtenção da casa própria. Talvez estes sejam os dois fatores mais importantes na vinculação destas pessoas: o filho funda a constituição de uma família (e, com frequência, as famílias de origem estão dispersas) e a casa caracteriza o espaço possível de abrigar esta família, de demarcá-la. Neste aspecto, são fatores fundamentais na interrupção da transitoriedade.

Se pensarmos no valor atribuído ao filho, tal qual vimos abordando, seria de se supor que a relação dos pais com seus filhos fosse profundamente marcada pelo afeto, tal como nos habituamos a vê-lo expresso: por atenção, carinho, contatos corporais. Mas à primeira vista, não é isso o que observamos. Chamamos atenção, particularmente, a falta quase absoluta de contato físico, beijos, abraços. A impressão que se tem é a de uma "falta de jeito" de se transmitir o afeto. Não tendo tido, eles próprios, essa vivência de contatos corporais afetivos, torna-se difícil transmiti-la aos filhos. Ao homem, em particular, é interdito qualquer manifestação mais carinhosa, sendo quase um sinal de "fraqueza" ou de "ser

maricas". Os toques são bruscos, quase agressivos. As "conversas" com as crianças são bastante restritas ao "necessário": o que devem ou não fazer, como vão indo na escola etc. As crianças são muito pouco estimuladas a se expressarem livremente, com adultos, sobre temas diversos, como bem destaca Pereira (1990). Um olhar mais atento, no entanto, permite perceber que a manifestação de amor se dá pelo cuidado aos filhos: o preparo das refeições, as roupas bem arrumadas, o esforço para a compra do material escolar "no gosto do menino".

O lúdico não faz parte do que os pais consideram importante na formação da criança. Brincar, jogar, fantasiar são atividades aceitas por "ser coisa de menino", mas raramente estimuladas ou reconhecidas enquanto fundamentais para o desenvolvimento saudável da criança. E isto não quer dizer que as crianças não brinquem. Brincam sim, mas porque não se consegue controlá-las o tempo todo (e nem se empenham realmente nisto). A espontaneidade, a livre expressão, a criatividade são aspectos completamente secundários da vida da criança, pelo olhar dos pais. O que se destaca, na formação dos filhos, é a "educação para o trabalho", a capacitação para o desenvolvimento de atividades produtivas. A criança é pressionada, desde muito nova, a fazer algum trabalho, primeiro em casa, depois na rua, como comprar pão, por exemplo. Cabe ressaltar, no entanto, que não há o trabalho remunerado da criança nestas famílias. A escolaridade é altamente valorizada, e os pais empenham-se em retardar a

entrada do filho no mercado de trabalho, pela ótica de proporcionar aos filhos melhores oportunidades do que eles próprios tiveram.

Podemos notar, nestes relatos, a superposição de representações que permeiam a relação com a criança, constituídas em referência às experiências efetivamente vivenciadas pelos pais e por concepções outras do que é adequado para a criança, em que se faz notar os efeitos da aculturação propriamente urbana.

Um papel especial é reservado ao filho mais velho. Cabe, em geral, à filha primogênita encarregar-se da criação dos irmãos - alimentação, higiene, cuidados -, enquanto a mãe se dedica a outras atividades. Quanto ao filho primogênito, é frequente estar a ele reservado o lugar de substituto do pai. Como afirma Salem (1981) e Cintra (1989), há uma forte expectativa da mãe de que o "filho eleito" (quase sempre o primogênito) assuma a responsabilidade de cuidar dela no futuro, tanto no que se refere ao aspecto financeiro, quanto na função afetiva e de proteção. Cabe também ao primogênito ser um "exemplo" (de bom comportamento) para os irmãos menores e defendê-los, quando preciso (em especial, às irmãs).

O poder na família é outro ponto que merece ser abordado. O homem é o chefe da casa, estando os filhos e esposa submetidos à sua autoridade. O cuidado com os filhos é responsabilidade da mulher e a mãe exerce autoridade sobre os

filhos. A presença do pai é marcada pelo autoritarismo e muito freqüentemente pela violência contra a esposa e os filhos, o que gera uma situação curiosa: contra a violência paterna (ativada em especial pelo consumo excessivo da bebida alcoólica), a mãe protege os filhos e os filhos protegem a mãe. Assim, nesta situação, mãe e filhos unem-se (e igualam-se, num certo sentido) "contra" o pai; enquanto que na ausência do pai, os irmãos se unem "contra" a mãe. Nesta mesma lógica, na ausência de ambos os pais, os irmãos menores se unem "contra" o irmão mais velho, neste momento detentor do poder.

2.4 Sobre a representação de sujeito: o primeiro filho

"Eu era a mais velha. Tinha que ser o modelo, o exemplo dos irmãos. Se eu tinha alguma coisa e as meninas pediam, era delas. Tinha que dar porque era a mais velha. Sempre fui um cordeirinho. Filho mais velho é assim. É até hoje. Eu sinto obrigação de cuidar de todos. Até o dia em que briguei. Aí sai de casa. Mas não adiantou muito. Vou lá todo dia."
(de uma paciente)

A expectativa dos pais sobre o primeiro filho costuma ser muita alta: cabe a este filho, especialmente, resgatar os pais. É ele quem ajuda os pais, no presente, a construir o dia-a-dia, responsabilizando-se, em particular, pelo cuidado da casa e dos irmãos. Num futuro mais distante, é também ele quem alcançará o que foi interdito aos pais, e que emerge referido à obtenção de melhores condições de vida.

Para tal, faz-se necessário que a criança se prepare, que ela estude, para que assim possa ascender socialmente. A pressão exercida sobre a criança é, com frequência, excessiva, e, neste caso, a criança "adoece". Impossibilitada que está de verbalizar o que lhe acontece, ela atua, seja pelo "nervosismo", seja por "fracasso escolar". É a forma encontrada por ela de dizer "não", um não sofrido em que a criança espelha sua "incompetência" em ser, para os pais, tudo que eles almejam, e em ser reconhecida, pelos pais, no que ela pode ser.

Poderíamos perguntar se esta expectativa dos pais não se dirige a todos os filhos. Sem dúvida, os pais projetam para cada filho em particular, expectativas acerca de seu futuro, do que virá ou não a realizar. Queremos no entanto ressaltar algumas das funções especialmente atribuídas ao primeiro filho nestas famílias.

Como já afirmamos, o nascimento do primeiro filho marca a constituição de um novo núcleo familiar e é um dos pontos de enraizamento da família. Em geral, se é um menino, há uma forte expectativa dos pais de que este ajudará a família no aspecto financeiro e de proteção. É um homem, que será educado para ser um chefe de família, substituto do pai, se necessário. Mesmo menino, deve proteger as irmãs e a mãe de possíveis assédios masculinos: "não gosto dessa falação... sempre que saio, levo meu menino mais velho comigo... não tem mais respeito. Mesmo com ele, ainda mexem com a gente".

O estudo é especialmente importante para que se "especialize" e tenha a possibilidade de melhores salários, mesmo que no mesmo ramo de atividade do pai. Algumas empresas oferecem escola profissionalizante aos filhos de seus operários. São vagas muito disputadas e a criança sofre grande pressão para que passe no exame de seleção.

Já a menina mais velha é a encarregada de ajudar a mãe no cuidado dos irmãos e da casa. "Ela é preocupada demais com o trabalho de casa. Preferia que não fosse assim. Ela começou a cuidar da casa com 5 anos. Faz tudo. Antes não fazia nada, nem brincava, ficava só sentada. O Marquinho é filho dela... é mais agarrado com ela do que comigo. Eu acho bom, dá descanso ... Se eu não arrumo a casa, arranja logo uma desculpa prá ela...". Talvez a ambigüidade na educação da menina seja mais acentuada do que quando se trata de menino. Se deve ser "igual" à mãe na dedicação ao trabalho doméstico, a mãe conhece bem as restrições impostas à mulher por sua própria educação e deseja para a filha condições outras. Assim, se por um lado a escola não é tão importante, pois a menina vai se casar, por outro é a possibilidade de não depender integralmente do marido.

Temos, portanto, uma configuração familiar em que ao filho/filha mais velho cabe a função específica de auxiliar/substituto dos pais. Os filhos menores, sejam meninos ou meninas, encontram-se, assim, com mais "liberdade" para assumir seu próprio desenvolvimento. O irmão mais velho

configura-se um modelo para os mais novos, amado e/ou odiado, mas sempre respeitado. Em linhas gerais, é esta a configuração familiar predominante na família de Contagem.

A leitura dos trabalhos apresentados no capítulo anterior e a sistematização desta configuração familiar levou-nos a pensar que, embora o "sociologicamente visível" (na acepção de Figueira, 1987) seja diferente nos vários grupos sociais, existe um fator comum: o filho mais velho ocupa um lugar especial na família. As diferentes formas de atualização do ser primogênito remetem-nos às expectativas parentais, ao que os pais projetam para o futuro do filho, aos ideais dos pais acerca do filho. A especificidade do primogênito pode ser compreendida a partir da dinâmica entre pais e filho, e assume destaque, neste processo, a constituição dos ideais. A nosso ver, ao pensar a formação do ideal, temos que levar em conta o campo social no qual o sujeito ingressa e que também é responsável pela configuração que assume os ideais.

Aulagnier (1979) aborda a questão das implicações do meio social sobre a constituição do sujeito afirmando que, não apenas o discurso antecipatório dos pais sobre a criança traz sempre as marcas da comunidade na qual o casal se insere, como também o próprio grupo social investe, mesmo antes do nascimento, o lugar a ser por ela ocupado neste grupo, assim como projeta uma certa função a ser por ela desempenhada. As condições de funcionamento do grupo social, pré-existentes ao sujeito, estão assim na base de constituição deste

sujeito, havendo uma interação dialética que fará com que a singularidade deste sujeito esteja sempre marcada pelas particularidades de seu grupo. Portanto, a maneira pela qual os sujeitos formulam suas representações ideais está referida às possibilidades que o grupo social oferece ao sujeito de poder investir num projeto passível de atualização. Seguindo a linha teórica de Aulagnier (1979), a construção do ideal de ego, enquanto modelo a que o sujeito aspira satisfazer, marca a possibilidade do sujeito sair do discurso totalizante da instância parental para ingressar no discurso social, que aponta para um sujeito futuro ou provável.

O estudo da construção dos ideais parece-nos um campo fértil para a compreensão das diversas formas que pode assumir o estatuto de ser o primogênito. É pela via dos ideais que pensamos ser possível abordar a questão do primogênito entre as crianças atendidas em Contagem, na medida em que a demanda de tratamento para estas crianças emerge quando elas "falham" no projeto dos pais.

3. Quando eu era ... Quando eu for.

Sobre os Ideais

"Quando eu nasci veio um anjo safado, um chato dos querubim,
que decretou que eu estava predestinado ..."
Chico Buarque

Vimos, até aqui, que o primogênito, comparado a crianças de outras posições na ordem de nascimento, apresenta, se focalizamos o "sociologicamente visível", algumas características peculiares. Apontamos, também, que esses traços particulares apresentam diferenças marcantes quando cotejamos os dados de nossa observação de crianças em Contagem com os relatos de pesquisas feitas em outros países. Supomos que estas diferenças possam ser compreendidas se levarmos em consideração o meio cultural em que estas crianças estão inseridas.

A nosso ver, o ambiente social da criança influencia significativamente sua estruturação, especialmente no que se refere à construção da representação de sujeito. Nesta perspectiva, apresentamos, no capítulo anterior, algumas das concepções e valores pertinentes à comunidade de Contagem. Estas representações atravessam significativamente as relações pais-filho e a dinâmica familiar em geral. As formas singulares em que estas representações são atualizadas remetem à sua história pessoal: considerando-se nosso sujeito a criança primogênita, a formação de seus ideais está referenciada à articulação peculiar das fantasias de seus pais, articulação esta que, por sua vez, remete às vivências particulares de cada membro do casal parental.

Vamos agora deter-nos na dinâmica de "transmissão" destes valores. A pergunta que nos orienta é: como se dá a construção/transmissão deste conjunto de valores que permeiam e constituem a estruturação do sujeito enquanto pertencente a certa comunidade ?

Como já afirmamos, o estudo das instâncias ideais facilita-nos a apreensão do processo de constituição do sujeito enquanto marcado pelo lugar social que vem a ocupar. Referimo-nos ao campo de possibilidades que se oferece ao sujeito para que atualize suas potencialidades. Este campo de possibilidades de atualização diz respeito tanto à comunidade cultural (e neste caso pode-se apontar fatores comuns aos membros deste grupo no que concerne a expectativas, projetos e valores) quanto à dinâmica familiar (e aqui temos a singularidade que constitui cada sujeito). Podemos dizer, assim, com Gilberto Velho (1981), que a singularidade do sujeito, impossível de ser repetida, é resultante da combinação única de fatores psicológicos, sociais e históricos. Ou ainda, como afirma Muniz Sodré (1991) que:

"a constituição psíquica do indivíduo depende da força de continuidade do grupo, de modo que cada indivíduo se configura como um lugar num território ao mesmo tempo singular e social, sempre investido do desejo ancestral (familiar) e de continuidade da espécie" (p.120).

Piera Aulagnier (1979) discute a existência de algo que antecede a atividade psíquica do sujeito e afirma a necessidade de uma via de acesso ao que lhe é anterior para que o sujeito funde sua própria história.

Com formação teórica-clínica nitidamente influenciada pela escola lacaniana, Aulagnier (1979) sublinha o espaço do discurso como aquele por excelência em que o sujeito deve situar-se para que possa constituir-se como sujeito desejante. Assim, mesmo antes de nascer, a criança já tem sua existência delineada pelo discurso parental, resultante do jogo de desejos dos pais. O "discurso antecipatório", discurso dos pais acerca da criança por-*vir*, constituído a partir de seus sonhos e expectativas, de suas faltas, de suas realizações e do que ficou por fazer, tem assim um papel determinante nos rumos do desenvolvimento da criança: é a "sombra falada" que, na concepção de Aulagnier (1979), vem a ser confrontada com a criança real, e deste confronto nasce um sujeito sempre singular, não mecanicamente definido pelo discurso parental, mas inevitavelmente a ele referido.

O discurso antecipatório, sem dúvida, remete às vicissitudes peculiares de estruturação psíquica de cada um dos pais, e neste sentido é sempre pessoal. Mas também está inextricavelmente ligado às expectativas do grupo social do qual os pais fazem parte. É neste sentido que Aulagnier (1979) afirma serem os pais os porta-vozes da comunidade.

Aulagnier (1979) recorre à expressão "contrato narcisista" para definir a relação de troca que se estabelece entre sujeito e grupo: o sujeito pede, e recebe do grupo, o reconhecimento de ser parte do mesmo, empenhando-se em repetir

o discurso social; e o grupo, por sua vez, valoriza a função, por ele próprio destinada ao sujeito, de reproduzir este discurso, reconhecendo que só existe graças a este discurso repetido:

"O contrato narcisista se estabelece graças ao pré-investimento do "infans" pelo meio, como voz futura que ocupará o lugar que lhe será designado, dotando-o, antecipadamente e por projeção, do papel de sujeito do grupo" (Aulagnier, 1979:150).

É ainda o meio social que, com a vigência do contrato narcisista, impede a criança de estar à mercê exclusiva dos pais e lhe assegura o direito de que "...lhe seja oferecido um modelo ideal que os outros não possam renegar sem renegar as leis do meio..." (Aulagnier, 1979:151).

Se nos detivermos atentamente no discurso antecipatório, veremos que o que se projeta como desejável para a criança, a imagem que se forma da criança e o futuro que se lhe antecipa, está diretamente vinculado às representações ideais dos pais. O discurso dos pais sobre a criança está referenciado às suas próprias vivências, a seus próprios ideais e à distância, inevitável, entre ambos.

Ao trabalharmos a especificidade do primogênito por esta via dos ideais, temos que articular a formação dos ideais da criança com os ideais dos pais. Ou seja, na base da construção dos ideais da criança está o conjunto de representações ideais de seus pais. Há o investimento

libidinal do filho, ou melhor, da imagem do filho, pelos pais. O que o filho representa inconscientemente para o pai e para a mãe vincula-se às especificidades do desenvolvimento psicosexual de cada um e articula a trama de representações ideais a ser projetada neste filho. A relação não é direta e idêntica. A criança não "herda" ou "adota" simplesmente os ideais dos pais e torna-os seus.

No intercâmbio pais-criança estabelece-se um jogo que envolve tanto as tendências da criança (seu potencial) quanto as projeções dos pais acerca do filho. É um jogo de afetos e representações conscientes e inconscientes, nem sempre "condizentes" entre si, e é a resultante deste jogo que constitui a base principal do conjunto de ideais da criança. Ressaltamos a base principal por não ser esta, necessariamente, o único fator constituinte dos ideais: ao longo de seu desenvolvimento, pela identificação com outras pessoas significativas, esse conjunto de ideais vai sendo remodelado, reformulado, ampliado. Nesta abordagem, portanto, a singularidade do sujeito - sua representação, seus ideais - pode ser apreendida por sua história identificatória.

Há ainda um outro aspecto a ser abordado quando refletimos acerca dos ideais, a saber, a relação entre o sujeito e seus ideais. Como veremos mais adiante, a instauração do ideal de ego estabelece a ruptura entre o atual e o ideal e, ao assinalar a existência de uma falta, lança o

sujeito em um movimento de busca. Nas palavras de Assoun (1983),

"...a nostalgia do tempo em que o real era ideal é que assinala a morte da *Wirklichkeit* (realidade) e orienta o sujeito para o Idealismo. O idealismo é o sinal de que o ideal não é mais real, mas também a *Sehnsucht* (desejo ansioso) de que seja de novo assim." (p.94, nossa tradução).

Temos assim uma tensão entre o atual e o ideal, pontuada pelo superego, responsável pela avaliação deste movimento tensional. A análise semântica de Assoun (1983) do ideal auxilia-nos a refletir acerca dos aspectos embutidos nesta noção. Vejamos.

A noção de ideal traz consigo as idéias de perfeição, modelo e magnificação. Correlativamente, por oposição, afirma o real como imperfeito, como aquilo a que falta alguma coisa. Neste sentido, comenta Assoun (1983), todo discurso sobre o ideal deve ser considerado no campo de uma teoria de valores: o ideal é o que vale mais, ou aquilo em relação a que se diz que algo tem maior valor ou menor valor. Nesta perspectiva, a instauração da idealidade enquanto distinta da realidade atual traz consigo uma tensão, na medida em que pontua ao sujeito um mais e um menos. Segundo Assoun (1983), todo discurso sobre o ideal é atravessado por tensões que podemos fixar a partir de três linhas de força localizadas no campo semântico:

1. Tensão em relação ao real - "o ideal é ao mesmo tempo o que ameaça sem cessar ser invalidado em sua existência

- como *déreal*¹, e o que reivindica uma realidade mais real, já que perfeita." (Assoun, 1983:87, nossa tradução)

2. Tensão em relação ao próprio sujeito - Por um lado, o ideal apresenta-se como aquilo em que o sujeito mais acredita e, por outro, é também o que ameaça a cada momento de se revelar como ilusão.

3. Tensão em relação à norma - Se, por um lado, o ideal enriquece o real e o sujeito, por outro, ele alivia o real e esvazia o sujeito. "Este, na verdade, não se enriquece senão ao preço de experimentar a falta que se descobre, assim, nele e fora dele." (Assoun, 1983:87, nossa tradução)

Assoun (1983) conclui que:

"é isto que faz a vocação paradoxal do ideal de funcionar ao mesmo tempo como superlativo e como vetor de uma falta irreduzível. Aqui se encontra pensado o destino acoplado da experiência da falta e do movimento pelo qual ela é superada." (p.87, nossa tradução)

O reconhecimento da falta, a instauração do ideal de ego, enquanto promessa de uma realização narcísica projetada no futuro é, então, o que lança o sujeito no movimento da vida.

3.1 As instâncias ideais

As instâncias ideais - ego ideal, ideal de ego e superego - foram trabalhadas em diversos textos da obra de

¹ *Déreal* - pensamento que reconstrói o real segundo suas próprias exigências afetivas (cf. Petit Larousse en Couleurs).

Freud, no período que vai de 1914, com "Sobre o narcisismo: uma introdução", a 1933, com "Novas Conferências Introdutórias". Ao longo deste período, acompanhando as pesquisas de Freud e as conseqüentes reformulações em sua teorização, a questão dos ideais - sua origem, os processos aos quais se articula, sua função no aparelho psíquico - também foi sofrendo alterações, não havendo, portanto, uma sistematização única. Dito de outra forma, embora o tema dos ideais seja apresentado em diversos textos, não há um desenvolvimento linear das idéias de Freud a este respeito, mas antes a questão é abordada singularmente em cada texto, mantendo alguns pontos em comum com trabalhos anteriores, mas trazendo também novas concepções.

Sua primeira sistematização sobre esta questão data de 1914, com "Sobre o narcisismo: uma introdução". Neste texto, o ideal é apontado como o herdeiro do narcisismo primário, concebido então como parte regular e necessária do desenvolvimento psicosexual, situado entre o auto-erotismo e as relações objetais, que vem a unificar as pulsões auto-eróticas que seriam, então, dirigidas, não mais a objetos parciais, mas sim a uma "unidade comparável ao ego" (Freud, 1914:93). A instauração do narcisismo seria, portanto, concomitante a um primeiro esboço egóico. Havendo, pois, este primeiro esboço de ego, é a ele que se dirige a libido (narcísica) e a criança se ama como a um ser perfeito. Freud (1914) afirma que o narcisismo das crianças, por ele postulado, é passível de confirmação por inferência:

"Se prestarmos atenção à atitude de pais afetuosos para com os filhos, temos que reconhecer que ela é uma revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo, que de há muito abandonaram" (p.107).

Esta passagem remete-nos ao jogo que se estabelece entre o narcisismo dos pais e o narcisismo do filho, os ideais dos pais e os ideais-a-serem-constituídos do filho. Voltaremos à esta questão mais adiante. Por enquanto, sigamos com Freud.

O narcisismo da criança, com suas características de perfeição, grandeza e onipotência, vai sendo gradualmente questionado pelo contato com a realidade, e particularmente pela crítica dos pais à criança, assim como de outras pessoas significativas, e pelo próprio julgamento crítico que começa a se formar. Não disposta a renunciar a esta imagem de perfeição que se atribui, a criança busca recuperá-la sob a forma de um ideal: há o deslocamento da libido narcísica em direção ao ideal, cuja realização traria a satisfação.

A nosso ver, este período inicial é caracterizado pela ilusão, uma ilusão compartilhada pela mãe e pela criança, a ilusão da unidade e da completude. É uma ilusão necessária, na medida em que é esta vivência da ilusão que possibilita a desilusão subsequente e a busca, saudável, de uma nova ilusão. Afirmamos, assim, o aspecto positivo da capacidade de ilusão e desilusão para o pleno desenvolvimento do sujeito. Mas, voltemos a Freud.

O ego ideal constitui o modelo pelo qual guiar-se, pelo qual lutar, numa busca, já de antemão perdida, de

(re)alcançar a perfeição narcisista, que em realidade nunca existiu. É pelo parâmetro deste ideal que o ego é avaliado, sendo pressionado no sentido de alcançá-lo e favorecendo, portanto, a repressão de conteúdos não compatíveis com o ideal. Freud postula a existência de um agente psíquico especial, a "consciência", responsável pela observação do ego e pela comparação com o ideal, cuja origem se remete também à internalização da crítica parental e, posteriormente, do grupo social. Neste texto, a instância de censura e auto-observação é distinta do ego ideal, como ressaltam Laplanche e Pontalis (1983:289).

Ao longo deste texto Freud recorre às expressões ego ideal e ideal de ego. Discute-se, na literatura pós-freudiana, se estes termos são usados indistintamente ou referem-se a conceituações diferentes. Laplanche e Pontalis (1983), por exemplo, afirmam não ser possível delimitar uma distinção. Já Assoun (1983) aponta uma nuance de diferença entre ambas:

"a expressão parece sugerir que o Ideal de Eu tem, de alguma forma, uma relação com o Outro, enquanto o Eu Ideal era próprio ... Correlativamente, o Ideal de Eu se apresenta como um programa, enquanto o antigo gozo (do Eu Ideal) era simplesmente dado." (p.95, nossa tradução)

Neste momento, portanto, a noção de ego ideal articula-se a deslocamento da libido narcisica, idealização, processo repressivo, e não se confunde com o agente responsável pela aferição ego - ego ideal (cf. Garcia, 1998). Ainda neste texto, Freud (1914) menciona, de passagem, o aspecto social do ideal, na medida em que constitui o ideal comum de uma família, classe ou nação. Anuncia, assim, o que

será extensamente discutido em outro trabalho - "Psicologia de Grupo e Análise do ego" (1921).

Se em "Sobre o narcisismo: uma introdução" Freud (1914) articula o papel da idealização e repressão na constituição do ideal, em "Psicologia de Grupo e Análise do Ego" (1921) privilegia a identificação neste processo (cf. Garcia, 1989). Já não se refere a ego ideal, mas somente a ideal de ego.

Neste texto, Freud (1921) apresenta o ideal de ego articulado ao processo identificatório. Referindo-se ao desenvolvimento libidinal do menino, Freud (1921) relaciona a formação do ideal à identificação imediata com o pai, situando-a, portanto, no período pré-edípico. A noção de ideal, neste momento, traz consigo a idéia de modelo: o desejo de ser como o pai, expresso pelo menino, significa que este coloca o pai como ideal.

Retomando algumas idéias já expostas anteriormente - em "Sobre o narcisismo, uma introdução" (1914) e em "Luto e Melancolia" (1917) -, Freud (1921) afirma o ideal como "herdeiro do narcisismo original em que o ego infantil desfrutava de auto-suficiência" (p.138). Acrescenta que os limites e exigências impostos pelo meio ambiente ao ego vão sendo gradualmente reunidos no ideal. Podemos então pensar a constituição do ideal como um processo que envolve tanto a

identificação primária (imediate) quanto as identificações secundárias, posteriores ou simultâneas a uma relação de objeto.

O estudo dos quadros melancólicos, em que se observa um ego dividido, no qual uma parte foi alterada pela introjeção do objeto e a outra exerce uma crítica implacável sobre esta, permite a Freud (1921) postular a existência de uma instância crítica diferenciada do ego, à qual atribui "...as funções de auto-observação, consciência moral, censura dos sonhos e principal influência na repressão" (p.138). A esta instância, Freud denomina ideal de ego. Neste momento, portanto, Freud reúne, no seio de uma mesma instância, tanto os aspectos narcísicos do ego ideal preconizado em 1914 quanto as funções críticas da então chamada "consciência".

"O Ego e o Id" (1923) marca uma nova etapa na trajetória teórica de Freud, sendo considerado o início da chamada segunda tópica, na qual Freud sistematiza sua nova concepção do aparelho psíquico, constituído pelas instâncias Ego, Superego e Id. É um texto-transição, texto-limite, em que Freud articula suas idéias anteriores com as novas abordagens.

No que se refere ao ideal, Freud (1923) estabelece explicitamente a equivalência terminológica ideal de ego - superego. Reafirma o papel central desempenhado pela identificação tanto na constituição do ideal de ego quanto do próprio ego: "... o caráter do ego é um precipitado de

catexias objetais abandonadas e ... ele contém a história dessas escolhas de objeto" (1923:43). Postula que na base do ideal está a principal identificação, a saber, com o pai da pré-história pessoal. Neste sentido, aponta mais uma vez o ideal enquanto herdeiro do narcisismo, enquanto remetido em sua origem ao período pré-edípico.

Mais adiante, ao afirmar a formação do ideal de ego ou superego como resultante dos jogos identificatórios com a mãe e com o pai durante "a fase sexual dominada pelo complexo de Édipo" (1923:49), Freud novamente estabelece que o ideal de ego é o herdeiro do complexo de Édipo. Ressalta que o superego não é apenas "um resíduo das primitivas escolhas objetais do id" (1923:49), mas que representa também o aspecto interditor contra estas escolhas. Retoma, de certa forma, o trabalho de 1921 (*Psicologia de Grupo e Análise do Ego*), em que já havia englobado no seio de uma mesma instância as funções de ideal e de crítica, de avaliação da distância entre o ego e o ideal: o ideal de ego tem, assim, o duplo caráter de modelo e interditor.

O último texto em que Freud trabalha a questão do ideal de ego é na conferência 31 das "Novas Conferências Introdutórias" (1933). Sintetizando as idéias desenvolvidas em "*Psicologia de Grupo e Análise do Ego* (1921)" e em "*O Ego e o Id*" (1923), afirma o superego como herdeiro da instância parental, constituído pela intensificação das identificações com os pais por ocasião do declínio do Complexo de Édipo, identificações estas que já estavam presentes. Faz novamente

alusão a diferentes momentos identificatórios, a saber, as identificações pré-edípicas (primárias) e as decorrentes do período edípico. Enfatiza, ainda, que as identificações posteriores, seja com os pais, seja com outras pessoas, vão contribuir para a formação do caráter (como já sugerido em 1923), mas atingem apenas o ego (e não o superego).

Quanto às relações entre ideal de ego e superego, a posição de Freud não nos fica clara. Ao afirmar que o superego é o veículo do ideal, distingue as duas formações, embora mantendo-as unidas no seio da mesma instância.

Ao percorrer estes textos de Freud, acompanhando suas formulações e reformulações acerca das instâncias ideais, fica-nos claro a dificuldade de uma sistematização assertiva e definitiva da concepção freudiana sobre a instância ideal (ou as instâncias ideais), no que se refere tanto a seus processos constitutivos quanto às suas funções². Há uma variação de termos e abordagens. Trata-se de uma questão puramente terminológica ou de conceituações diferentes? Como destacamos anteriormente, o ideal é apontado como herdeiro do narcisismo e herdeiro do Complexo de Édipo. São dois momentos constitutivos da mesma instância ou seriam duas instâncias distintas e articuladas? Esta questão gera controvérsias na literatura pós-freudiana. Enquanto alguns autores privilegiam o ideal de ego - como Chasseguet-Smirguel (1976), por exemplo - outros, como Andre Green (1983) - distinguem claramente duas formações.

2 Para as diferentes abordagens acerca das instâncias ideais, ver Assoun (1983); Chasseguet-Smirguel (1976); Escris (1988); Green (1983, 1988); Lacan (1949, 1987).

Na abordagem que estamos delineando, distinguem-se estas duas formações e sua base constituinte é o processo identificatório.

O ego ideal está referido ao campo narcísico, anterior à uma relação de objeto claramente estabelecida, constituindo-se pela identificação primária com o outro significativo (a mãe). O ideal de ego pauta-se nas identificações secundárias, articulando-se ao período edípico. Quanto ao superego, sua gênese está também referida às identificações secundárias e ao Complexo de Édipo. Se há proximidade entre o ideal de ego e o superego quanto à sua gênese, distinguimos estas formações quanto às suas funções. O ideal de ego afigura-nos como modelo, como um conjunto de representações ideais às quais o ego aspira alcançar e/ou realizar. Já o superego é o responsável pela aferição da distância entre o ego atual e o ideal de ego, denunciando e provocando a tensão que aí se estabelece.

Interessa-nos em particular, as funções do ego ideal e do ideal de ego. Vamos portanto estender-nos um pouco mais acerca destes.

3.2 Ego ideal e ideal de ego

Concebemos a gênese do ego ideal, como já vimos apontando, sempre em referência ao narcisismo dos pais. Neste ponto, acompanhamos Sá Earp (1983) quando este afirma que o

ideal da criança é constituído pela identificação com o outro significativo, que traz consigo uma certa configuração narcisica.

Chamemos "narcisação" a este jogo em que, através do filho, reaviva-se o narcisismo dos pais e em que o narcisismo dos pais possibilita o narcisismo do filho. A gênese do ego ideal é concomitante à instauração do narcisismo primário, correspondendo à primeira unificação do eu, após a etapa primitiva do auto-erotismo. É pela identificação com a imagem do outro significativo, ainda indistinguível do próprio ego, que se constitui o ego ideal. Estamos falando, aqui, da identificação primária, pautada numa apreensão totalizadora desta imagem propiciada pelo outro. Por esta identificação, pela assunção total desta imagem, constitui-se não apenas um esboço de ego, mas o esboço de um ego ideal.

A apresentação de Lacan (1949, 1987) do estágio do espelho é esclarecedora deste momento. Para Lacan (1949, 1987), a fase do espelho designa o momento na história da criança em que ela forma uma representação de sua unidade corporal pela identificação com a imagem apresentada pelo outro. É o momento em que, à vivência de fragmentação corpórea que acompanha sua descoordenação motora, se superpõe a imagem refletida de um corpo unificado com o qual se identifica. O jogo da criança frente ao espelho, em que pela primeira vez não se reconhece, é paradigmático. Este refletir é dado principalmente pelo olhar da mãe. Quando a mãe olha para o filho como aquele que a completa, que a satisfaz plenamente,

possibilita que o filho, identificando-se com esta imagem, reconheça-se também como perfeito.

É importante deixar claro, aqui, que neste momento predomina uma perspectiva totalizadora. Para a mãe, o filho é perfeito em sua totalidade, independente de suas características; esta visão totalizadora possibilita que o filho também se apreenda como uma totalidade perfeita.

Como já dissemos antes, consideramos este período inicial do narcisismo, sob a vigência do ego ideal, uma ilusão compartilhada pela mãe e pelo filho. Pensamos a ilusão como uma experiência subjetiva necessária e legítima, inaugurada nestes primeiros momentos da relação mãe-bebê e (re)vivenciada em momentos posteriores. Por natureza desamparado, o bebê precisa de uma mãe que o acolha, que dele cuide, que o nomeie e lhe fale de suas necessidades e sensações, que ao tocá-lo lhe pontue os limites de seu corpo e mapeie, gradualmente, sua erogeneidade. De acordo com a célebre frase de Winnicott, um bebê é algo que não existe, sem uma mãe que dele cuide. Pelo desamparo inicial, o bebê precisa, para sua sobrevivência física e psíquica, para sua humanização, de uma mãe que o ampare e o reconheça, permitindo que ele também se reconheça. Para tal, na perspectiva de Winnicott (1978), a mãe se encontra em um "estado especial" de sensibilidade que lhe possibilita amalgamar-se aos movimentos espontâneos do bebê, é a esta vivência de complementariedade, em que não se

distinguem bem os parceiros deste jogo, em que os limites são ainda difusos, que chamamos a primeira experiência de ilusão. É a vivência da satisfação narcísica, da completude, da idealidade correspondendo ao atual, ainda quase sem distância, ainda quase sem diferença.

Mas se a mãe "suficientemente boa" (Winnicott, 1978, 1988) está bastante próxima a seu filho para ampará-lo, está também bastante distante para deixá-lo "suficientemente" livre para assumir seu próprio desenvolvimento. A vivência da ilusão, segue-se a experiência da desilusão, também necessária e legítima. A interação efetiva mãe e filho, as frustrações dela decorrentes, a falta, afirmam, à mãe e ao filho, a imperfeição, imperfeição esta estruturante/reestruturante. A ruptura do que poderíamos chamar "casulo narcísico" é vivenciada pela mãe e pela criança: para a mãe, num processo de desilusão já conhecido de outro lugar; para o filho, como instaurador da possibilidade de ilusão. Na justa medida, a ausência materna possibilita a emergência do desejo, ao descolar o ideal e o atual, ao instaurar a distância entre ambos. Se para Chasseguet-Smirguel (1976) a busca da ilusão traduz um movimento regressivo, um retorno ao mesmo, em nossa perspectiva pode traduzir um movimento progressivo, um impulsionar o sujeito rumo a busca de realizações. Recorrendo à André Green (1988), diríamos que o movimento progressivo rumo a realizações que apontam satisfações narcísicas indica a prevalência do narcisismo de vida, enquanto a busca do retorno ao tempo mítico do mesmo é indicativa do narcisismo de morte.

É a desilusão, a ausência, o reconhecimento da falta e da diferença que permitem à criança constituir-se como desejante. E para que possa desiludir-se sem aniquilar-se, é preciso que tenha experimentado uma "boa" ilusão (cf. Vilhena, 1991b). É neste sentido que afirmamos esta primeira ilusão como fundadora, e a primeira desilusão como estruturante/reestruturante.

Se neste período de ilusão, a vivência da criança era de que bastava ser para ser perfeita e ser, assim, objeto exclusivo do amor materno, a ruptura deste "casulo narcísico" coloca a criança frente à questão de ser alguma coisa para recuperar este amor exclusivo. Os indícios do que deve ser (ou deve ter) para revivenciar a perfeição (sempre mítica) são apreendidos na interação com os outros significativos. São estes indícios que constituem a base para o conjunto dos ideais de ego. São aspectos parciais que vão sendo apreendidos pela criança, que assim constrói seu modelo, este modelo que orienta os rumos de seu desenvolvimento. Enfatizamos orienta e não determina, pois, como vimos ressaltando, há sempre um jogo entre o potencial da criança, suas inclinações, e o olhar-discurso do outro.

Definiríamos, assim, o ideal de ego como o conjunto de atributos e características que, uma vez atualizado, traz a promessa de (re)vivência da plenitude, ou seja, a identidade do ego atual - ego ideal. Neste sentido, como diria Souza (1991), o ideal de ego é "provocador": "você conseguirá se...". O complemento da frase é sempre variável, e nesta

variação, de sujeito para sujeito, pode-se apontar não apenas a singularidade da dinâmica de cada um, como também os fatores sociais aos quais se refere necessariamente o complemento.

Se, na vigência do ego ideal, prevalece uma perspectiva totalizadora, a passagem para o ideal de ego marca a possibilidade de discriminação. Já não é o objeto total que é valorizado, mas sim atributos (sempre parciais) deste objeto.

Apresentamos nossa concepção de ego ideal e ideal de ego numa abordagem genético-evolutiva, pontuando estes momentos como etapas sucessivas de desenvolvimento; referiamos-nos, então, à sua gênese.

Mas concebemos o ego ideal e o ideal de ego como formas de discurso, ou como modos de interação. Ou seja, o ego ideal e o ideal de ego permanecem como modos possíveis de relação com o outro. Com esta postulação, remetemo-nos aos trabalhos de Bleichmar (1983, 1984, 1985) acerca dos ideais, com sua ênfase no discurso, nos enunciados identificatórios.

3.3 Enunciados identificatórios e ideais

Bleichmar (1985) distingue os ideais dos metaideais, afirmando o superego como instância que engloba ambos. Os ideais referem-se a enunciados identificatórios, a afirmações concretas acerca do que a pessoa é ou deve ser: apresentam ao

outro sua representação. Na relação pais-filho, traduz-se em afirmações do tipo: é inteligente, é belo, é mau. Já os metaideais estão referidos a regras de enunciação identificatória, ou seja, às normas de constituição dos enunciados identificatórios, implicando sempre numa formulação de juízo. Marcado por sua origem narcisista, os metaideais colocam em jogo, em última instância, o ser amado e o ser rejeitado: uma vez perdida a incondicionalidade do amor materno, a criança busca os indícios do que lhe garanta o amor do outro (ou a aprovação do superego) e o que o coloca em risco. É como se a mãe dissesse ao filho: "se você fizer assim, gosto de você". Regida por esta lógica de aceitação-rejeição, na busca perene por reconhecimento, os enunciados identificatórios são sempre lidos acompanhados por juízos de valores.

A flexibilidade-inflexibilidade do superego remete-se antes aos metaideais do que à distância do sujeito com relação aos ideais. Ou seja, na perspectiva de Bleichmar (1985), o que é determinante é o grau de rigidez com que se estabelece que se deve alcançar o ideal (se se tem o ideal de ser o ideal). Assim, enquanto o ideal estabelece a medida de perfeição com o qual se avalia certo traço ou atributo, o metaideal fixa a medida do tanto que se pode desviar do ideal para ainda assim obter reconhecimento. Ou seja, o metaideal indica a reação que se deve ter frente a aqueles que se afastam do ideal.

A gênese dos enunciados identificatórios (e de suas regras de enunciação) não se remete apenas às asserções dirigidas diretamente à criança, mas também a aquelas que, dirigidas a terceiros, apontam indiretamente uma posição à criança. Por exemplo, se uma mãe pede sempre ao filho mais velho que cuide do irmão mais novo em sua ausência, ao mesmo tempo em que afirma ao mais velho responsabilidade, afirma ao mais novo a necessidade de ser cuidado.

Bleichmar (1983, 1984, 1985) concebe o sujeito sempre ocupando um lugar num sistema intersubjetivo. Esta parece-nos ser a marca dominante da abordagem de Bleichmar das múltiplas representações do sujeito: este se representa sempre para alguém, em relação a outro, num campo narcisista regido pelo par aceitação-rejeição ou ainda pela oposição edípica do preferido-preterido. Em assim sendo, e considerando-se que as representações que constituem o ego advêm do outro, ou pelo menos estão a ele referidas, estas implicam sempre em juízos de valor, aceitação e rejeição, seja de traços parciais, seja do sujeito em sua pretensa totalidade.

Em suma, os enunciados identificatórios, através dos quais a criança constrói sua representação, emergem no cotidiano por três vias principais. Diretamente, por afirmações do tipo: "você não é capaz"; por implicação direta - "deixa que eu ajudo você" -; por implicação indireta - "ajude seu irmão" (o irmão "ajudado" não é capaz).

Bleichmar (1985) descreve o ego ideal como uma representação do ego dotada de toda a perfeição. Na constituição do ego ideal, privilegia o papel do olhar e da fala parental, na medida em que são acompanhados necessariamente por juízos de valores, aceitações e rejeições. O discurso do outro é apreendido pela criança numa experiência afetiva, em que importa não apenas o que é dito, mas como é dito (a entonação, os gestos, a modulação da voz). Afirma, assim, que " se a representação de um ego ideal existe, é porque existe alguém capaz de ver o sujeito dessa maneira, o que faz surgir esse desejo de sê-lo para aquele" (1985:59). A representação do ego como um ego ideal é possibilitada pela idealização, processo pelo qual se atribui ao objeto toda a perfeição. Assim considerado, o ego ideal é o produto da idealização dos pais acerca da criança, apreendida por esta. Com esta formulação, Bleichmar (1985) opera um deslocamento de sua atenção do ego ideal, enquanto representação ou imagem, para voltar-se para as condições ou regras que presidem sua formação. Detém-se na análise das regras de enunciação que orientam a criação do discurso em detrimento dos enunciados em si. Em sua acepção, antes que descrever os traços definitórios das instâncias ideais, importa averiguar os tipos de discursos e olhares que as criam.

Nesta abordagem intersubjetiva, é-se um ego ideal para alguém. A situação paradigmática é a relação primitiva mãe-bebê. Na medida em que a mãe se dedica exclusivamente ao bebê, este é colocado como objeto-tudo para ela. Sendo aquele que a completa, é perfeito. O determinante é a

incondicionalidade do amor de que se é objeto. Nesta perspectiva, a situação de apaixonamento remete também ao ego ideal: aquele que ama se vê privado do exercício da crítica, e o objeto de sua paixão é dotado de toda a perfeição. O objeto amado personifica, para aquele que o ama, o ego ideal. A ênfase recai, portanto, na atitude daquele que outorga, ao outro, o estatuto de ideal. Apoiando-se na formulação de Freud (1914) de que os pais recuperam seu narcisismo nos filhos, Bleichmar (1985) afirma o processo de narcisação do filho: ao deslocarem seu narcisismo para o filho, ao outorgarem-lhe o estatuto de ideal, possibilitam a este reconhecer-se narcisicamente idealizado. O filho, por sua vez, narcisa os pais pela sua perfeição. Neste jogo de espelhos, " a narcisação é um encontro de desejos" (1985:92).

O discurso do ego ideal é o discurso totalizante. Caracteriza-se por se pautar num aspecto específico, idealizado, cuja valorização se estende então à representação total do sujeito. Por exemplo, nas primeiras relações mãe-bebê, basta preencher a condição de filho para ser objeto desta totalização. No caso do apaixonado, quando se ama, todas as características do sujeito são avaliadas idealisticamente. Ou quando o filho percebe o pai com este olhar idealizado, todas suas atitudes e especificidades no que se refere a vestir, falar, pensar, atributos estéticos, tornam-se paradigmáticos da perfeição e modelo a ser imitado. O discurso totalizante pauta-se num juízo global sobre o ser, que

determina "a priori" os juízos que possam ser formulados sobre cada aspecto parcial. Neste sentido,

"o ego ideal não é uma única e determinada representação já formada, mas o conjunto das representações que o discurso vai construindo em forma de verdadeira cascata, impulsionado pela busca do prazer narcisista." (1985:63)

Bleichmar (1985) aponta, ainda, que a vigência do discurso totalizante pode aplicar-se não apenas ao ego ideal (perfeito, objeto de aceitação máxima), como também ao "negativo" do ego ideal, que seria então objeto de uma rejeição máxima. Pauta-se no trabalho de Freud (1925), "A negativa", sobre ego-prazer e ego-realidade para fundamentar a lógica binária que rege o discurso totalizante.

Se o ego ideal está remetido a uma totalidade, na concepção de Bleichmar (1985) o ideal de ego pauta-se em aspectos parciais. Como o ego ideal, trata-se de um conjunto de representações mutáveis, construídas mediante certas regras de discurso. Mas em contraposição ao discurso totalizante característico do ego ideal, o modo de funcionamento do ideal de ego é regido pelo discurso discriminatório. Neste, a vigência é do juízo imparcial, que determina que a idéia seja contrastada com algo exterior para ser avaliada: "o ideal de ego é, então, algo externo a cada pessoa, uma exigência, uma condição que aquela terá como norma satisfazer" (1985:66). Na vigência do ego ideal, se a criança é perfeita, então cada traço será avaliado como perfeito. Prevalece um juízo apriorístico. Na vigência do ideal de ego, cada atributo é avaliado isoladamente e sua valoração não se estende à

representação totalizadora do ego. A diferença central com relação ao ego ideal é que o ideal de ego não se refere nunca à totalidade da representação egóica, mas sim a aspectos parciais. O ideal de ego é sempre o parâmetro com o qual se avalia o ego. Enquanto tal, vincula-se ao discurso social tomado como referência última, a partir do qual se mede a adequação-inadequação da representação egóica.

Em suma, a diferenciação ego ideal e ideal de ego está referida, nas palavras de Bleichmar (1985), a "duas modalidades de organização discursiva, regidas por leis diferentes de funcionamento que regulam a relação do sujeito e do outro quanto ao outorgamento de valorações" (p.68).

3.4 O lugar do filho

As primeiras relações mãe-filho são pautadas na vigência do discurso totalizante. A incondicionalidade do amor materno faz de seu filho aquele capaz de preencher a totalidade de seu desejo, simplesmente porque é seu filho: ele é tudo para a mãe, e, portanto, é perfeito. Aos poucos, a criança começa a intuir que a mesma mãe que deseja pode também rejeitar, e se a mãe o deseja, o deseja desde que se cumpram certas condições. "A posteriori", a criança reconhece difusamente a etapa anterior como a da incondicionalidade do amor e deseja ser, outra vez, objeto deste amor sem requisitos. Em outros termos, deseja recuperar este estado fantástico de ser reconhecida simplesmente pelo que é, não

tendo que ser algo mais. Embora pela ótica da criança existam apenas ela e a mãe, começa a vislumbrar o que mais tarde reconhecerá como um outro objeto para o desejo materno, para além dela. Prepara-se a passagem da relação dual para o sistema triádico.

A instauração do sistema triádico dá-se com a percepção, pela criança, da presença de um terceiro que disputa com ela o amor da mãe, vislumbrada então como aquela que escolhe. Para voltar a ser objeto exclusivo do desejo da mãe, na fantasia da criança, esta deve preencher os requisitos que supõe necessários, sendo que agora ainda há uma comparação com um parâmetro externo a ela. Se mantivermos um modelo paradigmático, o terceiro será representado pelo pai, à quem se atribui a castração simbólica. Nesta perspectiva, a criança deixa de ser o objeto perfeito que responde à totalidade do desejo materno, pois se o olhar da mãe se volta para um terceiro, em uma lógica de preferência e exclusão, diríamos que o filho foi excluído. No entanto, ressalta Bleichmar (1985), a criança perde seu lugar de preferido absoluto, mas pode continuar a ser o filho preferido, em seu caráter de filho, enquanto o pai é o preferido em seu caráter de marido. Neste sentido, a castração simbólica provoca, para a mãe, por assim dizer, a retomada de sua multiplicidade de representações - mãe, esposa, filha etc - enquanto estabelece, para o filho, a possibilidade da multiplicidade - ele deixa de ser o único preferido, mas pode ser preferido em seu caráter - parcial - de filho.

Esta questão assume particular relevância em se tratando do primogênito. Enquanto permanece como filho único, sua posição de filho predileto é indiscutível. Se há uma disputa pelo amor da mãe, esta se dá entre categorias diferentes (com o pai), mas não em seu lugar de filho: enquanto tal, é o grande herdeiro do jogo parental.

A passagem pela castração simbólica, a descoberta gradual de que a mãe desvia seu olhar para outro objeto de desejo, marca a passagem para o discurso discriminante. É como se o bebê pensasse: "se seu olhar se volta para outro, é porque já não posso satisfazê-la integralmente; há uma busca além de mim e para recuperar a exclusividade de seu desejo, eu devo ...". O que se segue é sempre variável: remete ao discurso social, que permeia o discurso materno que, por sua vez, é apreendido pela criança. Nesta apreensão, sempre marcada pela interpretação, entram em jogo não apenas o conteúdo como também os indícios afetivos que o acompanham. Buscar-se-á, assim, alcançar os atributos que se supõem necessários para que se possa recuperar a posição de objeto exclusivo do desejo. Estes requisitos formam um conjunto sempre mutante de representações idealizadas referentes às mais diversas temáticas: moral, estética, intelectual, discriminação de sensações.

Regida pelo desejo de reconhecimento, pelo desejo do desejo do outro, a criança busca os indícios do que deve ser, em suas múltiplas representações, para alcançar este

reconhecimento, primeiro por parte das pessoas próximas significativas, e gradualmente pela comunidade em que vive.

Dissemos anteriormente que a assunção da lógica do ideal de ego pauta-se na formulação de juízos cotejados com parâmetros externos. A referência mais ampla é a ideologia do grupo social, apreendida pelo discurso parental de forma sempre interpretativa, referida aos ideais parentais. No âmbito restrito da família, a referência se atualiza em seus próprios membros, para mais ou para menos: "tem que ser trabalhadeira, como sua mãe; se não estudar, só vai conseguir emprego ruim, como seu pai."

O nascimento dos filhos traz consigo, na fantasia parental, a possibilidade de realização ideal: cada filho é investido de forma particular, fruto da articulação sempre própria e atual das fantasias de ambos os pais. "A priori", cada filho representa, durante os primeiros momentos, um ego ideal: representa a potencialidade de satisfação total, a ser desenvolvida e atualizada. O confronto com a realidade, ou a avaliação com parâmetros externos, permite uma adaptação mútua na relação pais - filho: em maior ou menor grau, os pais aceitam que o filho não é aquele filho perfeito com o qual sonhavam, permitindo assim que a criança ganhe espaço para se afirmar.

Os irmãos mais velhos, de certa forma, constituem modelos para os mais jovens, servindo muitas vezes como medidas de avaliação: "este demorou a andar, o mais velho com

10 meses já ia a todo lugar..."; "esse aprendeu rápido e fala muito; o mais velho só falou com três anos...". Cabe, assim, ao primogênito ensinar seus pais a serem pais. As implicações deste fato são múltiplas. Por um lado, a ausência de um outro filho-referência pode possibilitar uma maior permanência da ilusão de perfeição, prolongando-se assim o estatuto de ego ideal para o filho. Como definido por Bleichmar (1985), este olhar de paixão que se dirige ao filho transforma qualquer atributo ou atitude deste em objeto de admiração. A idealização dificulta (ou mesmo impede) o cotejamento desta imagem com qualquer dado externo. Toda crítica dirigida à criança por terceiros é recusada pelos pais. É como se os pais pensassem: "eles não a compreendem, não conseguem percebê-la como "realmente é", ou então estão com inveja, pois como é possível não reconhecê-la perfeita?".

Por outro lado, a forte aderência à "sombra falada", aquela criança imaginada de que nos fala Aulagnier (1979), pode contribuir para a rigidez parental no que se refere a qualquer desvio, por parte deste filho, desta imagem pré-concebida: *"Ele só quer fazer certo. Não pode errar. Chora muito, quando não sabe o dever, quando quebra alguma coisa ... Ele acha que tem de ser o primeiro a entregar (a prova) ... Por que ele não é como eu quero? Por que tem que ser tudo a tempo e a hora?".* A mútua adaptação à qual nos referimos acima fica bastante comprometida: o movimento dos pais segue em direção à adaptação do filho à esta imagem pré-concebida, enquanto o filho se debate em busca de um espaço possível de realização.

"O que faz com ela dêi em mim, ela é continuação de mim, é minha filha ... Eu não tenho confiança em deixar ela no jardim. É como se faltasse uma parte de mim ... Ela tá mais independente, com banho, com roupa. Mas eu sinto que tão arrancando ela de mim" (Aline).

Entre estes dois extremos perfilam-se inumeráveis matizes de um mesmo gradiente: em última instância, trata-se da dificuldade dos pais em renunciar a uma ilusão.

Com esta afirmação somos remetidos mais uma vez à questão da vigência predominante de um dos dois discursos já discutidos acima: o discurso totalizante e o discurso discriminante. Dizer da dificuldade (maior ou menor) dos pais em aceitar a renúncia da ilusão é remeter-nos à estruturação destes pais quando da constituição de seus próprios sistemas ideais. Vemos assim que a construção das instâncias ideais do filho está referida à articulação do jogo dos ideais de ambos os pais, que por sua vez estão remetidos aos ideais de seus próprios pais, e assim por diante. Como veremos no próximo capítulo, essa questão assume relevância particular na abordagem da escolha do parceiro e da constituição da família. Mas por enquanto, voltemos ao primeiro filho.

A passagem da vigência de um tipo de discurso a outro não é, a nosso ver, nem fácil, nem definitiva. Antes de serem etapas evolutivas, trata-se de organizações discursivas que se mantêm atuantes, com predomínio de uma ou outra em situações diversas. Por exemplo, uma pessoa pode manter, na

maioria de suas relações, um discurso da ordem do ideal de ego, mas com seu objeto de paixão manter-se no discurso do ego ideal. Ou ainda, pode haver variações dos discursos na mesma relação em momentos distintos. Na relação mãe-filho, podemos dizer que, via de regra, os primeiros momentos são marcados pela vigência exclusiva do ego ideal, e somente a partir das vivências já discutidas acima começa a haver a superposição do discurso discriminante, por parte da mãe, possibilitando ao filho continuar seu percurso rumo a assunção de seu próprio desejo.

A cada gestação, a cada filho, esta dinâmica mãe-filho se repete, mas sempre diferencialmente, pois não se é nem a mesma mãe, nem o mesmo filho. Nesta perspectiva, as diferenças perceptíveis nas relações da mãe com cada filho podem ser compreendidas a partir das particularidades contingentes da mãe, naquele momento, e das peculiaridades da criança. No entanto, o discurso das mães acerca de seu primeiro filho leva-nos a pensar que existe algo para além da contingência que é marcante nesta relação. As afirmações do tipo: "as duas tem problemas, mas a gente sempre se preocupa mais com a mais velha ..."; "ah, porquê é a mais velha né..." são ilustrativas desta hipótese.

Podemos pensar que a primeira gestação é o momento, por excelência, em que a mãe revive sua relação primitiva com sua própria mãe, quando então era, ela própria, a imagem da perfeição. Houve um tempo mítico em que vivenciou a plenitude em sua relação com a mãe. Era então o objeto-tudo capaz de

satisfazê-la plenamente e formavam, juntas, uma unidade perfeita. A separação, sempre violenta, na concepção de Aulagnier (1979), acontece, mas permanece a marca de uma unidade possível-impossível. Ao ter seu primeiro filho, vivencia a mulher a ilusão de ter recuperado esta unidade, desta vez como mãe. Há um jogo de posições. Se a mãe um dia lhe proporcionou a ilusão de completude, agora é o filho que lhe oferece esta possibilidade. A unidade é restabelecida, sempre temporária, sempre ilusória. Se ela um dia, com sua imperfeição, decepcionou a mãe, levando-a a buscar outros objetos de desejo, o seu filho, este não a decepcionará. Tal parece ser a fantasia da mãe. Ela será, para ele, o que sua mãe foi para ela e o que não pôde ser: será perfeita, portanto. E ele, o filho, será para ela tudo o que ela própria não pôde ser para sua mãe: o objeto que a completa.

Intensamente, a mãe deposita sobre este filho, então único, todas suas expectativas de realização. As frustrações mútuas, inerentes ao desenvolvimento da interação mãe-filho, gradualmente colocam em xeque a possibilidade de manter-se a ilusão. Esta vai-se rompendo pelo embate constante com a realidade. Na perspectiva de Aulagnier (1979), o próprio corpo da criança lembra à mãe repetidamente que esta (a criança) não é a "sombra falada".

A experiência de ilusão, segue-se a experiência de desilusão, que também remete a mulher a vivências primitivas, a saber, de sua separação de sua própria mãe. Quando a mulher tem outros filhos, mais uma vez a ilusão é restabelecida, e

mais uma vez é rompida, mas já há a marca deixada pela experiência com seu primeiro filho. Com isto, queremos dizer do estabelecimento de um referencial primeiro ao qual as outras gestações são remetidas. Pode-se, assim, caracterizá-las como a revivência, sempre diferencial, da primeira experiência de maternidade. Esta é uma vertente possível para compreendermos a intensidade com que recai sobre o primeiro filho as expectativas parentais.

Para o primeiro filho, a gravidez ao discurso do ego ideal, a possibilidade de apreensão de um outro discurso - do ideal de ego - e a rigidez-flexibilidade no lidar com seus ideais estão vinculados à intensidade da aderência da mãe à ilusão e à possibilidade do pai de intervir nesta relação. Já para o segundo filho, além da vinculação aos fatores acima citados, intervém também a mediação da vivência dos pais com o primeiro filho. *"Se dói nele, dói em mim. ...Cris é a vida dele (do marido). Quando ele chorava, eu chorava também ... Ele é agarrado comigo e eu com ele... Ele gosta de colo e eu também. ... Ludimila não é assim, é mais afastada, não gosta de colo."*

"Não gosto que o Zé grite com ele. Eu sei que ele é o pai, mas eu sinto que só eu tenho direito sobre ele, é continuação do meu corpo, dói nele, dói em mim. Ele mesmo diz isso, diz 'eu sou seu'. ... Ele quer ser sempre o primeiro, se não se sente menos. Quando eu dou banho junto com o irmão, ele tem que ser esfregado primeiro, senão chora e diz que eu gosto mais do outro. O outro não liga, então eu faço prá ele não chorar. ..."

O Geraldo é levado, bagunceiro, não gosta que eu fique em cima. O Emerson não, tá sempre agarrado. Geraldo brinca com outros meninos, briga, bate e apanha. Já o Emerson não bate, só apanha. Qualquer briga eu tenho que entrar no meio, já sei que vai apanhar" (Emerson).

Outro aspecto a ser ressaltado refere-se ao estatuto de objeto exclusivo ou preferido do investimento materno. Como afirmamos anteriormente, a passagem pela castração simbólica estabelece para o filho que ele não é objeto-tudo para a mãe. Este momento pode marcar a entrada numa lógica de preferência e menosprezo. Quando se considera os participantes do jogo como semelhantes, pode-se pensar que a mãe prefere o marido ao filho, ou o filho ao marido. Mas caso se considere que são investimentos diferentes em relação a um e ao outro pode-se então pensar que a mãe deseja o marido como marido e o filho como filho. Assim a questão passa a ser formulada como: deseja-se ser o filho preferido, e não mais o preferido.

Para o primogênito, esta questão coloca-se um pouco diferente. Num primeiro momento, ele deixa de ser o objeto exclusivo do amor materno para ser o objeto-filho exclusivo. Mantém-se uma exclusividade parcial. É somente com o nascimento do irmão que a disputa pelo amor materno instala-se: aí, sim, inicia-se a lógica de ser o preferido ou não.

4. De onde vêm os bebês?

Lição de pais, Lição de filho

"Jamais ficou comprovado
Que aqui habitam fantasmas
Entretanto eles circulam
Mesmo sem comprovação
Não são duendes estranhos
Forasteiros indiscretos
Tem um traço de família:
Todos de nossa nação."
Carlos Drummond de Andrade

Vimos articulando a constituição da criança aos jogos intersubjetivos que se estabelecem entre os pais e o filho. Partilhamos da concepção de que a criança, ao nascer, ingressa em um universo fantasmático já constituído e que aponta um lugar a ela. Como nos lembra Aulagnier (1979), a construção deste lugar fantasmático é anterior ao nascimento da criança: esta já existe antes mesmo de sua concepção, presente no discurso dos pais acerca do filho por-*vir*.

É a partir de sua própria organização narcisista que os pais criam o espaço que indicam ao filho. O sujeito desejante é pré-posicionado no mundo pelo desejo parental que se transmite no suceder das gerações:

"Este sujeito desejante de um filho é filho de uma história, de uma estrutura, de formas de relações, de projetos e desejos que, por sua vez, são pré-existentes a ele. Ele é apenas um dos elementos que ocupa uma das posições possíveis na estrutura que articula o campo do desejo, o campo psicanalítico." (Magalhães, 1985:30)

Já ressaltamos, também, que o discurso parental é permeado por valores da comunidade na qual o casal se insere, apreendido ao longo de sua própria história

identificatória. A criança ingressa, e participa, de uma história familiar, a ser-lhe transmitida principalmente pelos pais, mas também pelos outros membros da família ampliada. Consideramos, assim, a família como o espaço de mediação, por excelência, entre o meio social e o sujeito. A família é o primeiro ambiente social da criança, onde se inicia seu processo de socialização, pela apreensão gradual das leis intrínsecas à organização de cada família, assim como das determinações extrínsecas que regem a estrutura familiar. Enquanto parte da sociedade global, a família organiza-se segundo regras determinadas de casamento, de parentesco, de herança, de direitos e deveres perante a lei. Enquanto grupo singular, respeitadas as determinações externas, cada família organiza-se em torno de mitos, regras, leis internas, constituindo uma história e dinâmica próprias. A transmissão destes valores sociais e familiares ocorre no jogo intersubjetivo pais-filho. Neste processo, privilegiamos a construção dos ideais articulada ao discurso parental, como discutimos no capítulo anterior.

4.1 A dinâmica familiar

Eiguer (1985) analisa a dinâmica familiar a partir do conceito de "organizador". Baseando-se nos trabalhos de Spitz (1979), Kaes (1976), Anzieu (1971) e Ruffiot (1980), Eiguer (1985) define o organizador:

"Em nossa perspectiva, o organizador do grupo familiar se define como uma formação coletiva, para a qual contribuem os psiquismos pessoais, que

concentra um jogo de representações psíquicas específicas do familiar e um denominador comum de emoções freqüentemente exaltadoras." (p.29)

Um dos organizadores postulados por Eiquer (1985) é o "eu familiar", ou seja, a imagem familiar compartilhada por seus membros, que possibilita o reconhecimento de cada um como integrante desta família, numa continuidade tempo-espacial. Três aspectos destacam-se no eu familiar: o sentimento de pertença, o habitat interior e o ideal de ego coletivo.

O sentimento de pertença é o principal responsável pela distinção clara entre o mundo familiar e o que é "estrangeiro". Contribuem para a solidificação deste pertencimento a posição do sujeito no eixo geracional vertical e horizontal e o compartilhar de um passado fantasmado comum, das histórias e mitos que constroem a história familiar. Já pontuamos antes, com Aulagnier (1979), a importância para o sujeito de este ter acesso à uma história que o situe em um grupo. Esta é uma das funções do grupo familiar: com a história da família, possibilita-se ao indivíduo a apreensão/construção de sua própria história - cada um com sua história individual, mas remetida à história comum do grupo, que transcende o conjunto das histórias individuais. Os pais contam aos filhos histórias de sua própria infância, de como se conheceram etc e, pela apreensão destas histórias, a criança tem acesso a seu passado, à sua pré-história.

Na apreensão desta história, assume relevância a mitologia familiar. A palavra mito, de origem grega, refere-se

À narração tradicional de conteúdo religioso envolvendo pretensos acontecimentos relativos a épocas primordiais. O surgimento dos mitos traduz a necessidade dos homens de dar sentido ao mundo pela apresentação de um conjunto de ocorrências fabulosas.

No contexto do grupo familiar, os mitos "contam" a gênese deste grupo e contribuem para sua coesão e manutenção histórica. Vilhena (1991a) sistematiza as principais características do mito:

"1. Uma construção imaginária ilusória, que prescinde de uma verificação de sua realidade; 2. um mecanismo defensivo contra o esfacelamento do grupo; e 3. um "enunciado secreto", partilhado por todos e não questionável".(p.95)

Produção imaginária coletiva, o mito articula o conjunto de crenças, compartilhadas pelos membros da família, que agencia suas interações, seus papéis e funções. Para Lemaire (1979a), o funcionamento do grupo familiar é norteado por regras práticas, mas também por ritos, hábitos e formas de agir que constituem o arquivo simbólico da família. Este arquivo simbólico singular, pautado nos mitos familiares, pontua a delimitação entre a família e o estrangeiro, reforçando o sentimento de pertença.

Mito - produção coletiva - e fantasia - produção individual - se articulam. Nas palavras de Vilhena (1991a), "o mito serve então de eco às fantasias, e as fantasias de eco ao

mito"(p.94). Se os mitos familiares engendram fantasias individuais, e estas endossam suas exigências, as fantasias individuais integram a constituição de novos mitos. Mito e fantasia, em sua dimensão defensiva, englobam os aspectos de regulação e reparação de conflitos, contribuindo para a integridade narcísica - do grupo e do indivíduo. Mas, como ressalta Lemaire (1979a), o "mito, enquanto produto da coletividade, é funcional essencialmente para esta coletividade. Ele não o é forçosamente para tal ou tal indivíduo" (p.19). Ou seja, em defesa da integridade do grupo, o mito pode-se impor a um ou mais membros da família de forma dissonante com as necessidades/aspirações individuais.

Ao longo da história transgeracional da família, os fatos que provocaram a construção de um mito podem se perder, o próprio mito pode ter sido esquecido, mas, ainda assim (ou talvez principalmente assim), o mito continua a produzir efeitos. Como sublinha Lemaire (1979a), o que ocorreu antes, mesmo ultrapassado, mesmo destruído em aparência, jamais está totalmente morto e pode sempre ressurgir. Diríamos portanto que os mitos engendram a textura da vida atual.

Lemaire (1979a) pontua que a transmissão - oral - do mito dá-se principalmente pelo não-dito e que, com frequência, as crianças veiculam o que os pais interditam.

"Nos jogos e desenhos de Patrícia alguns personagens se repetem: um irmão de 15 anos, com nomes variados, sua melhor

amiga, de 6 anos, sua avó materna. Todos morreram, e nada lhe foi dito sobre estas mortes. No caso do irmão, Patrícia nem "saberia" da existência desta criança, que morreu muitos anos antes de seu nascimento. Na dinâmica desta família prevalece a crença na negação da morte, em sua interdição como defesa".

Eiguer (1985) retoma o trabalho de I. Berenstein (1976), "Família e enfermidade mental", para discorrer sobre o tempo mítico. Este é o tempo reconstruído pela memória dos sujeitos, que não precisa necessariamente coincidir com o tempo cronológico. Para Eiguer (1985), este tempo mítico é o efeito da atividade fantasmática que se infiltra na lembrança dos acontecimentos. Nesta reconstrução, a ordem dos acontecimentos se explicam uns aos outros, e nem sempre a seqüência reconstruída é a mesma da sucessão real dos eventos. Esta organização, portanto, permite a supressão, acréscimo ou inversão de fatos assim como aumento ou diminuição do tempo decorrido entre os eventos.

"Na primeira entrevista, Lídia (mãe de Anderson, 9 anos, e Ada, 8 anos) diz que procurou o SSM. porque 'os meninos não estão bem na escola, ficaram traumatizados com o esfaqueamento': estavam os quatro (pais e filhos) chegando em casa quando foram assaltados; Anderson correu, Lídia jogou longe a filha que estava em seu colo, e ela e seu marido levaram facadas. No decorrer da entrevista, Lídia refere-se ao acidente de carro sofrido por ela e seu marido. Em seu

discurso, estes fatos são apresentados como se fossem sucessivos e recentes. Em termos cronológicos, o assalto ocorreu quando as crianças tinham aproximadamente 4 e 3 anos e o acidente de carro há cerca de 5 meses. Em outra entrevista, Lídia refere-se ao pai, doente mental 'grave' cuja primeira internação foi 'provocada' por um acidente de carro em que morreram o pai, a mãe e as irmãs (do pai dela)."

O segundo elemento integrante do eu familiar, ressaltado por Eiguer (1985), é o habitat interior. Retomando estudos de I. Berenstein (1976) e Anzieu (1971), Eiguer (1985) assinala a importância da casa como "continente" para a família. A casa, espaço externo concreto, representaria o invólucro, a pele deste corpo psíquico que é a família, corpo composto que sofre a ameaça de desmembramento pela retirada do investimento de cada sujeito. A casa delimita o espaço do familiar, em oposição ao estranho; pela referência a este habitat externo, consolida-se o habitat interno, integrante do inconsciente grupal, imagem compartilhada pelos membros da família, propiciando o sentimento de conforto, familiaridade e pertença. Habitat externo e habitat interno estão imbricados: os elementos da casa, os objetos, são investidos, têm história, têm sentido e falam da história da família. A organização da casa, a disposição dos móveis e objetos, a distribuição do espaço físico entre os membros da família fornecem indícios significativos acerca da dinâmica familiar.

Um aspecto ilustrativo refere-se ao quarto de dormir: onde dormem os pais e os filhos? Via de regra, o bebê

dorme no quarto dos pais, seja em sua cama, seja no berço. A idade em que a criança sai do quarto dos pais varia muito e é, a nosso ver, indicativo da sexualidade dos pais. A separação é possível, mesmo quando o espaço físico é restrito: "só tem um quarto, então a gente separa os meninos com uma colcha". Importa aqui a barreira simbólica, de cuja presença o concreto é apenas indicativo.

"Já Aline (6 anos) continua a dormir no quarto dos pais - e tem sua função: "proteger" a mãe do "assédio" do marido. Com o nascimento de Aline, sua mãe perdeu o interesse sexual, e evita o marido com a desculpa da presença da filha."

"Na casa de Jéter, os pais e o caçula dormem na mesma cama, enquanto as meninas dividem uma cama em outro quarto e os meninos dividem a cama da sala. 'Quando ele (o marido) viaja, os meninos dormem na minha cama. A cama é grande, cabe todo mundo. As meninas não, dormem na sala'."

Enquanto estes dois integrantes do eu familiar nos remetem principalmente ao passado, o ideal de ego aponta para o futuro, para o devir do grupo, sendo o terceiro elemento da historicidade familiar. Eiquer (1985) define o ideal de ego familiar como "uma representação da perfectibilidade do grupo em relação a seu próprio destino" (p.42). A nosso ver, a discussão que apresentamos acerca do ideal de ego individual aplicá-se também ao familiar. Em sua construção, estão presentes os ideais de ego de cada integrante da família, mas

sua representação não sintetiza os diferentes ideais de ego singulares. Em linhas gerais, o ideal de ego familiar representa o projeto para o futuro da família como um todo, assim como para cada um de seus membros. Como o ideal de ego individual, o ideal de ego familiar tem uma função estruturante, na medida em que permite o estabelecimento de projetos, propiciando o adiamento da satisfação imediata.

A presença sólida destes elementos organizadores - sentimento de pertença, habitat interior e ideal de ego familiar - possibilita a inserção do sujeito em um eixo diacrônico, que o referencia em diferentes momentos de sua atualidade. Ao "deixar" sua família de origem para estabelecer um novo núcleo familiar, o sujeito leva consigo esta "bagagem" e, como veremos agora, a própria escolha do objeto amoroso está referida a esta história familiar.

4.2 A escolha do parceiro

O projeto para o estabelecimento de um novo núcleo familiar inicia-se com a escolha do parceiro, escolha esta nunca casual. Inconscientemente, entram em jogo, neste processo, desejos e frustrações que, na fantasia do sujeito, poderiam ser realizados e/ou amenizados pelo outro. Este se torna palco das mais diversas projeções e, por sua vez, aceita, pelo menos parcialmente, circular nesta esfera de complementariedade, "adequando-se" assim à representação do

sujeito de objeto de amor. Como este processo é recíproco, cria-se um campo de tensão e alívio, em que cada um contribui com seus ideais e suas expectativas de resolução de conflitos anteriores.

Freud (1914) descreve dois grandes tipos de escolha objetal: anaclítica e narcísica. Na escolha anaclítica, busca-se o objeto de amor a partir do modelo das figuras parentais, enquanto aqueles que cuidam e protegem. Na escolha narcísica, o referente é a relação do sujeito com sua própria imagem - atual, passada ou ideal - , assim como "alguém que foi uma vez parte dela mesma" (p.107). Como indicam Laplanche e Pontalis (1983), a escolha narcísica aponta ou para uma semelhança do sujeito eleito à própria representação do sujeito ou ao objeto que lhe permita reencontrar sua "unidade" perdida.

Estudos acerca da dinâmica conjugal, como os de Lemaire (1979) e Eiguer (1985), retomam as formulações freudianas e sistematizam diferentes tipos de vinculação conjugal. Lemaire (1979), por exemplo, ressalta os aspectos narcísicos complementares do estabelecimento do vínculo conjugal. Afirma que a relação amorosa pode exprimir uma tendência à fusão mútua, ao enevoamento dos limites de cada um, numa tentativa de resgatar o modelo da díade mãe-filho. A busca do objeto amoroso seria impulsionada por esta falta primordial, e os aspectos fusionais do acasalamento, uma tentativa de restauração narcísica.

Entendemos que em todo encontro amoroso está presente uma busca de satisfação narcísica. Do movimento entre a busca do mesmo e a busca da diferença resulta a prevalência maior ou menor de aspectos fusionais. No dizer de Vilhena (1991b), "o 'eu' e o 'nós' estão sempre intimamente ligados na recomposição cotidiana da conjugalidade - muitas vezes levando ao paradoxo entre a angústia de se perder e o medo de perder o outro" (p.23).

Para Eiguer (1985) o processo de escolha do parceiro tem um valor de alguma forma semelhante ao das formações de compromisso inconscientes, com suas funções defensivas e de equilíbrio econômico: desejo, angústia de castração e identificação são fatores a serem conciliados no encontro dos parceiros. Neste sentido, afirma Eiguer (1985):

"Considerando o valor altamente resolutivo, restitutivo e simbólico do encontro amoroso, a relação herda todos esses aspectos e tende a se estabilizar, a se perpetuar" (p.32).

Eiguer (1985) sistematiza três modos gerais de escolha do parceiro: narcísica, anaclítica e edípica, detendo-se na análise desta última modalidade. Dando primazia ao complexo de Édipo como fator organizador da escolha do parceiro, Eiguer (1985) reafirma a concepção freudiana de que o encontro com o parceiro é uma redescoberta e ao mesmo tempo um resultado do amor infantil.

A busca do parceiro é orientada pela imagem que se forma, resultante das identificações (especialmente no período edípico), do objeto possível/passível de amor. As injunções impostas pelo superego - como seu pai deve fazer, como seu pai não pode fazer - indicam a possibilidade e o limite de atualização do desejo. Ao estabelecer a distinção entre esta mulher (tua mãe) e a mulher (outra mulher, como tua mãe) afirma-se o interdito e aponta-se uma saída para o conflito.

Eiguer (1985) resume os aspectos a serem considerados na escolha do parceiro, sob a vigência do Édipo, em três tipos de representações. A primeira refere-se à representação da mãe, associada à imagem da mulher; a segunda, à representação do pai, à qual a criança se identifica e a terceira concerne ao vínculo pai-mãe, ou seja, à interação amorosa e desejante do casal parental, à qual está referida a relação do novo casal.

Se a escolha do parceiro está orientada por esta imagem inconsciente, o "reencontro" nunca é total. Há sempre um hiato entre o objeto externo, palco de projeções e expectativas, e as imagens do objeto interno. Se o outro é suporte de projeções, conta também com certa autonomia e, por sua vez, projeta sobre o parceiro suas próprias fantasias. O espaço amoroso se nos configura, assim, como um espaço transicional (no sentido winnicotiano). Do encontro/confronto de elementos inconscientes dos parceiros, do entrecruzamento de seus objetos internos, organiza-se a dinâmica conjugal,

fundando o inconsciente comum do casal. Na perspectiva de Eiguer (1985), portanto, são os objetos parentais interiorizados (e seu vínculo) que constituem o núcleo do inconsciente comum do casal e, com o nascimento do primeiro filho, da família. É por ter esta função que Eiguer (1985) privilegia a escolha do parceiro como o primeiro organizador inconsciente da família.

Se articulamos a busca/encontro do objeto amoroso às vicissitudes do desenvolvimento libidinal, inúmeras são as possibilidades de configuração do vínculo conjugal: cada etapa do desenvolvimento deixa marcas, a serem reativadas com maior ou menor intensidade. Mantendo como articulador central o Édipo e seus desdobramentos, pensamos estar em jogo, neste jogo amoroso, a trama global da história identificatória do sujeito, com as marcas da presença e da ausência. Busca-se no outro a confirmação de sua própria identidade, de sua representação de si próprio, assim como a satisfação de seus ideais narcísicos: um espelha o outro e o complementa. Na dinâmica conjugal estão em ação forças progressivas - que visam à satisfação narcísica com o reconhecimento da diferença - e forças regressivas - que aspiram ao idêntico, ao mesmo, à anulação dos limites. A singularidade da dinâmica de cada casal é dada pela resultante deste jogo de forças, que evocam e atualizam conflitos e particularidades da estruturação psíquica de cada um.

Ao relacionarmos, como vimos fazendo, a escolha do parceiro ao Édipo, colocamos em cena as figuras parentais e,

por implicação, suas próprias vivências edípicas. Afirmamos, assim, ser o encontro amoroso a confluência de duas linhagens familiares, de cuja união inicia-se uma nova história, marcada por características de semelhança e diferença com relação a suas famílias de origem. É neste cenário particular que emerge - ou não - o desejo pelo filho e inicia-se a construção deste projeto.

4.3 O casal e o primeiro filho

"Meu pai, minha mãe, descansaram seus fardos, não existe mais o modo de eles terem seus olhos sobre mim.
Mãe, ô mãe, ô pai, meu pai. Onde estão escondidos?
É dentro de mim que eles estão. ...
ô pai, ô mãe.
Dentro de mim eles respondem
Tenazes e duros, porque o zelo do espírito é seu meiguice:
ô fia."
Adélia Prado

Cada configuração singular indica um lugar a este filho imaginado. Para além desta atribuição específica, a concepção do filho implica sempre um desequilíbrio na dinâmica conjugal e a busca de um novo equilíbrio. Mesmo quando o filho representa a concretização de um anseio dos pais, resta muitas vezes uma certa nostalgia do tempo em que ainda não tinham filhos, indicativa da transição que representa a parentalidade:

"Antes de ter filho era maravilhoso. Eu viajava sempre com ele, dormia no caminhão, ficava quase um mês fora. Agora a gente não tem mais tempo prá conversar, só quando os meninos dormem, aí a gente fala mais o necessário. ... Mas o filho foi

muito esperado, a gente queria tanto que nem sentiu muito a falta de tempo." (Emerson)

As formas que a triangulação pai-mãe-filho assumem estão referidas ao acordo inconsciente do casal. Se o primeiro filho pode representar a consolidação do vínculo conjugal, pode também representar a "ruptura" deste vínculo: o casal "deixa" de ser marido e mulher para se concentrar nas funções de pai e mãe. Se muitas vezes a assunção do papel de "mãe em tempo integral" é claramente decorrente, pelo olhar das mulheres, de conflitos conjugais anteriores, outras vezes o motivo desta mudança permanece "inexplicável".

"Se não fosse as meninas, já tinha saído de casa, mas a vida vai ser muito difícil, ter que trabalhar e cuidar de menino. É ... ruim com ele, pior sem ele"

"Ele (o marido) diz que se não fossem os meninos a gente estaria junto. A firma não traz ele para cá. E ele não leva a gente pra São Paulo porque não pode ser que nem cigano".

"Desde que ela nasceu eu mudei. Parei de me preocupar com ele, não sou mais carinhosa, não procuro ele de noite. Ai descobri que ele tinha outra e mudei de vez. Ele disse que arrumou outra porque eu não tinha relação com ele quando ele queria. Parei de dormir com ele e ele levava Elaine pra cama, ela dormindo, e eu buscava ela de volta." (Elaine)

Parei de dormir com ele e ele levava Elaine pra cama, ela dormindo, e eu buscava ela de volta." (Elaine)

"A gravidez foi tranqüila. Eu tava sempre bem disposta. Sempre quis ter filho homem e meu sonho se realizou. Ele sempre foi só meu. Ele (o marido) não olha muito. E eu deixei ele um pouco de lado para cuidar só do menino."

Podemos levantar a hipótese de que prevalece para estas mulheres uma representação do filho enquanto "prótese narcísica". Se não é determinante, as frustrações vividas em outros campos possíveis de investimento contribuem significativamente para que estas mães constituam o filho seu objeto quase exclusivo de investimento.

"Ter filho" é considerado uma decorrência natural do casamento: como já comentamos anteriormente, o ser "esposa-mãe" é a principal realização social esperada para a mulher. Assim, embora poucos casais tenham "planejado" ter filho, a maioria "esperava" ter filho. Uma vez constatada a gravidez, a concepção do filho imaginado assume formas mais delineadas. Um dos aspectos que assume relevância refere-se ao sexo da criança. A "escolha" do sexo do filho por-vir, expresso como desejo - "ele e eu queria menino" - ou não - "a gente não tinha preferência, tendo saúde ... Mas eu achava que era menino" - é um fator importante na medida em que o nascimento de um filho do sexo oposto ao esperado pode ser recebido com grande frustração.

anterior). Como afirma F.Dolto (1984), o bebê nasce macho ou fêmea, mas sua feminilidade ou masculinidade é-lhe outorgada como valor na linguagem, no contato corporal dos pais, no reconhecimento - ou não - dos pais do sexo de seu filho. Nas palavras de Dolto:

"Há atitudes inconscientes da mãe e do pai e palavras concretas que, desde a primeira infância até a idade da fala, ouvidas pelo bebê, trazem o seu fruto simbólico na forma como esse bebê-menina constrói uma imagem de si mesmo narcisada em sua pessoa e seu sexo ou não." (p.109)

"É revoltada. Acha que eu gosto mais do irmão do que dela... Eu e meu marido tava esperando menino. Quando nasceu era muito chorona. Tudo eu achava que ela ia morrer. Quando tava com vinte e um dias, vomitava e eu levei ela no médico. Desde aí eu pus na cabeça que ela ia morrer. Tava sempre doente, com alergia, pneumonia, convulsão." (Elaine)

é preciso lembrar ainda que a valorização recíproca do pai e da mãe e o desejo de um pelo outro vem a facilitar o reconhecimento prazeroso da criança de sua feminilidade/masculinidade, consolidando sua identidade sexual.

"Foi tudo planejado, esperamos um pouco, a gente queria menino. Tinha medo de perder por causa do aborto. O Zé acompanhou o parto, de madrugada. E saiu gritando que era homem. Se fosse mulher, Nossa Senhora, ia ser o fim. ... Eu fico preocupado com ele só gostar de brincar com menina, ele tem um feitinho assim, de menina. ... Eu sempre quis ter uma

filha mulher, desde antes de casar. Queria adotar. Mas Zé não quer nem ouvir falar. A gente combinou que ia ter dois e agora tem que ser assim. ...Só brinca com menina, de boneca, casinha. Isso não está certo. Queria que ele fosse como os outros meninos." (Emerson)

A preferência por um filho ou uma filha está remetida às vicissitudes da estruturação libidinal de cada um, às suas representações de homem e mulher, aos seus valores.

O nascimento do primeiro filho é uma das "crises" do ciclo vital da família. Pensamos a família como tendo adquirido um grau de estabilidade que permita sua permanência no tempo, sendo ao mesmo tempo suficientemente flexível para possibilitar a diferenciação e a mudança decorrentes do desenvolvimento de seus membros. A "crise" seria definida como o momento em que uma mudança maior entra em cena, mobilizando seus membros para uma reorganização do grupo familiar, o que implica, em geral, em assunção de novos papéis e funções.

O nascimento do primeiro filho imputa aos futuros pais a necessidade de tornarem-se pais e, ao fazê-lo, abrir espaço em sua relação para a entrada de um terceiro. Como bem acentua Slavutsky (1983), "o nascimento de um filho não implica o nascimento automático de um pai e uma mãe" (p.95).

O exercício efetivo da parentalidade requer uma assimilação das funções de mãe e pai, nem sempre fáceis. A iminência de tornar-se pais reaviva o prazer e os conflitos de

sua relação com seus próprios pais, pois o "saber" ser pai e ser mãe está referido à sua própria experiência vivencial de ser filho.

Quando tratávamos do estabelecimento do vínculo conjugal, comentamos a identificação com a relação pai-mãe. Referiamos-nos, então, à dinâmica parental em si. Este modelo aplica-se também à relação com os filhos. A forma como supõe ter sido tratada pelos pais, o espaço que ocupava em sua própria família, o permitido e o interdito, referenciam sempre a imagem idealizada do que se projeta para a relação a se atualizar com o filho, seja com sinal positivo ou negativo. É importante pontuar aqui que nos referimos tanto a elementos conscientemente percebidos como principalmente aos fatores inconscientes:

" Meu pai me prendia muito. Eu não quero fazer isso com ela. Quero deixar ela solta, fazer o que quer, falar o que quer ... eu não sei se é por causa deste problema da alergia, eu protejo ela muito, fico querendo ela pertinho de mim. Preocupo demais com ela. O menino, não, é largado mesmo, não se preocupa tanto com a gente, é mais feliz. Ela se preocupa muito, toma conta da gente. É só o pai entrar e ela sente no ar se tem algum problema com a gente."

A identificação com o modelo parental não é una; talvez fosse mais correto dizer das identificações com modelos parentais - como os pais são e como gostariam de ser (sempre na apreensão do sujeito). Esta duplicidade de representações

acontece também com o sujeito. Vemos assim, na relação pais-filho, repetir-se com frequência situações da infância até então veementemente condenadas. A interação efetiva com o filho provoca a emergência de conflitos infantis, de "pontos cegos" em seu próprio desenvolvimento afetivo, com a promessa de um possível resgate, através do filho. A ambivalência se faz presente. Se uma resultante do conflito aponta para propiciar ao filho o que lhe faltou (como discutimos no capítulo anterior), pode apontar também para o privar o filho do que lhe faltou, pela identificação com a mãe "má", eliciando um processo elaborativo pela repetição ativa do que viveu passivamente. Fazer o mesmo ou ter que fazer o inverso são dois lados da mesma medalha.

"Quando eu tinha 4 anos, minha mãe foi visitar minha tia e me deixou sozinha com meu pai. Tinha que fazer tudo: tirar água da cisterna, cuidar da criação, dos meninos. Tinha medo. Meu pai bebia e as vezes pegava a arma e ameaçava me matar. ... As vezes acho que não sou filha dela. Ela trata meus irmãos melhor que eu. Eu era a única que apanhava sem motivo. ... Minha mãe dizia que ia embora e ia me deixar morando sozinha com meu pai e eu morria de medo ... Eu não queria filho. Mas ele não me deixou evitar. As vezes eu mordo ela. Só ela. Os outros não. Faço assim, é (demonstra com o filho caçula), às vezes acho que vou matar. Tenho medo. Antes de ter filho, gostava muito de criança. Agora sei que não tenho pique pra menino se lambuzando de sopinha. Faço tudo: troco fralda, dou banho, comida. Tenho medo que algo aconteça a eles, são meus

filhos, gosto deles. ... Os meninos tem medo quando eu falo que vou embora e vou deixar eles com o pai" (Lilian).

Com uma inversão do eixo de gerações, ocorre com frequência que os pais transfiram para o filho sentimentos (positivos ou negativos) que experimentaram por um dos pais:

"Taina relata as dificuldades com sua filha mais velha: não importa o que faça, há sempre "algo errado". Já com a segunda filha, muito parecida com ela própria, isto não acontece, a relação é tranqüila. A filha mais velha assemelha-se à sua mãe, com quem sempre teve muitas dificuldades. Considera sua mãe "mesmo" a avó materna. A situação repete-se: sua filha mais velha dá-se muito melhor com a avó (mãe de Taina) do que com ela. Com relação à segunda filha, seu avô materno, a quem Taina era muito ligada, morreu no dia de seu aniversário de 2 anos. Já estava doente, e dizia não querer morrer antes do aniversário da neta, pois assim "ela continuará minha vida"."

Mantendo como articulador central o jogo identificatório, este caso é-nos ilustrativo de como as identificações ultrapassam a primeira geração anterior, remetendo à linhagem familiar.

Tornar-se pais reaviva, para o homem e a mulher, conflitos vivenciados em suas relações com seus próprios pais. Embora os fantasmas face à parentalidade sejam semelhantes em muitos aspectos, Parseval (1986) adverte que "talvez a principal diferença resida no fato de que o tornar-se mãe

talvez remeta a mulher ao seu relacionamento real e fantasmático com a própria mãe, ao passo que o tornar-se pai é mais representado entre o homem e seu pai." (p.215)

4.4 Tornar-se mãe

"Minha mãe me dava o peito e eu escutava,
o ouvido colado à fonte dos seus suspiros:
ó meu Deus, meu Jesus, Misericórdia.
Comia leite e culpa de estar alegre quando fico."
Adélia Prado

O que deseja uma mulher ao desejar ter um filho?

Marie Langer (1981) aponta algumas possibilidades:

" Deseja um filho porque isto significa recuperar sua própria mãe e também porque permite identificar-se com ela.(...) Também deseja um filho para poder comprovar sua própria fertilidade. O desejo de um filho pode corresponder ao desejo infantil de presentear uma criança a seu pai. Pode desejar um filho para reviver sua própria infância nele ou para lhe dar precisamente o que ela não teve. Pode desejar um filho por rivalidade com as demais mulheres, para obter reconhecimento social ou qualquer outro motivo atual." (p.198)

Em seu desejo de maternidade, nas projeções que se faz do ser mãe, influem fatores profundamente inconscientes e também conscientes e racionais, conjugam-se representações contraditórias dinamicamente atuantes.

Grande parte das mulheres, especialmente as primogênitas, exerceram em sua infância uma certa função materna com relação a seus irmãos mais novos. As múltiplas

identificações da mulher com sua mãe, assim como as lembranças de sua própria maternagem dos irmãos são elementos que intervêm fortemente nas representações de maternidade construídas pela mulher. Vejamos alguns exemplos:

"Minha mãe não cuidava dos filhos. Só tinha, e eu é que criava. Ela só socorria quando tava muito mal ... Eu tinha que fazer o serviço de casa todo e ir para a escola. Eu pedia comida nos vizinhos, falava que ia pagar mas não pagava. ... Minha mãe escondia a gravidez, não gostava, tomava chá para abortar, tirou uns quatro filhos. Ela podia ter me tirado também, pra eu não ter que ver isso." (Lilian)

"Meus pais sempre confiaram em mim, eu é que tomava conta das coisas, fazia compra, pagava conta ... Fui eu que criei meus irmãos, porque a minha mãe tinha pressão alta, era nervosa, brigava muito. Minha mãe me contava como ela foi criada, os pais dela eram muito ignorantes, por isso ela ficou nervosa assim. ... Todos eles (os filhos) ajudam em casa com boa vontade. Que nem eu quando era pequena. Era muito trabalho, mas era bom." (Vanderlei)

"Meu pai tinha muita mulher na rua. As vezes saía de casa e passava tempos sem aparecer e quando chegava vinha sem dinheiro e vendia tudo que tinha na casa. Minha mãe trabalhava fora pra sustentar a gente e a gente passava fome, muita fome. Fui eu que criei meus irmãos e todos me chamam de tia (menos a segunda, depois de mim) e me respeitam muito. Uma vez meu

irmão tava fumando e eu cheguei e ele apagou o cigarro na mão pra eu não ver, por que eu não gostava". (Sérgio)

Embora o ser esposa-mãe se afigure como a realização de um ideal social, endossado pela maioria das mulheres, o ter filho não deixa de gerar conflitos. Especialmente o primeiro filho introduz mudanças na vida da mulher, representando simultaneamente uma perturbação em sua vida pessoal e uma promessa de realização plena. Como comentamos no capítulo 2, o casamento era vislumbrado por muitas mulheres como a possibilidade de maior liberdade, de sair mais, de divertir-se. Se o próprio casamento contribui para que este sonho seja desfeito, ter filhos sem dúvida é um fator que marca a ruptura dessas expectativas.

Autores que trabalharam extensamente a dinâmica da gravidez, como H.Deutsch (1949), Marie Langer (1981) e Françoise Dolto (1984) ressaltam ser este período o momento privilegiado em que as primeiras experiências com a mãe são revivenciadas.

H. Deutsch (1949) destaca a ambivalência da mulher frente ao bebê durante a gravidez, referindo-se aos sentimentos hostis que, em última instância, remetem à expulsão do bebê e sentimentos afetuosos de proteção e resguardo, de algo muito desejado, ligado ao desejo primitivo da identidade entre o eu e o não-eu, de reencontrar uma unidade "vivida" na relação com sua própria mãe. Se a gravidez é momento de angústia e temor, é também momento de intensa

realização, identificada que pode estar a mulher com a mãe ideal a espera do filho do desejo.

Para Marie Langer (1981), o que leva a mulher a rejeitar o filho e frustrá-lo provém tanto de sua identificação inconsciente com a "mãe má" como dos impulsos infantis ligados a esta imagem.

"Cláudia conta que ela e o marido queriam muito um menino. A gestação é lembrada como um período com muita briga entre ela e o marido. 'Não rejeitava, só queria morrer e que ela morresse também. Nasceu com problemas e voltou para o hospital. Rezava para que não morresse."

"Tinha vontade de engravidar e também tinha medo. Chorava porque não tinha engravidado e também com medo de engravidar".

"Na gravidez dela eu sentia medo. No começo tive sangramento, tomava remédio pra segurar. Ela nasceu com caroço na cabeça e clavícula estalada, mas não teve problema."

"A gravidez foi boa. Eu só ficava nervosa, chorava à toa, xingava, brigava com minha cunhada que morava comigo. Acho que ele não nasceu assim muito normal."

A gravidez pode também remeter à lembrança da gravidez da mãe, reavivando o ciúme com relação aos irmãos, a insegurança então experimentada no que concerne a seu próprio lugar no desejo parental.

"A (irmã) caçula é como filha. Desde a gravidez, eu queria ela como se fosse minha. Eu falava isso pros meus pais. Todo mundo torcia para que fosse homem. Eu não. Se fosse homem, eu ia perder o lugar, ele ia ser o rei da casa. Fiquei louca quando nasceu menina. Quando eu fui ter menino, queria mulher. O meu pai disse que se fosse homem ficaria com ele. Quando ele nasceu, eu fiquei enrolando ele, quando ficar maior eu te dou. Ele virou o rei da casa. ... Rogério, até dois anos e pouco me chamava de Bete e chamava a minha mãe de mãe. Quando o Vanderlei começou a me chamar de mãe ele corrigia, mas o Vanderlei continuou e aí ele passou a me chamar de mãe também. As vizinhas da minha mãe falavam que eu tinha batido ela por que tive tanto filho homem e ela não teve nenhum." (Vanderlei)

Este caso também ilustra claramente a repercussão que o nascimento do filho pode ter na geração dos avós. Especialmente quando se trata do primeiro neto, podemos dizer que o nascimento da criança afeta a geração dos avós em três aspectos. O primeiro diz respeito à aquisição do estatuto de avós: tornar-se avós significa envelhecer, entrar numa outra etapa da vida, o que exige remanejamentos. O segundo refere-se ao significado que essa criança assume para os avós: pode ser um neto, mas pode também ser um filho desejado e não concebido, um filho perdido, ou ainda a reencarnação de seu próprio filho (pai da criança). E o terceiro aspecto concerne a relação avós-pais, tanto atual quanto passada.

A relação pais-filho, a forma como a criança é cuidada, educada, coloca em questão, direta ou indiretamente,

a relação avós-pais. Ou seja, a revivência por parte dos pais de suas vivências primitivas com seus próprios pais repercute significativamente na geração dos avós, que não passam impunes por esta experiência.

"Júlio é muito mimado. É primeiro filho e primeiro neto. Eu sou filha única, já tinha perdido a menina, aumentou mais a adulação. Na casa da avó é o reizinho da casa. Dão tudo para ele: carrinho, roupa, sorvete, o que ele quer. Ele é o dodói. Jaqueline é mais grudada comigo. Com Júlio, eu ia sair, minha mãe falava: deixa ele comigo, e eu acabava deixando. A Jaqueline não, ficava comigo. É mais minha." (Julio)

Fantasias de má-formação do feto, de morte do filho, de ter um filho anormal são recorrentes em mulheres grávidas, resultantes da ambivalência da mulher frente ao filho e à maternidade, como apontam Langer (1981) e Deutsch (1949). Para Langer (1981), a angústia e o temor frente ao parto encontra suas raízes nestas fantasias. O nascimento de uma criança saudável confirma à mulher sua capacidade de gestar e "dar a vida", afirma a prevalência da mãe boa sobre a mãe má. Mulheres que perderam o primeiro filho, por um aborto em fase adiantada de gestação, ou natimorto, descrevem a segunda gestação como "cheia de cuidados", transparecendo a culpabilidade sentida pela morte do filho. Além disso, vale lembrar que o parto é o primeiro momento em que o filho imaginado irá se superpor (ou não) ao filho real.

"Tava muito tense no hospital porque primeiro filho a gente não tem experiência de como é e como não é. Escutava as mulheres gritando na enfermaria e ficava com medo, Deus me livre de passar por isto. E não foi nada ruim. Com a segunda já fui mais tranqüila. Já sabia. Não tive este estado de nervo. ... Tinha receio porque já tinha perdido o primeiro. Não tinha medo do parto mas de não viver." (Julio)

"Tinha medo de perder porque já tinha perdido o outro. O tempo todo eu tinha medo. Procurei alimentar bem, tomar muita vitamina. Mas tive problema no parto e ele ficou internado. Filho distrai a gente, preenche o meu vazio. Ele (o marido) fica me culpando pelos problemas do menino."

4.5 Tornar-se pai

. Primogenitus filius patri succedit in totum
Ranulf de Glanville, Tractatus, VII, 3

Tradicionalmente, gravidez e os primeiros cuidados com o filho são assuntos de mulheres - da mãe, das avós - ficando o pai mais ou menos excluído deste processo. O pequeno número de estudos sobre a paternidade e as primeiras relações pai-bebê traduzem - e reforçam - esta posição. Embora mudanças nesta perspectiva já se façam sentir, na vigência de uma ideologia de divisão rígida de papéis, cabe à mulher cuidar do filho e ao homem, reconhecê-lo pela atribuição de seu sobrenome e garantir seu sustento material. Os escritos psicanalíticos privilegiam basicamente a dimensão simbólica do

pai - a função paterna de interdição, de representante da lei. Enquanto a ênfase de análise se encontra na função paterna - veiculada no discurso da mãe - poucas vezes o personagem da paternidade é abordado.

Winnicott (1988) resgata a importância do homem durante o período de gestação/puerpério ao destacar sua função de "holding" da esposa. As funções da mãe "suficientemente boa" são facilitadas pela presença de um pai que apoie e garanta segurança à mulher que se encontra neste "estado especial". Ou seja, cabe ao homem cuidar da mulher para que esta tenha plenas condições de cuidar do filho.

Seja em sua dimensão simbólica, seja em sua função de "holding" da mãe, o foco de análise recai sobre a criança que recebe os cuidados e a interdição paterna; fala-se do pai com o olhar centrado no filho. Pouco se diz, no entanto, acerca da importância do filho para o pai, ou seja, dos processos que envolvem o tornar-se pai.

Parseval (1986) é um dos poucos autores que se dedicaram a esta vertente do estudo da paternidade, destacando, em seu trabalho, a especificidade da primeira paternidade, enquanto aquela que pontua a assunção de uma nova identidade. Aborda o tornar-se pai como o momento privilegiado de revivência de seu próprio desenvolvimento:

"é a si mesmo, em última análise, a história de seus conflitos, aos seus pontos de fixação da libido, às suas elaborações mentais, às suas regressões e identificações que cada pai é remetido" (p.77).

A nosso ver, esta revivência de seu próprio desenvolvimento, ao longo de suas diferentes etapas, é especialmente propiciada quando o primeiro filho é homem.

São as relações edípicas, reativadas em especial na primeira paternidade, que constituem o campo privilegiado de análise do tornar-se pai: "o filho que, em criança, queria tomar junto à mãe o lugar do pai, cuja morte desejava, vai, ele próprio, tornar-se pai" (p.75). Em um jogo de imagens que se superpõem e posições que se alternam, o homem revivencia sua ambivalência com seu próprio pai, identificando-se ora com o pai, ora com o filho.

O primeiro filho pode representar o terceiro termo na dinâmica do casal. Um dos polos do conflito aponta para a rivalidade do homem diante do filho, percebido como alguém que pode usurpar seu lugar junto a esposa. Esta ameaça já se faz sentir durante a gestação, quando a mulher se encontra neste estado de recolhimento narcísico. Neste sentido, o nascimento do filho reativa antigas angústias de perda de objeto. Manifestamente, este temor de perda do investimento libidinal da mulher emerge na disputa pelos cuidados por ela dispensados. Pela divisão nítida de papéis, cabe à mulher cuidar da casa e do marido - de suas roupas, de sua alimentação - como uma mãe faz, "a tempo e a hora". Com o nascimento do primeiro filho, o marido pode se ressentir da perda deste cuidado exclusivo da esposa, agora mais voltada para o filho. Em seus relatos, as mulheres referem-se a este ressentimento dos maridos:

"Foi difícil, eu tinha que dar atenção pro menino e ele ficava sentido, saía de casa, ficava fora. Até os meninos crescerem foi assim. Para ele ficar em casa, é só dar toda atenção prá ele". (Sérgio)

Num primeiro momento o pai é excluído da interação com o filho: como seu pai um dia interveio em sua relação com sua mãe, este filho vem a intervir em sua relação com sua esposa-mãe. Num segundo tempo, identificado com seu pai, cabe a ele "reconquistar" a esposa, separar esta díade, facilitando ao filho o acesso à Lei. Identificado com o filho, teme o ódio que este possa lhe dirigir, como ele próprio com relação a seu pai.

Um outro aspecto da fantasmática do tornar-se pai, destacado por Parseval (1986), refere-se aos conflitos edipianos mãe-filho. Retomando os estudos de Zilboorg (1931) e Reik (1974), aponta o aspecto incestuoso reavivado em muitos homens pela superposição das imagens da mãe e da esposa grávida: "a mulher por essência, a mãe, portanto a minha mãe" (Parseval, 1986:76).

Particularmente quando o futuro pai é primogênito, a imagem da esposa grávida pode remetê-lo aos ciúmes infantis quando do nascimento do irmão - mais uma vez a mulher-mãe o abandona por um filho. A ambivalência do homem frente à gravidez da mulher pode se manifestar em verbalizações do tipo "não gosto de mulher grávida" ou em atuações diversas, como agressões à mulher, tendo a barriga como o alvo principal ou

ainda em sua ausência de casa durante o período de gestação, como recordam muitas mulheres.

Parseval (1986) refere-se às diversas atuações do pai durante a gestação e puerpério, afirmando serem estas mais frequentes entre os "primipais" (pais de primeiro filho); relaciona estas atuações aos conflitos pré-edípicos e edípicos reativados neste período.

Perante a complexidade da fantasmática eliciada pelo iminência de tornar-se pai, afirma Parseval (1986) que "não se passa sem dificuldades do estatuto de filho de seu pai ao de pai de seu filho" (p.75).

4.6 O destronamento do primeiro filho

"Que Rei sou eu?"

Um fato marcante na estruturação do primogênito é o nascimento do segundo filho do casal. Perante a perspectiva da chegada de um bebê, é como se a criança se perguntasse "para que ela quer outro? Eu não basto?".

Françoise Dolto (1977), prefaciando o livro de Pierre David, "Psicanálise e Família", descreve com clareza a repercussão do nascimento de um irmão para a criança:

"Eis que um recém-chegado surgido no quadro familiar parece um estranho privilegiado. Este terceiro parece-lhe o eleito do desejo de cada um de seus modelos. Mãe, pai e irmãos mais velhos concedem-lhe as suas intimidades. O seu desejo está então em

conflito. Será evoluindo para a imagem adulta, que até então era seu modelo, ou involuindo para uma imagem retrógrada que irá triunfar daquele rival insólito?" (p.13)

Embora os temas de ciúme e rivalidade, amor e ódio sejam recorrentes, em se tratando do primogênito, o nascimento do irmão subsequente reveste-se de um significado especial: este pequeno rival é o grande responsável por seu destronamento. Se até então era filho único, objeto privilegiado da atenção dos pais, vê-se agora ameaçado de perder esse lugar. O irmão se lhe afigura como um pequeno intruso inútil, a não ser para lhe perturbar as relações com seus pais. Em geral, a criança vivencia intensamente uma mescla confusa de amor e ódio, ternura e agressão, dirigidos aos pais e ao bebê. Se deseja intensamente a supressão do rival, teme também as conseqüências de seu desejo. Interrogando-se sobre o que ser/fazer para recuperar o amor dos pais, que acredita perdido, a criança oscila entre movimentos identificatórios com os pais e com o irmão. As resultantes deste conflito se manifestam seja em cuidados ternos com o bebê, verbalizações do tipo "eu não quero um irmão", atuações de raiva e ciúme, seja em movimentos regressivos. A demanda da criança é de que seja reconhecida em seu ser, que tenha confirmado seu estatuto e seu lugar junto aos pais.

Na resolução deste conflito, assume relevância as reações dos pais frente às manifestações de ciúme da criança:

"Tá muito agressivo. Eu falo prá ele abraçar o irmãozinho e ele belisca, bate, quebra as coisas. Se tá de bem comigo, tá de mal com o pai. Du então o contrário. Quer tudo prá ele. ... Eu dou tudo igual pros dois, prá não fazer diferença. É brinquedo, roupa, tudo. Eu quero mostrar pro Júnior que sou mãe dos dois. Ele fica sentido, quer tirar o Silas."

"Ficou assim enciumado. Só o neném ganhava presente. Queria tudo que nem o irmão, queria ficar no berço, tomar banho na água do neném. ... Eu tirava, xingava, deixava chorar."

O nascimento de uma criança de sexo oposto ao seu pode colocar em xeque, para a criança, o prazer que seu próprio corpo propicia aos pais. Além disso, como já sugerido no capítulo 1, a falta de um objeto de amor substituto (um irmão mais velho) a quem se voltar quando se sente abandonado pelos pais pode dificultar à criança reorganizar-se no espaço familiar.

O investimento libidinal dos pais sobre o filho, privilegiando seu desenvolvimento rumo ao estatuto de sujeito "autônomo", ou rumo a uma certa fixidez, enquanto objeto-complemento dos pais, tem um peso considerável na resolução deste conflito. Para os pais, como já dissemos anteriormente, a gestação e o nascimento do segundo filho são vividos muito em referência à sua primeira experiência de parentalidade. É claro que aspectos contingentes da vivência de cada um interferem profundamente nas particularidades desta gestação: é outro momento, são outros pais.

Considerações Finais

O nascimento do primeiro filho funda a constituição de um novo núcleo familiar. Pela assunção da parentalidade, o casal assume um novo estatuto, o de pais, e ao fazê-lo marca a constituição da "sua" família (do casal), em contraponto às famílias de origem. Se as bases da dinâmica inconsciente familiar são delineadas quando da escolha do parceiro, a chegada do primeiro filho (ou sua ausência) é representativa da "concretização" deste acordo.

Pela nossa perspectiva, o grande impacto gerado pelo nascimento do primeiro filho sobre o casal, como um todo, e sobre o homem e a mulher, individualmente, reverbera no desenvolvimento psico-afetivo da criança. Tornar-se pai/mãe implica num remanejamento libidinal de cada um dos parceiros e na reorganização da dinâmica conjugal, eliciando o que Benedek (1959) chamou de crise da parentalidade.

No idiograma chinês, o símbolo crise é composto por dois fragmentos, que significam respectivamente perigo e oportunidade. A iminência de tornar-se pais, considerada uma das crises do ciclo vital da família, pode vir a desvendar equilíbrios precários no acordo conjugal, assim como atualizar antigos conflitos da história pessoal de cada um dos pais. Se a crise representa um perigo, uma ameaça ao equilíbrio libidinal do sujeito e do casal, traz consigo a oportunidade de novas (re)organizações. Marcando a passagem de um momento para outro, a crise implica em um luto do momento anterior e o

"permitir" a passagem do tempo, com as emoções e angústias que estas vivências acarretam. Um processo de simbolização faz-se necessário para possibilitar que esta perda seja resgatada em outro nível. A aceitação da passagem do tempo requer o reconhecimento da diferença e, portanto, da falta.

As formas singulares com que cada casal lida com a perspectiva de tornar-se pais e o impacto gerado por esta decisão na dinâmica conjugal estão referidos à organização mesma de seu acordo inconsciente, assim como ao que esta decisão representa na economia psíquica de cada um dos cônjuges.

Na decisão de se ter um filho estão conjugados fatores conscientes e inconscientes. Se é verdade que dentre as famílias do FAM Contagem predomina uma perspectiva de que "se casa, tem filho", não é menos verdade que representações inconscientes múltiplas e contraditórias estão atuantes neste processo. O primeiro filho é o testemunho da fertilidade do casal; atesta a virilidade do homem, a criatividade da mulher, o poder de dar a vida e, ao fazê-lo, "garantir" a continuidade de sua própria vida na vida do filho. Como diz Freud (1914): "No ponto mais sensível do sistema narcisista, a imortalidade do ego, tão oprimida pela realidade, a segurança é alcançada por meio do refúgio na criança."(p.108)

A perspectiva da parentalidade reatualiza, para os pais, vivências e conflitos primitivos experimentados na relação com seus próprios pais. A especificidade de cada caso

é dada pelas vicissitudes da evolução libidinal de cada um, especialmente no que se refere aos desdobramentos da vivência edípica, assim como de sua organização defensiva. Ter o primeiro filho pode representar a realização de uma aspiração edípica - "o filho que, em criança, queria tomar junto à mãe o lugar do pai, cuja morte desejava, vai, ele próprio, tornar-se pai" (Parseval, 1986:75). A mãe que, em pequena, ansiou por dar um filho ao pai vai, ela própria, tornar-se mãe. Neste sentido, o acesso à parentalidade pode representar um certo equiparar-se ao pai e à mãe; culpa e triunfo se mesclam.

Se a iminência de tornar-se pais elicia angústias e temores referidos a antigos conflitos, representa também uma promessa de resgate e realização plena. Pela mediação do filho, os pais vislumbram a possibilidade de refazer sua própria história, podendo, numa hipótese favorável, elaborar estas vivências infantis, reorganizar experiências passadas.

Cada configuração conjugal indica um lugar a este filho por- vir, delineado no discurso antecipatório dos pais acerca do filho. Entram em jogo, na construção deste projeto fantasioso, os personagens e os meandros da história primitiva de cada um dos pais. As imagens antecipatórias do filho, assim como da mãe e pai que serão para seu filho, são resultantes da articulação, sempre singular, das fantasias de um e de outro, de suas representações de pai, mãe e filho e das representações de seus vínculos.

Os pais depositam, neste filho por-vir, seus sonhos e expectativas que ficaram por realizar; é este filho que fará o que lhes foi interdito, a quem nada faltará, que cumprirá seus sonhos e ideais; o filho imaginado é o (filho) ideal.

"A criança concretizará os sonhos dourados que os pais jamais realizaram - o menino se tornará um grande homem e um herói em lugar do pai, e a menina se casará com um príncipe como compensação para sua mãe." (Freud, 1914:108)

As múltiplas formas que este desejo de realização pode assumir estão referidas ao ambiente sócio-cultural no qual a família se insere. Em Contagem, vemos esses sonhos serem expressos, por exemplo, no desejo de que os filhos ingressem no mercado de trabalho mais tarde que eles próprios e no valor atribuído à escolaridade. Por outro lado, espera-se também que o filho seja como eles próprios foram na infância, assumindo parte das responsabilidades da casa. É como se pensassem: "Ele será o que fui e o que não fui, ele terá o que tive e o que não tive" - representações contraditórias conscientes e inconscientes convivem pacificamente neste fantasiar.

O nascimento da criança começa a por em xeque a possibilidade de uma superposição estrita do filho imaginado - filho real. Muitas vezes, é o próprio sexo da criança que denuncia o caráter ilusório da antecipação parental. Em geral, o projeto antecipatório é composto basicamente de fantasias idealizadas do filho e do ser pais, permeado que está de desejo de resgate de suas próprias vivências. A realidade do nascimento e do cuidado efetivo da criança vêm desmentir esta

ilusão embora, como afirma Bettelheim (1987), sem erradicá-las completamente. As frustrações inerentes à interação efetiva com a criança afirmam, à mãe e à criança, que não são nem a mãe ideal nem o filho fantasiado.

A aderência dos pais à imagem do filho de seus sonhos pode dificultar seu caminho rumo a assunção de seu próprio desejo. Por outro lado, a maleabilidade dos pais em desprender-se desta imagem e ver o filho em suas reais possibilidades facilita este movimento. Este processo de ilusão/desilusão são vivenciados pelos pais e pelo filho. Para a criança, a vivência da desilusão, que se segue a uma experiência satisfatória de ilusão, instaura a possibilidade de iludir-se e desiludir-se sem se aniquilar, estabelecendo as bases para o reconhecimento da falta e da diferença. Para os pais, a vivência desta experiência de ilusão/desilusão com relação ao filho está remetida a suas vivências com seus próprios pais. É neste sentido que afirmamos este processo como reestruturante.

O primeiro filho oferece uma oportunidade impar para a revivência destas primeiras experiências, e sua possível elaboração. A cada gestação, a cada filho, esse processo de ilusão/desilusão se repete, mas sempre diferencial, pois não se é nem os mesmos pais, nem o mesmo filho. Mas a dinâmica que se estabelece entre os pais e o segundo filho (ou outro filho) é sempre mediada pela sua experiência com o primeiro.

As projeções fantasmáticas acerca da parentalidade, assim como seu exercício efetivo, estão referidas, com sinal positivo ou negativo, às experiências que tiveram de ser filho. Se dizem respeito às vivências particulares de cada sujeito na dinâmica de cada família, estas experiências remetem-nos, também, a representações socialmente compartilhadas de homem, mulher, pai, mãe e suas diferentes funções e papéis.

Ao considerarmos a família como espaço de mediação, por excelência, entre o meio social e a criança, afirmamos que o discurso parental é permeado por valores da comunidade na qual se insere, apreendido pelo casal ao longo de sua história identificatória. Um olhar sobre a história destes pais auxilia-nos na compreensão das funções do filho no âmbito familiar.

As representações de mãe e pai das famílias do PAM-Contagem pautam-se numa ideologia de divisão hierárquica rígida de papéis do homem e da mulher. O homem é o provedor, responsável principal pelo sustento da família. A responsabilidade da mulher é centrada nos afazeres domésticos, nos cuidados com os filhos e com o marido. Em geral, a mulher não trabalha fora, quando o faz, é "biscate". A mulher deve ser recatada, sair pouco de casa, de preferência acompanhada dos filhos e assim evitar "ficar falada". Poderíamos dizer que o domínio do homem é a rua, o trabalho, os bares; e o da mulher, a casa, a igreja, a escola e o posto médico. O homem é o chefe da casa, a autoridade principal do grupo, com poder de

decisão sobre todos os membros da família. Quando ausente, a mulher referencia seu poder ao homem. Já o lugar da mulher pode ser definido pela função de mediação entre pai e filhos: ela media a autoridade paterna sobre os filhos e a informação dos filhos para o pai. Poderíamos assim dizer que no âmbito doméstico é o homem quem decide (ou parece que decide), mas a mulher quem sabe.

Grande parte dos pais passaram sua infância na roça. Em suas lembranças, predominam as imagens de muito trabalho e quase nenhum lazer. Para os meninos, o trabalho na lavoura; para as meninas, o cuidado da casa e dos irmãos mais jovens. Brincadeira e escolaridade eram aspectos secundários, devidos principalmente às condições adversas da vida no campo.

A vinda para um centro industrial colocou-os em contato com outras representações e valores. Novas perspectivas são vislumbradas e gradualmente incorporadas. A interação com o filho é marcada por esta dupla referência, às experiências pessoais infantis e a esses outros caminhos que se lhes afiguram. Ao mesmo tempo em que o processo educacional, na família, reproduz a diferenciação por gêneros, transmitindo-se o modelo hierárquico rígido de divisão de papéis, ambiciona-se para os filhos um futuro diferente da realidade vivida pelos pais.

A escolaridade é altamente valorizada como passaporte para ascensão social, pela oportunidade de melhores empregos. A criança sofre uma pressão para a realização de

projeto parental. Este projeto quase sempre engloba representações contraditórias. A ambivalência se faz presente. Ter um filho "estudado", com bom emprego, pode ser a concretização de um anseio dos pais, mas a atualização deste desejo pode ser ameaçadora, na medida em que pode representar a superação dos pais pelo filho, a "usurpação" de seu lugar, como, por exemplo, quando o filho mais velho assume a responsabilidade pelo sustento da casa por ganhar mais do que o pai. A resposta da criança às exigências parentais também é conflituosa. Submeter-se a que desejo?

Em suma, na busca de um caminho para a compreensão da especificidade que envolve o ser primeiro filho, centramos nossa atenção no discurso dos pais acerca de seu primeiro filho. Procuramos mostrar que a iminência de tornar-se pais provoca profundos remanejamentos na dinâmica libidinal de cada um dos pais. O nascimento do filho não implica o nascimento automático de um pai e uma mãe. Tornar-se pais é um processo, e se gera conflitos, gera também possibilidades de elaboração e prazer. O impacto causado pelo nascimento do primeiro filho sobre seus pais repercute significativamente na dinâmica que se estabelece entre pais e filho. Endossando a importância atribuída por Aulagnier (1979) ao campo fantasmático no qual a criança ingressa ao nascer, destacamos o discurso parental como o espaço primeiro em que se delineia os rumos possíveis do desenvolvimento da criança. Na tessitura deste discurso, entram em jogo as representações ideais dos pais, marcadas por valores socialmente reconhecidos pela comunidade na qual se inserem. Afirmamos, assim, que o conjunto das representações

ideais da criança - que norteiam seu desenvolvimento - assim como sua representação de sujeito estão remetidos aos ideais de seus pais, articulados em seu discurso.

Bibliografia

- ADLER, Alfred. (1927) *Understanding Human Nature*. New York, Premier, 1959.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes. *Maternidade - um destino inevitável ?*. Rio de Janeiro, Campus, 1987.
- ALTUS, William D. Birth Order and its Sequelae. *International Journal of Psychiatry*, 3: 23-32, 1967.
- ANZIEU, Didier. L'illusion groupal. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 4, Paris, Gallimard, 1971.
- _____. *Le groupe et l'inconscient*. Paris, Dunod, 1975.
- ASSOUN, Paul-Laurent. Freud aux prises avec l'ideal. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 27, Paris, Gallimard, 1983.
- _____. "El sujeto del ideal". In: *Aspectos del Malestar en la Cultura*, Buenos Aires, Manantial, 1989.
- AULAGNIER, Piera. *A violência da interpretação : do pictograma ao enunciado*. Trad. Maria Clara Pellegrino. Rio de Janeiro, Imago, 1979.
- BAYER, Alan E. & FOLGUER, John K. The Current State of Birth Order Research. *International Journal of Psychiatry*, 3 : 37-39, 1967.
- BELMONT, Lillian & MAROLLA, Francis A. Birth Order, Family Size and Intelligence. *Science*, 182 : 1096-1101, 1973.
- BENEDEK, Thérèse. Parenthood as a Developmental Phase (a Contribution to the Libido Theory). *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 7: 389-417, 1959.

- BERENSTEIN, I. *Família e enfermidade mental*, Buenos Aires, Paidós, 1976.
- BETTELHEIM, Bruno. *Uma vida para seu filho*. São Paulo, Circulo do Livro, 1987.
- BEZERRA JR., Benilton. "Considerações sobre terapêuticas ambulatoriais em saúde mental". In: *Cidadania e Loucura*, Petrópolis, Vozes-Abrasco, 1987.
- BIRMAN, Joel. *Entre o Simbólico e o Imaginário*. Rio de Janeiro, *Cadernos do IMS - UERJ*, 1988.
- BIRMAN, Joel & NICEAS, Carlos Augusto (coord.) *O objeto na teoria e na prática psicanalítica*. Rio de Janeiro, Campus, 1984.
- BLEICHMAR, Hugo. *Depressões: um estudo psicanalítico*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1983.
- _____. *Introdução ao estudo das perversões: teoria do Édipo em Freud e Lacan*. Trad. Emília de Oliveira Diehl. Porto Alegre, Artes Médicas, 1984.
- _____. *O narcisismo: estudo sobre a enunciação e a gramática inconsciente*. Trad. Emília de Oliveira Diehl e Paulo Flávio Ledur. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.
- BOAT, B. W., CAMPBELL, F. A. & RAMEY, C. T. Preventive Education and Birth Order as Co-determinants of I.Q. in Disadvantaged 5-year-olds. *Childs care, health and development*, 12: 25-36, 1986.
- BORGES, LUCIA A. M. C. *Atendimento psicoterápico aos setores populares: um estudo das representações de terapeutas e pacientes*. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro, PUC, 1987.

- BUCHER, Richard & TERZIS, Antonio. Ordem de nascimento e relacionamento fraterno de pacientes esquizofrênicos. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, 38 (1) : 53-64, 1980.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____. *As encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- CHASSEGUET-SMIRGUEL, Janine. Some Thoughts on the Ego Ideal: a Contribution to the Study of the Illness of Ideality. *Psychoanalytic Quarterly*, 45 (3) : 345 - 373, 1976.
- CINTRA, Andrea C. Um estudo sobre a fantasia de doença e a fantasia de cura no adolescente da classe popular. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro, PUC, 1989.
- COSTA, Jurandir Freire. As sombras e o sopro: a psicanálise na era da linguagem". In: Joel Birman. *Freud, cinquenta anos depois*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1982.
- _____. "Saúde mental, produto da educação?" In: *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
- _____. *Psicanálise e contexto cultural: imaginário psicanalítico, grupos e psicoterapia*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.
- _____. "Resposta a Octavio Souza". In: *Clínica do Social. Ensaios*. São Paulo, Escuta, 1991.
- _____. Resposta a Joel Birman. *Hímeo*. S/D.
- DAVID, Pierre. *Psicanálise e família*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- DEUTSCH, Hélène. *La psychologie des femmes*. Paris. Presses Universitaires de France, 1949.

- DIOGO, Doris Rangel. Família e contexto social: questões para a clínica psicoterápica. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro, PUC, 1989.
- DOLTO, Françoise. *Sexualidade feminina*. Trad. Roberto Cortes de Lacerda. São Paulo, Martins Fontes, 1984.
- _____. Prefácio. In: Maud Mannoni. *A primeira entrevista em Psicanálise*. Rio de Janeiro, Campus, 1986.
- _____. Prefácio. In: Pierre David. *Psicanálise e família*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo, Perspectiva, 1985.
- EIGUER, Alberto. *Um divã para a família*. Trad. Leda Mariza Vieira Fischer. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.
- ELLIS, Havelock. "A study of British Genius". apud William Altus, Birth Order and its Sequelae. *International Journal of Psychiatry*, 3: 23-32, 1967.
- FIGUEIRA, Sérvulo A. (Org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- _____. O "moderno" e o "arcaico" na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986.
- _____. *Efeito Psi: a influência da psicanálise*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- FILGUEIRAS, Cristina. Práticas educativas no movimento popular: a experiência das mulheres do B. Industrial. *Dissertação de Mestrado*. Belo Horizonte, FAE-UFMG, 1986.

- FRAGOSO FILHO, Carlos. Educação em Contagem: um retrato de corpo inteiro da escola de primeiro grau numa comunidade urbano-industrial. *Dissertação de Mestrado*. Belo Horizonte, FAE-UFMG, S/D.
- FREUD, Sigmund. (1900). A interpretação de sonhos. *Edição Standard Brasileira*, vol.V, Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. *Edição Standard Brasileira*, vol. VII, Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____. (1909) Romances Familiares. *Edição Standard Brasileira*, vol.IX, Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____. (1911) Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental. *Edição Standard Brasileira*, vol. XII, Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____. (1913) Totem e Tabu. *Edição Standard Brasileira*, vol. XIII, Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____. (1914) Sobre o narcisismo: uma introdução. *Edição Standard Brasileira*, vol. XIV, Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____. (1915) Os instintos e suas vicissitudes. *Edição Standard Brasileira*, vol. XIV, Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____. (1916) Sobre a transitoriedade. *Edição Standard Brasileira*, vol. XIV, Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____. (1916-1917) Conferências introdutórias sobre psicanálise. *Edição Standard Brasileira*, vol. XV e XVI, Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____. (1917) Luto e melancolia. *Edição Standard Brasileira*, vol. XIV, Rio de Janeiro, Imago, 1976.

- FREUD, Sigmund. (1918) O tabu da virgindade (Contribuições à psicologia do amor III) *Edição Standard Brasileira*, vol.XI, Rio de Janeiro , Imago, 1976.
- _____. (1921) Psicologia de grupo e análise do ego. *Edição Standard Brasileira*, vol. XIV, Rio de Janeiro , Imago, 1976.
- _____. (1923) O Ego e o Id. *Edição Standard Brasileira*, vol. XIX, Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- _____. (1925). A negativa. *Edição Standard Brasileira*, vol. XIV, Rio de Janeiro , Imago, 1976.
- _____. (1927) O futuro de uma ilusão. *Edição Standard Brasileira*, vol.XXI, Rio de Janeiro , Imago, 1976.
- _____. (1930) O mal estar na civilização. *Edição Standard Brasileira*, vol. XXI, Rio de Janeiro , Imago, 1976.
- _____. (1933) Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. *Edição Standard Brasileira*, vol.XXII, Rio de Janeiro , Imago, 1976.
- _____. (1940) Algumas lições elementares de Psicanálise. *Edição Standard Brasileira*, vol. XXIII, Rio de Janeiro , Imago, 1976.
- GALTON, Francis. *English Men of Science*. London, Mac-Millan, 1974.
- GARCIA, Cláudia Amorim. *Illusion and Sexuality. A Contribution to the Study of the Ego Ideal. Tese de Doutorado*. The Wright Institute, Berkeley, USA, 1988.

- GARCIA, Cláudia Amorim. "Ilusão e família. Uma discussão sobre o ideal de ego". In: Junia de Vilhena (org.). *Escutando a Família: uma abordagem psicanalítica*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1991.
- GATES, Larry et al. Birth Order and its Relationship to Depression, Anxiety and Self-Concept Test Scores in Children. *The Journal of Genetic Psychology*, 149 (1), 29-34, 1986.
- GREEN, Andre. L'ideal: mesure et demesure. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 27, Paris, Gallimard, 1983.
- _____. *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo, Escuta, 1988.
- HANSSON, R. Birth Order and Life Stress. *The Journal of Social Psychology*, 109 : 305-306, 1979.
- HAYES, Roslyn F. & BRONZAFI, Arline. Birth Order and Related Variables in an Academically Elite Sample. *Journal of Individual Psychology*, 35 : 214-224, 1979.
- JACOBS, Blanche S. & MOSS, Howard A. Birth Order and Sex of Sibling as Determinants of Mother-Infant Interaction. *Child Development*, 47 : 315-322, 1976.
- KAES, Rene. *L'appareil psycho-groupeal*. Paris, Dunod, 1976.
- KENDRICK, Carol & DUNN, Judy. Protest or Pleasure? The Response of First-Born Children to Interactions between their Mothers and Infant Siblings. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 23 (2) : 117-129, 1982.
- LACAN, Jacques. (1949) "El estadio del espejo como formador de la función del yo (je) tal como se nos revela en la experiencia psicoanalítica". In: *Escritos*. Mexico, Siglo Veintiuno, 1984.

- LACAN, Jacques. *A família*. Trad. Brigitte Cardoso e Cunha, Ana Paula dos Santos, Graça Lamas, Graça Lapa. Lisboa, Assírio e Alvim, 1987.
- LAGACHE, Daniel. "El modelo psicoanalítico de la personalidad". In: *Los modelos de la personalidad*. Buenos Aires, Proteo, 1969.
- LANGER, MARIE. *Maternidade e sexo*. Trad. Maria Nastrovsky Folberg. Porto Alegre, Artes Médicas, 1981.
- LAPLANCHE, Jean. *Vida e morte em Psicanálise*. Trad. Cléonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985.
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. *Vocabulário de Psicanálise*. Trad. Pedro Tamen. São Paulo, Martins Fontes, 1983.
- LASKO, Joan K. Parent Behavior toward First and Second Children. *Genetic Psychology Monographs*, 49 : 97-137, 1954.
- LEMAIRE, Jean. *A realidade informa, o mito estrutura*. mimeo. 1979a.
- _____. *Le couple, sa vie, sa mort*. Paris, Payot, 1979.
- LIRA, Ana Karina Moraes de. *O atendimento psicoterápico infantil às classes populares: escutando alguns protagonistas*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PUC, 1988.
- MC-ARTHUR, Charles. Personalities of First and Second Children. *Psychiatry*, 19 : 1-53, 1956.
- MAGALHAES, Cristina. "Narcisismo primário e o desejo". In: Manoel T. Berlinck (org.). *O desejo na Psicanálise*. Campinas, Papirus, 1985.

- MANNONI, Maud. *A criança retardada e a mãe*. São Paulo, Martins Fontes, 1985.
- _____. *A primeira entrevista em psicanálise*. Rio de Janeiro, Campus, 1986.
- MASCIE-TAYLOR, C. E. N. Family Size, Birth Order and I.Q. Components: a Survey of a Cambridge Suburb. *J. Biosoc. Sci.*, 12: 305-312, 1980.
- NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. Mal-estar na família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos. In: Sérvulo A. Figueira (org.). *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- ORTIGUES, Marie-Cecile & Edmond. *Édipo africano*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo, Escuta, 1989.
- OUNSTED, M. K. & HENDRICK, A. M. The First-born Child: Patterns of Development. *Develop. Med. Child Neurol.*, 19: 446-453, 1977.
- PARSEVAL, Genevieve Delaisi de. *A parte do pai*. Trad. Theresa Cristina Stummer. Porto Alegre, L&PM, 1986.
- PHARIS, Mary E. & MANOSEVITZ, Martin. Parental Models of Infancy: a Note on Gender Preferences for First-borns. *Psychological reports*, 47 : 763-768, 1980.
- PEREIRA, William Cesar Castilho. *O adoecer psíquico do subproletariado*. Belo horizonte, Sagraç, 1990.
- PERSSON-BLENNOW, Inger & MCNEIL, T. F. Temperament Characteristics of Children in Relation to Gender, Birth Order and Social Class. *American Journal of Orthopsychiatry*, 51 (4): 710-713, 1981.
- Petit Larousse en Couleurs*. Paris, Librairie Larousse, 1980.

- PITZER, Martha & HDCK, Ellen. Employed Mothers' Concerns about Separation from the First and Second Born Child. *Research in nursing and health*, 12: 123-128, 1989.
- QUINTANO, A. Dos trilhos para cá: um estudo sobre a representação de doença mental na periferia de uma cidade do interior. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro, PUC, 1988.
- RAO, S. Birth Order and Schizophrenia. *J. Nerv. Ment. Dis.*, 138:87, 1964. Apud. Antonio Terzis. Ordem de nascimento, tamanho da prole e esquizofrenia. *Dissertação de Doutorado*. São Paulo, USP, 1983.
- RASSIDAKIS, N. et al. Etude sur la relation de la schizophrénie avec l'ordre de naissance des enfants selon leur sex. *Actes de la 10^e semaine medicale balcanique*. Beograd, 1970. Apud. Antonio Terzis. Ordem de nascimento, tamanho da prole e esquizofrenia. *Dissertação de Doutorado*. São Paulo, USP, 1983.
- REIK, Th. *Le Rituel - Psychanalyse des Rites Religieux*. Paris, Denoel, 1974. apud. Parseval, G. *A parte do pai*. Porto Alegre, L&PM, 1986.
- RESCH, Ethel. Sofrer da cabeça: um estudo sobre o sofrimento psíquico infantil num subúrbio do Rio de Janeiro. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro, PUC, 1987.
- ROLLMAN-BRANCH, H. The First-born Child, Male: Vicissitudes of Pre-oedipal Problems. *International Journal of Psychoanalysis*, 47, 404-415, 1966.

- ROPA, Daniela & DUARTE, Luis Fernando. "Considerações teóricas sobre a questão do atendimento psicológico às classes trabalhadoras". In: Sérvulo A. Figueira (org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- ROPA, Daniela et al. Família e criança num grupo de classe trabalhadora: um estudo sobre diferença e legitimidade cultural. mimeo, 1987. apud. DIOGO, D. Família e contexto social: questões para a clínica psicoterápica. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro, FUC, 1989.
- ROTHBART, Mary. Birth Order and Mother-Child Interaction in an Achievement Situation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 17 (2), 113-120, 1971.
- RUFFIOT, A. *La thérapie familiale psychanalytique*. Paris, Dunod, 1980.
- SA EARF, Antonio Carlos de. Narciso, Édipo e o outro (1 parte). *Tempo Psicanalítico*, 6 (1) : 5-27, 1983.
- SALEM, Tania. "Mulheres Faveladas: 'com a venda nos olhos'" In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. "A trajetória do casal grávido: de sua constituição à revisão de seu projeto". In. Sérvulo A. Figueira (org.). *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- SANDLER, Paulo Cesar & SANDLER, Ester Hodassa. Esquizofrenia e ordem de nascimento. *Arquivos de Neuro-psiquiatria*, 1 : 46-66, 1978.
- SASSON, Nazli Faraj. A representação psíquica do bebê na mãe grávida: um estudo de casos. *Dissertação de Mestrado*, Rio de Janeiro, PUC, 1987.

- SEARS, R., MACCOBY, E., LEVIN, H. *Patterns of Child Rearing*. Evanston, Ill: Row-Peterson, 1957.
- SHRADER, William K. & LEVENTHAL, Theodore. Birth Order of Children and Parental Report of Problems. *Child Development*, 39 (4) : 1165-1175, 1968.
- SLAVUTSKY, Abrão. *Psicanálise e cultura*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- SMITH, Colin & MC-INTYRE, Sharon. Family Size, Birth Rank and Ordinal Position in Psychiatric Illness. *Canadian Psychiatr. Assoc. J.*, 8 : 244-248, 1963.
- SODRE, Muniz. Grupo, Individuo, Psicanálise. In: Daniela Ropa (coord.), *Anuário Brasileiro de Psicanálise*, 1 (1), Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1991.
- SOUZA, Octavio. "Reflexões sobre a extensão dos conceitos e da prática psicanalítica". In: *Clínica do Social. Ensaios*. São Paulo, Escuta, 1991.
- SPITZ, Rene. *O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais*. São Paulo, Martins Fontes, 1979.
- STANTON, M. Colleen. The Effect of Ordinal Position or Birth Order on Child Development. *Nursing Forum*, 19 (2) : 165-179, 1980.
- TAUBMAN, Paul & BEHRMAN, Jere. Effect of Number and Position of Siblings on Child and Adult Outcomes. *Social Biology*, 33 (1-2) : 22-34, 1986.
- TERZIS, Antonio. *Ordem de nascimento, tamanho da prole e esquizofrenia. Tese de doutorado*. São Paulo, USP, 1983.

- TERZIS, Antonio. Posição ordinal dos filhos, sexo e esquizofrenia. *Arquivos de Neuro-psiquiatria*, 44 (2), 1986.
- TSAI, Luke & STEWART, Mark A. Etiological Implication of Maternal Age and Birth Order in Infantile Autism. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 13 (1):57-65, 1983.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- VILHENA, Junia de. "Mito e fantasia. Conjunções e disjunções no grupo familiar". In: *Escutando a família: uma abordagem psicanalítica*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1991a.
- _____. "Viver junto nos mata. Separarmo-nos é mortal. A ilusão grupal e a incapacidade de ficar só." In: *Escutando a família: uma abordagem psicanalítica*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1991b.
- _____. De uma solidão a outra: a palavra exilada. Uma história familiar. In: *Escutando a família: uma abordagem psicanalítica*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1991c.
- WAGNER, Mazie-Earle, SCHUBERT, Herman J.P. & SCHUBERT, Daniel. Sibship-constellation - Effects on Psychosocial Development, Creativity and Health. *Advances in Child Development and Behavior*, 14 : 57-148, 1979.
- _____. Effects of Sibling Spacing on Intelligence, Interfamilial Relations, Psychosocial Characteristics and Mental and Physical Health. *Advances in Child Development and Behaviour*, 19 : 149-205, 1985.

Webster's Dicionário Inglês- Português. São Paulo, Record, 1990

Webster's International Dictionary of English. London, G. Bell & Sons, 1950

WINNICOTT, Donald W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro, Imago, 1975.

_____. *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*
Trad. Jane Russo. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.

_____. *A família e o desenvolvimento do indivíduo*.
Belo Horizonte, Interlivros, 1980.

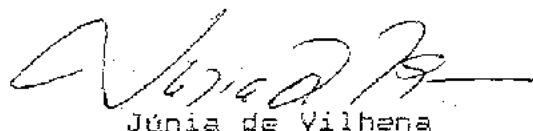
_____. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre, Artes Médicas, 1988.

WOORTMAN, Klaas. *A família das mulheres*. Tempo Brasileiro, Brasília. CNPq., 1987.

ZAJONC, R. B., MARKUS, Hazel & MARKUS, Gregory B. The Birth Order Puzzle. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37 (8) : 1325-1341, 1979.

ZILBOORG, G. Depressive Reaction Related to Parenthood. *American Journal of Psychiatry*, 10: 926-962, 1931.

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pela aluna Andréa Barbosa de Albuquerque, intitulada "PRIMEIRO FILHO: QUE LUGAR É ESTE ?". Fazendo parte da Banca Examinadora os seguintes professores:



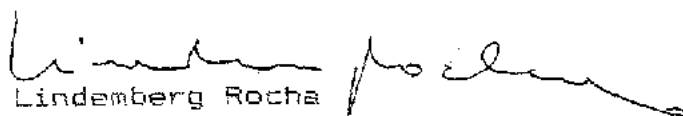
Júnia de Vilhena

Professora Orientadora - PUC/RJ



Cláudia Amorim Garcia

Professora - PUC/RJ



Lindemberg Rocha

SPRJ



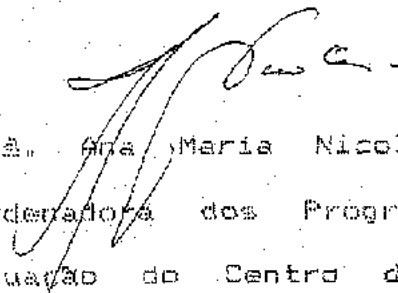
Terezinha Féres Carneiro

Professora - PUC/RJ

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 29 de setembro

de 1992.



Prof.ª Ana Maria Nicolacci-da-Costa,
Coordenadora dos Programas de Pós-
Graduação do Centro de Teologia e
Ciências Humanas.